



**Revista Electrónica Internacional de Economía Política de
las Tecnologías de la Información y Comunicación**

Volumen V, Numero 3, Septiembre a Diciembre de 2003

<http://www.eptic.com.br>

AUTORES

Alain Herscovici

Pascal Petit

Eduardo A. Vizer

César Bolaño

Cesare Giuseppe Galvan

Manuel José Lopes da Silva

Othon Jambeiro

Suzy dos Santos

Andréa Ribeiro

Amanda Mota

Eliane Costa

Fabiano Brito

Isabel Fernández Alonso

Maria Cristina Castilho Costa

SUMARIO

- 2 Expediente
- 3 Presentacion

Especial Epistemologia

5. A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação: questões metodológicas e epistemológicas. Uma apresentação geral.

Alain Herscovici

15. La difficile émergence de nouveaux régimes de croissance à l'ère de l'information et de la communication.

Pascal Petit

35. “Sociedade de la In-formación o de la Comunicación?”

Eduardo A. Vizer

60. Da derivação à regulação: para uma abordagem da indústria Cultural.

César Bolaño

97. Uma antiga tecnologia de informação e comunicação: algumas implicações.

Cesare Giuseppe Galvan

Artículos

107. Perspectivas weberianas da sociedade rede.

Manuel José Lopes da Silva

124. Estratégias de controle da mídia: o caso da radiodifusão no Estado Novo – 1937/1942

*Othon Jambeiro, Suzy dos Santos, Andréa Ribeiro, Amanda Mota, Eliane Costa
e Fabiano Brito*

146. La política radiofónica en España (1996-2003)

Isabel Fernández Alonso

Reseña/Nota de Lectura

162. Telecomunicações, privatização, políticas públicas – uma abordagem científica.

Maria Cristina Castilho Costa

EXPEDIENTE

**Revista de Economía Política de las Tecnologías
de la Información y Comunicación**
Volumen V, Numero 3, Septiembre a Diciembre de 2003
<http://www.eptic.com.br>
ISSN 1518-2487

Revista avaliada como “Nacional A” pelo Qualis/Capes

Director

César Bolaño (UFS – Brasil)

Editor

Valério Cruz Brittos (UNISINOS – Brasil)

Co- editor

Alain Herscovicci (UFES – Brasil)

Apoio Técnico

Marcos Vinícius N. G. Castaneda (UFS – Brasil)

Elizabeth Azevêdo Souza (UFS – Brasil)

Consejo Editorial

Ramón Zallo (Un. Pais Vasco – España)

Juan Carlos de Miguel (Un. Pais Vasco – España)

Delia Crovi (UNAM – México)

Marcio Wohlers de Almeida (UNICAMP – Brasil)

Enrique Sánchez Ruiz (UG – México)

Roque Faraone (Um. de la República – Uruguay)

Enrique Bustamante (UCM – España)

Isabel Urioste (Un. Compiègne – Francia)

Jean-Guy Lacroix (Un. de Québec – Canada)

Sergio Caparelli (UFRGS – Brasil)

Othon Jambeiro (UFBA – Brasil)

Anita Simis (UNESP – Brasil)

Jorge Rubem Bitton Tapia (UNICAMP – Brasil)

Murilo César Ramos (UnB – Brasil)

Manuel Jose Lopez da Silva (UNL – Portugal)

Francisco Rui Cádima (UNL – Portugal)

Pierre Fayard (Un. Poitiers – Francia)

Giovandro Marcus Ferreira (UFES - Brasil)

Juçara Brittes (UFES – Brasil)

Abraham Sicsu (Fund. Joaquim Nabuco – Brasil)

Reynaldo R. Ferreira Jr. (UFAL – Brasil)

Marcial Murciano Martinez (UAB – España)

Joseph Straubhaar (Univ. Texas – EUA)

Peter Golding (Loughborough Univ. – UK)

Nicholas Garham (Westminster Univ. – UK)

Philip R. Schlesinger (Stirling Univ. – UK)

Graham Murdock (Loughbrough Univ. – UK)

Hans - Jürgen Michalski (Univ. Bremen – Alemanha)

Cesare G. Galvan (UFPB – Brasil)

Alain Rallet (Univ. Paris - Daphine – Francia)

Diego Portales (Univ. del Chile)

Pedro Jorge Braumann (UNL – Portugal)

Guillermo Mastrini (UBA – Argentina)

Dominique Leroy (Un. Picardie – Francia)

Gaëtan Tremblay (Un. de Québec – Canada)

PRESENTACIÓN

Este número de *Eptic On Line* simboliza algo mais, além da satisfação que representa cada edição da revista, pela qualidade dos textos disponibilizados e o que implicam para a construção do conhecimento, em particular no Campo Comunicacional e, mais detidamente, no foco da Economia Política da Comunicação. O particular deste número é que está sendo fechado um ciclo, os cinco primeiros anos deste periódico eletrônico, iniciado em 1999, pela força, disposição para o trabalho e relação internacional do atual diretor da Eptic, César Bolaño. De lá para cá, a revista vem acrescentando colaboradores e sofisticando seu rigor acadêmico, de forma que, hoje, todo texto é detidamente avaliado por, no mínimo, dois consultores de nosso Conselho Editorial, para, a partir daí, ser publicado ou não. Todo esforço de qualificação tem sido reconhecido pela comunidade acadêmica, culminando com sua avaliação como “periódico nacional A”, no último ano até agora analisado, 2002, pela comissão responsável pela definição do Qualis de Periódicos Científicos da Área de Comunicação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A *Eptic On Line* constitui-se em um dos principais espaços do portal Eptic, que reúne conteúdos na área de Economia Política da Comunicação, incluindo, além desta revista, livros digitais, teses, dissertações, monografias, textos para discussão e boletim noticioso. Desde 1999 a Rede de Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação (Eptic) vem aglutinando pesquisadores espalhados entre os diversos continentes em torno da discussão acadêmica, desenvolvimento de projetos e viabilização de lugares de socialização do debate. O trabalho da Rede Eptic, que tem sido constantemente incentivado a partir da grande participação de pesquisadores de várias partes do mundo em seus espaços acadêmicos, recebeu um reconhecimento digno de satisfação e estímulo ao trabalho: em setembro de 2003, durante o XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, a Sociedade Interdisciplinar de Estudos de Comunicação (Intercom) outorgou à Eptic o Prêmio Luiz Beltrão, na categoria Grupo Inovador.

Sendo assim, a título de questionamento teórico sobre as origens e os lugares da Economia Política da Comunicação (e mesmo de balanço sobre sua contribuição ao Campo), o presente número traz um caderno especial sobre questões epistemológicas, seguindo uma tradição

desta revista, de costumeiramente focalizar parte de seus conteúdos em temáticas ou autores específicos, como já feito, em 2003, com Mattelart e Brecht, dois pensadores fundamentais para discutir o mundo da Comunicação e da Cultura. Este caderno é aberto com uma análise de Alain Herscovici (*A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação: questões metodológicas e epistemológicas. Uma apresentação geral*), que teve uma atuação direta e valorosa na formatação e viabilização da iniciativa. Igualmente trazem reflexões sobre epistemologia os professores Pascal Petit (*La difficile émergence de nouveaux régimes de croissance à l'ère de l'information et de la communication*), Eduardo A. Vizer (*Sociedade de la In-formación o de la Comunicación?*), César Bolaño (*Da derivação à regulação: para uma abordagem da indústria cultural*) e Cesare Galvan (*Uma antiga tecnologia de informação e comunicação: algumas implicações*).

Além desse caderno especial, a *Eptic On Line* mantém artigos sobre temas diversos relativos à mídia e sociedade, novamente com autores de nacionalidades diversas. Manuel José Lopes da Silva faz uma reflexão sobre a sociedade em rede, em consonância com as perspectivas weberianas; Othon Jambeiro, Suzy dos Santos, Andréa Ribeiro, Amanda Mota, Eliane Costa e Fabiano Brito trabalham trazem um texto discutindo o Estado e o controle dos meios, analisando a radiodifusão durante a ditadura de Getúlio Vargas entre 1937 e 1942; já Isabel Fernández Alonso reflete sobre a política radiofônica na Espanha nas últimas quatro décadas. Fechando este número final de 2003, Maria Cristina Castilho Costa apresenta uma resenha onde comenta a dissertação de Mestrado de Mariana Reis Balboni, *Lês politiques de télécommunications brésiliennes – phase d'implantations de l'accès universel (As políticas de telecomunicações brasileiras – fase de implantação do acesso universal)*, apresentada à Faculdade de Estudos Superiores da Universidade de Montreal, para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Valério Brittos

Editor Eptic On Line

A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação: questões metodológicas e epistemológicas. Uma apresentação geral.

*Alain Herscovici**

A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação, é uma disciplina relativamente recente. Ela nasceu, de fato, de uma dupla necessidade provendo tanto do campo da Ciência Econômica quanto do campo das Ciências da Comunicação e das Ciências Sociais.

Num primeiro momento, é preciso fazer um breve histórico relativo à Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação, e às suas relações com os outros campos do conhecimento já constituídos. A questão relativa às suas relações com a Economia, com as Ciências Sociais em geral, e com as Ciências da Comunicação em particular, permite explicar as modalidades a partir das quais a Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação se autonomiza e se diferencia assim de suas próprias origens.

Podemos identificar, já, vários questionamentos:

- i) Em que medida ela se diferencia das análises econômicas tradicionais, sejam elas ortodoxas ou heterodoxas? Em outras palavras, quais são as especificidades desta economia?
- ii) Segundo que tipo de modalidades esta disciplina nova vai praticar a interdisciplinaridade que a fundou? Como ela vai “importar” instrumentos e resultados de outras disciplinas e incorporá-los numa problemática específica?
- iii) Em que medida ela se diferencia, ou se incorpora, no campo das Ciências da Comunicação?

* Doutor em Economia pelas Universidades de Paris I Panthéon-Sorbonne e de Amiens, Coordenador do Grupo de Estudo em Macroeconomia (GREM) do Departamento de Economia da UFES, Professor e Coordenador do Mestrado e membro fundador da União Latina de Economia Política de la Comunicación, Información y Cultura (ULEP-ICC) (e-mail: alhersco.vix@zaz.com.br)

Tais são, a meu ver, as interrogações que deveriam permitir definir a Economia Política , suas especificidades metodológicas e epistemológicas e seu próprio campo como disciplina autônoma.

D) A gênese da Economia Política

Para poder fornecer elementos de resposta à essas perguntas, é preciso saber que a Economia Política da Cultura, da Informação da Comunicação nasceu das “falhas” e das limitações que as diferentes Ciências apresentavam para analisar essas atividades.

1) Os limites das análises sociológicas e comunicacionais

1.1 Tradicionalmente, a Cultura era o objeto de estudo predileto da Sociologia e das Ciências da Comunicação. Nesta perspectiva, a Cultura e a Comunicação eram apenas consideradas como elementos super-estruturais:

- i) no âmbito de uma abordagem funcionalista, a função social ligada à dimensão simbólica é privilegiada, enquanto as funções econômicas são ignoradas ¹;
- ii) na tradição marxista dos anos 70, a partir de uma perspectiva gramsciana, a Cultura se relaciona diretamente com os aparelhos ideológicos e as modalidades de reprodução simbólica;
- iii) Os estudos culturais, apesar de se constituírem, inicialmente, como uma alternativa em relação a essas duas correntes, evoluíram no mesmo sentido: o “materialismo cultural” esboçado por R. Williams não desembocou no estudo das relações entre a dimensão simbólica, material e econômica das mídias ².

1.2 As Teorias tradicionais ligadas às Ciências da Informação também não se apresentam com uma alternativa adequada: as análises ligadas à abordagem cibernética partem das seguintes hipóteses: (a) existe um modelo único e universal que permite analisar todas as situações na qual

¹ Bernard Miège, *La pensée communicationnelle*, PUG, Grenoble, 1995, p. 23.

² Entrevue de Armand Mattelard para a Revista EPTIC on line, Vol. V, n.1, En./Abril 2003.

há transmissão de informação entre um emissor e um receptor, utilizando determinado canal de transmissão (b) segundo esta hipótese, a informação é concebida como um objeto unidimensional cujas modalidades de apropriação são iguais para o conjunto dos agentes sociais (c) o universo é ergódico e a Informação assim concebida representa um meio para diminuir a ignorância a respeito do futuro.

Essas hipóteses são contestáveis pelas seguintes razões:

i) o modelo emissor receptor é geral e abstrato demais para poder dar conta das especificidades sociais, históricas do conjunto das situações de comunicação. O formalismo resultante de tal análise pode ser comparado ao formalismo dos economistas neoclássicos que concebem o mercado como um espaço “abstrato” no qual se confrontam oferta e demandas anônimas e no qual a racionalidade a-social e a-histórica dos agentes permite maximizar certas funções. Em outras palavras, as variáveis sociológicas e históricas são excluídas do campo de estudo³.

ii) Conforme apontam vários autores, em função das variáveis cognitivas, institucionais e históricas, a Informação é um bem *multidimensional*⁴ cujas modalidades de apropriação são múltiplas e dependem, intrinsecamente, da *contextualização* definida por essas variáveis.

iii) O universo dentro do qual essas teorias atuam é ergódico; isto significa, entre outras coisas, que o tempo utilizado é, por natureza, a-histórico. Ao contrário, todos os trabalhos ligados à teoria do caos e ao estudo dos sistemas complexos ressaltam a historicidade do tempo e a impossibilidade de prever, no sentido popperiano, o futuro⁵.

³ Louis Quéré fala em "terceiros simbolizantes" (tiers symbolisant) em *Des miroirs équivoques, aux origines de la communication moderne*, Aubier Res Babel, Paris, 1982.

⁴ A este respeito, ver, por exemplo:

- Favereau, Olivier, "Notes sur la théorie de l'information à laquelle pourrait conduire l'économie des conventions", in *L'Economie de l'information*, sous la direction de Pascal Petit, La Découverte, Paris, 1998, p. 229: “ (...) o contexto da Informação condiciona significativamente o conteúdo da informação “

- Jean-Louis Le Moigne, La modélisation systémique de l'Information, in *L'Economie de l'information*, op. cit., p. 56.

⁵ A este respeito, ver Alain Herscovici, Irreversibilidade, incerteza e Teoria Econômica. Reflexões a respeito do indeterminismo metodológico e de suas aplicações na Ciência Econômica., mimeo UFES, julho de 2003.

2) A análise econômica

2.1 Os limites explicativos

A teoria econômica, seja ela ortodoxa ou heterodoxa, rejeita fora de seu campo de investigação, pelo menos parcialmente, este tipo de atividades.

i) Para os economistas clássicos que se baseiam no trabalho para explicar o valor das mercadorias, as atividades artísticas são excluídas do campo de investigação da Economia Política: David Ricardo, por exemplo, afirma que o valor de certas mercadorias, nas quais estão incluídas as produções artísticas, “(...) oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-las”⁶, independentemente da quantidade de trabalho que foi gasto na sua produção. De uma maneira mais geral, o valor desta mercadoria não é determinado pela quantidade de trabalho direto e indireto que foi gasta na sua produção.

ii) Os economistas novo clássicos e, de uma maneira mais geral, os economistas de cunho liberal, concebem a Informação como um bem qualquer. Adotando as mesmas premissas que a teoria da Informação desenvolvida por Shanon, eles consideram que, no âmbito de um universo ergódico, a informação permite reduzir a incerteza relativa ao futuro. Os agentes econômicos racionais da teoria neoclássica maximizam a compra da informação, igualando seu custo marginal com a receita marginal que ela gera. Nesta perspectiva, a informação é concebida como um bem unidimensional que todos os agentes podem se apropriar da mesma maneira: (a) não há assimetria da Informação e suas modalidades de apropriação implicam que a informação é decodificada da mesma maneira pelo conjunto dos agentes (b) os agentes podem avaliar, ex-ante, a utilidade da Informação que eles vão adquirir. De fato, esta abordagem é incompatível com uma concepção multidimensional da Informação, concepção a partir da qual as modalidades de apropriação simbólica desta informação são altamente diferenciadas⁷.

⁶ David Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação*, Abril Cultural, São Paulo, 1982, p. 44

⁷ Alain Herscovici, *Economia da Informação, redes eletrônicas e regulação: elementos de análise.*, artigo aceito para publicação na Revista de Economia Política, março de 2003.

iii) O economista americano William Baumol, no final dos anos 60, resolveu estudar as atividades das Artes Cênicas, no que diz respeito ao problema do financiamento dessas atividades e das implicações macroeconômicas das políticas de financiamento público. Posteriormente, sua análise foi estendida para todas as atividades que incorporam, no seu processo de produção, um trabalho artístico, informacional ou intelectual. Esses modelos permitem formular as seguintes conclusões: (a) este tipo de atividades gera um déficit intrínseco cujo valor aumenta com o decorrer do tempo (b) o fato de manter essas atividades implica uma transferência cada vez maior de valor criado no setor produtivo. O crescimento de longo prazo será assim inibido, pelo fato da quase totalidade do valor ser utilizada para financiar este tipo de atividade. Não obstante, esta análise assimila as atividades ligadas à Cultura e à Informação às atividades industriais para as quais, no âmbito de uma função de produção clássica, a quantidade produzida de bens e serviços depende da quantidade de trabalho utilizada. Em outras palavras, as especificidades sociológicas relativas a este tipo de trabalho e às modalidades de valorização desses produtos e serviços são negadas.

iv) De um ponto de vista macroeconômico, a informação se relaciona igualmente com a Tecnologia e as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento. Nesse caso, certas abordagens incorporam-na numa função de produção ao lado do capital e do trabalho; as teorias do crescimento endógeno reconhecem que o capital humano e as atividades de pesquisa são os principais fatores que permitem explicar o crescimento econômico de longo prazo.

2.2 *Uma economia cultural e informacional*

Os fundamentos metodológicos da Economia Política da Cultura, da Comunicação e da Informação, se encontram no marxismo e no velho institucionalismo⁸. As categorias construídas por Marx permitem, a partir de um abordagem que recusa os pressupostos do individualismo metodológico, ressaltar o papel econômico e sociológico que essas atividades assumem na lógica

⁸ Mosco, Vincent , “Les nouvelles technologies de communication: une approche politico-économique” in *Réseaux volume 18 n.101/2000.*, p. 96.

global de reprodução do sistema. O institucionalismo de cunho heterodoxo concebe os mercados concretos como articulações específicas de elementos mercantis e não mercantis: as representações simbólicas e culturais, a natureza e as diferentes modalidades de apropriação da Informação são elementos fundamentais para entender as modalidades de funcionamento dos mercados concretos.

Nesta perspectiva, vários autores⁹ desenvolveram o conceito de *lógica social* para realizar uma dupla análise: aquela que se relaciona com a economia específica desses setores e aquela que ressalta o papel macroeconômico e social que esses setores estão cumprindo na lógica global da acumulação.

Assim, intrinsecamente, a análise em termos de Economia Política da Cultura, da Informação e da Comunicação é *interdisciplinar*. Não obstante, quais são as modalidades concretas desta interdisciplinaridade; como é possível utilizar instrumentos metodológicos e resultados que provêm das outras Ciências Sociais e incorporá-los numa determinada problemática sem cair no eclectismo metodológico? Por um lado, para evitar o formalismo dos economistas do *mainstream*, a análise implementada tem que ser intersisciplinar no sentido de utilizar instrumentos que provêm das Ciências afins, principalmente a Sociologia, a História e as Ciências da Comunicação. Por outro lado, para não cair no ecletismo epistemológico, é preciso incorporar, numa matriz específica, as problemáticas julgadas relevantes, cada disciplina realizando “suas próprias sínteses, pelo fato de incorporar as contribuições das outras disciplinas numa abordagem específica”¹⁰. Isto ressalta, ao mesmo tempo, a necessidade e os limites da interdisciplinaridade¹¹.

II) A Sociedade em rede: uma abordagem crítica.

Finalmente, uma abordagem em termos de Economia Política permite questionar os discursos antropológicos, sociológicos e econômicos que interpretam a sociedade em redes como uma ampliação dos espaços democráticos, da transparência das relações sociais e como uma

⁹ A este respeito, ver, entre outros, os diferentes trabalhos do GRESEC de Grenoble

¹⁰ Henri Bartoli, . *L'Economie multidimensionnelle*, Economica, Paris, 1991, p. 85.

¹¹ Alain Herscovici, . Ciências da Comunicação e lógicas sociais: contribuição e limites da interdisciplinaridade. In: LOPES, Maria I. V. de; FRAU-MEIGS, Divina. (Org.). Comunicação e Informação. Identidades e fronteiras. São Paulo, 2000,

intensificação da concorrência. De fato, essas análises partem da hipótese segundo a qual a autonomia da Tecnologia e da Economia permitem, em si, explicar as evoluções recentes desses vinte últimos anos.

Vários autores já salientaram os limites teóricos e a não verificação empírica deste tipo de análise, e isto tanto no plano sociológico quanto antropológico e econômico. Os principais argumentos são os seguintes:

i) não existe determinismo tecnológico nem econômico; os desenvolvimentos tecnológicos, assim como os desenvolvimentos das chamadas "tecnologias intelectuais", não podem ser explicados a partir de uma lógica "puramente" tecnológica ou econômica. Por exemplo, os desenvolvimentos recentes das telecomunicações e a privatização deste setor se explicam a partir da pressão dos grandes "usuários", ou seja, as grandes empresas privadas e os grupos sociais de maior poder aquisitivo; nesta perspectiva, os objetivos de redistribuição social, alcançados a partir da implementação de subsídios cruzados, são progressivamente abandonados. Neste sentido, a rede é aberta apenas para quem tem condições de pagar um direito de entrada;

ii) por outro lado, esses Sistemas de Informação e de Comunicação (SIC) se relacionam com uma lógica pós-fordista, a qual se caracteriza por um processo de segmentação e de exclusão; a implementação de políticas de cunho liberal se traduzem pela concentração da renda e pela diminuição da parte relativa dos salários na renda nacional. Assim, é possível afirmar que os SIC que correspondem ao fordismo, principalmente a Cultura de massa e o serviço público, eram mais abertos que os SIC ligados às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) : os processos de exclusão pelos preços eram menores e permitiam o acesso da maior parte da população ao sistema mundial. Contrariamente a essas abordagens "idealistas", esta "nova economia" não resolve as contradições da sociedade capitalista, mas apenas modifica suas configurações históricas: se as oposições tradicionais entre centro e a periferia deixam de ser pertinentes, as novas contradições aparecem entre os grupos que são conectados a este sistema mundial e os que não têm condições de estabelecer este tipo de conexão ¹².

¹² É, igualmente, a posição de Manuel Castells, *La société en réseaux*, Fayard, Paris, 1998.

iii) É preciso questionar o processo de desintermediatização ou auto-mediação do qual fala Pierre Lévy a respeito das TICs ¹³. Primeiramente, é pouco provável, do ponto de vista sociológico, que as relações entre os indivíduos e os grupos sociais podem se realizar sem determinadas mediações simbólicas; o exemplo das comunidades virtuais mostra que elas funcionam a partir de um sistema de códigos simbólicos complexo sem o qual não é possível ter acesso a essas comunidades. Esta concepção segundo a qual as TIC permitiriam relações “transparentes” entre os indivíduos implica no postulado da autonomia do objeto da Comunicação e das mensagens ¹⁴ em relação ao social; isto é representativo da construção de uma ciência positiva da Comunicação que, por princípio, elimina a relação social e sua historicidade: se “a relação social é a interação, entre sujeitos, mediatizada pelo simbólico”¹⁵, não é possível afirmar que as relações sociais podem fazer a economia das mediações simbólicas; se essas se modificam em função dos instrumentos técnicos dos sistemas de informação, não quer dizer que elas desaparecem. É igualmente possível afirmar que, à medida que esses novos sistemas adotam uma estratégia de segmentação, está tendo uma fragmentação e uma multiplicação dos diferentes espaços públicos, os quais funcionam como instâncias legitimadoras e, conseqüentemente, como mediação simbólica¹⁶.

iv) Finalmente, queremos ressaltar o seguinte ponto: se, por um lado, essas redes eletrônicas podem ser concebidas como um sistema de colaboração ¹⁷ que gera externalidades positivas em função do aumento de membros, isto concerne, apenas, as informações que chamamos de públicas ou quasi-públicas; este aspecto entra em conflito com a utilização dessas redes pelas empresas, à medida que, neste caso, é preciso limitar o acesso à informação privada ou semi privada. O estudo das evoluções históricas das diferentes mídias mostra que, geralmente, a fase concorrencial corresponde à instauração de um sistema de cooperação e é característica de um

¹³ Ver, por exemplo, Lévy, Pierre, "A Revolução contemporânea em matéria de comunicação", *Para navegar no Século XXI*, F.M.Martins, J.M. da Silva, organizadores, EDIPUCRS, Porto Alegre, 2000.

¹⁴ Alain Herscovici, “Ciências da Comunicação e lógicas sociais: contribuição e limites da interdisciplinaridade”, in *Comunicação e Informação. Identidades e fronteiras*, op. cit

¹⁵ Louis Quéré, op. cit., pp. 17 e 29.

¹⁶ Alain Herscovici, *Les modifications de l'espace public Repères théoriques.*, Troisième Colloque Franco-Brésilien SFSIC/INTERCOM Aracaju (Brésil), Septembre 1995

¹⁷ Garnham, Nicholas, “La théorie de la société de l’information en tant qu’idéologie: une critique”, in *Réseaux volume 18 n.101/2000*, Hermès Sciences, Paris 2000op.

período durante o qual está tendo formação do uso daquela tecnologia : o exemplo do telégrafo e do radio mostra que, antes de se estabilizar, esses sistemas tecnológicos se caracterizaram por estruturas que permitiram esta cooperação entre os diferentes usuários ¹⁸; durante uma fase de “turbulência” durante a qual se determinam os usos sociais dominantes, é possível haver segmentos nos quais prevalecem as lógicas não mercantis (como, por exemplo, o sistema Linux, os hackers, etc.). Não obstante, à medida que o sistema vai se estabilizando e que se desenvolvem os diferentes movimentos de concentração, esses espaços não-mercantis vão diminuindo.

Esta análise em termos de Economia Política permite formular as seguintes conclusões e constitui, sem dúvida, uma alternativa coerente em relação aos discursos liberais e/ou pós-modernos, que vêem, nesta sociedade em redes, uma ampliação dos espaços de democracia e uma intensificação da concorrência.

A “nova economia” não pode ser considerada como um novo sistema institucional, tecnológico e econômico que permitiria superar as contradições do capitalismo. Não trata-se da instauração econômica, social e política de uma sociedade pós-capitalista, como afirmam os diferentes discursos pós-modernos: ao contrário, esta nova economia, e as implicações sociais que lhe são ligadas, são profundamente enraizadas nas diferentes realidades históricas do capitalismo: ela corresponde à uma intensificação dos movimentos de concentração industrial e financeira – ela se traduz por uma privatização crescente da informação e por uma mercantilização crescente dos SIC – finalmente, ela não permite desenvolver, de maneira sistemática e generalizada, novos espaços de democracia participativa.

Da mesma maneira, não trata-se da instauração de um novo modo de regulação (uma regulação “Pós-fordista”) à medida que à esta nova economia não correspondem as estruturas e instituições sociais que permitiriam assegurar a estabilidade necessária à um novo modo de regulação: (a) a instabilidade financeira e monetária mundial não permitem assegurar esta estabilidade mínima (b) em função da estrutura hierarquizada da economia mundial e dos mecanismos internos e externos específicos aos Estados Unidos, este regime de acumulação só é viável, a médio prazo, para este país; ele não tem condições de ser aplicados em outros países.

¹⁸ A este respeito, ver:

- Patrice Flichy, *Les industries de l'imaginaire. Pour une analyse économique des médias*, PUG, grenoble 1980. p. 28.

- Vincent Mosco, op. cit., p. 103.

Neste sentido, a nova economia não constitui uma “saída de crise”¹⁹, contrariamente ao que afirma o discurso dominante.

Em última instância, a dualidade do sistema tecnológico ligado às TIC não permite sustentar o discurso liberal, nem no plano econômico nem no sociológico: tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, a implementação desta nova economia não corresponde à instauração de mercados concorrenciais. Da mesma maneira, de um ponto de vista sociológico, essas TIC não correspondem à uma ampliação dos espaços democráticos: a privatização crescente das informações e a ausência de *laço social*²⁰ não permitem implementar tal projeto.

¹⁹ François Chesnais, “ “Nova economia: uma conjuntura específica da potência hegemônica no conteto da mundialização do capital” in *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* n. 9, dezembro de 2001, Rio de Janeiro, 2001p. cit., p. 53.

²⁰ Dominique Wolton, *Internet et après? Une théorie critique des nouveaux médias*, Champs Flammarion, Paris, 2000.

La difficile émergence de nouveaux régimes de croissance à l'ère de l'information et de la communication.

Pascal Petit²¹

1 A chacun sa nouvelle économie ? Un signe des temps.

La notion de nouvelle économie, largement diffusée par les médias en écho à la spéculation boursière et aux mouvements de fusion et acquisition qui l'accompagnèrent, a fait l'objet de débats contradictoires au sein du monde académique. Certains reprenaient volontiers l'expression des médias en conservant cette focalisation sur les phénomènes boursiers, l'élargissant souvent à une nouvelle émergence du capital financier. Pour beaucoup par contre les mécanismes fondamentaux de l'économie n'avaient pas changé, tout au moins pas dans les directions indiquées par les médias. La « nouvelle économie » ne renvoyait qu'à un épiphénomène passager. Pour d'autres, si nouvelle économie il y avait, elle s'inscrivait dans des perspectives structurelles bien définies : sociétés de l'information pour ceux qui mettent l'accent sur la diffusion des technologies, économies fondées sur le savoir pour ceux qui insistent sur la montée des niveaux d'éducation et des connaissances. Dans le même temps d'autres encore privilégiaient dans leur analyse de la croissance des nations le phénomène de globalisation, condamnant peu ou prou les économies nationales à se fondre au sein d'une économie mondiale. Le plus étonnant dans ce débat sur le futur de nos économies tenait à la faible place accordée à la réflexion sur les conditions spatiales et temporelles de l'émergence d'éventuels nouveaux régimes. Après avoir parlé de crise économique dans les années 70-80, serait-on dans les années 90 sorti de cette période de crise ? Est-ce la fin ou le début d'une période de transition ? Tous les pays sont-ils logés à la même enseigne quelque soit leur niveau de développement ? Sur le devenir même de cette nouvelle économie, peu de pronostics détaillés, peu de tentatives pour décrire ses phases, de l'émergence à la maturité. Une vague perception semble pourtant assez commune, au moins dans le monde académique ; cette nouvelle économie, vue à travers les vastes mouvements, souvent conflictuels, de fusion et d'acquisition d'entreprises et la spéculation boursière devait être instable.

²¹ CEPREMAP CNRS 142 rue du Chevaleret Paris 75013, courriel : pascal.petit@ceprenmap.cnrs.fr

Après la chute des marchés boursiers et la stagnation de la plupart des économies, la question de la « nouvelle économie » a disparu des médias ; les tensions à l'échelle mondiale induites par attentats et guerres ont déplacé les centres d'intérêt, en même temps qu'elles semblaient la cause première de la stagnation de la plupart des économies.

Pourtant la caractérisation d'un éventuel changement significatif dans le mode de fonctionnement des économies contemporaines reste une question majeure.

Encore faut il pour en traiter s'interroger en amont sur la nature de tels changements de « régime économique », sur leur temporalité comme sur leur rapport avec les sphères politique et domestique.

Etre précis sur la nature de ces changements de régime, au vu de ce que nous enseigne l'histoire de nos économies modernes évite nombre des confusions qu'ont pu susciter les débats sur la « nouvelle économie ». Cela permet aussi d'esquisser certaines perspectives , soulignant l'absence de déterminisme (technologique ou autres), et partant l'importance des prises de conscience et des décisions politiques.

A cet égard il est intéressant de noter que la mise en débat dans l'espace public de questions portant sur les futurs régimes économiques, sur les futurs schémas de croissance, est en soi une nouveauté, manifestant un nouveau rapport au politique.

La situation est bien différente de celle prévalant à la fin de la seconde guerre mondiale où les circonstances dramatiques permirent de nettes ruptures avec le passé, facilitant la mise en place rapide d'un capitalisme moderne associant gains salariaux et institutionnalisation du rapport salarial aux gains de productivité permis par la rationalisation du travail et l'extension des marchés.

Dans la conjoncture contemporaine, les classes politiques traditionnelles ne sont plus porteuses de telles visions globales de développement (qu'elles soient révolutionnaires ou réformistes , voir Heilbroner, Milberg 1995), et les alternatives se construisent de façon plus segmentée, à travers débats et constructions de représentations impliquant de façon plus large que par le passé des couches sociales nouvelles. Est ce lié au rôle que jouent moyens de communication , circulation des informations et diffusion des savoirs dans ces nouveaux régimes de croissance? Ces évolutions ont certainement leur part mais on ne saurait les isoler d'un contexte plus large qui préside à de tels changements de régime. On a besoin d'un cadre de

référence assez général pour penser de telles mutations et préciser les rôles respectifs qu'y jouent divers facteurs. La présente contribution cherchera en s'appuyant sur les développements de la théorie de la régulation à clarifier ces questions de changement de régime en insistant sur leur caractère ouvert, sur le rôle qui reste dévolue au politique et sur la place qu'occupe dans le processus ce qui touche à la communication, à l'information et à la culture.

On commencera pour cela par préciser le schéma général articulant changements structurels, institutionnels et organisationnels qui dans le cadre d'un certain environnement politique contribuent à la formation d'un nouveau régime de croissance (section 2). Ceci nous permettra ensuite de traiter de la question des changements institutionnels qui viennent de différentes façons, parfois contradictoires, parfois cumulatives, donner formes aux évolutions en cours (section 3).

La cohérence de ces effets reste dépendre des choix politiques sous jacents mais là encore le contexte de ces déterminations politiques se trouve profondément modifié par les changements structurels survenus dans ces deux dernières décennies (section 4). Enfin on regardera ce qu'il en est au niveau des pratiques, c'est à dire des comportements individuels et des organisations ; c'est de fait à ce niveau que peut s'apprécier à la fois la maturité des évolutions comme les conditions de leur stabilité (section 5).

2 La formation des régimes de croissance entre changements institutionnels et organisationnels.

La notion de régime de croissance suggère des évolutions s'enchaînant de façon cumulative des processus productifs d'un côté et des déterminations des composantes de la demande de l'autre. Le schéma de causalité cumulative à la Kaldor en donne un exemple très clair²². Ces enchaînements peuvent renvoyer à des dynamiques de croissance plus ou moins soutenue ; on parlera de régime de croissance forte ou lente selon les cas. Dans sa définition des régimes de croissance la Théorie de la régulation insiste de plus sur deux éléments importants :
1) la nature des enchaînements est directement conditionnée par le contexte institutionnel sur lequel s'appuie ces dynamiques des processus productifs et des composantes de la demande ;

²² Dans ce schéma très général, directement issu de la théorie Smithienne de la division du travail, l'extension des marchés favorise une plus grande division du travail entre les firmes et à l'intérieur de la firme, mais aussi plus d'innovations de produits comme de process et les gains de productivité ainsi dégagés concourent en retour à une expansion des diverses composantes de la demande, permettant en retour...

2) la notion de régime n'implique l'absence de contradictions internes dont le développement conduit à terme à des crises de régime. En d'autres termes les régimes sont mortels et leur analyse implique de spécifier les différentes phases de leur existence. L'exercice n'est pas pour autant facile ..entre autre parce que les dits contextes institutionnels évoluent. La co-évolution entre institutions régulant l'économie d'une part et montée en puissance du régime tel qu'on peut la lire dans les changements des organisations et des pratiques est même au cœur de ce que nous voulons analyser.

Deux précisions terminologiques pour commencer. Nous donnons à la notion d'institution un sens assez général (nous y reviendrons à la section suivante) à la fois de règles et d'édicteur de règles de comportements qui favorisent la coordination et les initiatives des agents. On la distinguera de celle d'organisation qui renvoie à des règles de comportement spécifiques (propres à l'organisation en question), restant conformes pour autant aux règles du cadre institutionnel dans lequel ces organisations se trouvent plongées.

A ces premières définitions qui ont pour objet de simplifier la présentation de notre cadre général , on ajoutera une définition tout à fait spécifique des changements structurels. Ils renvoient pour nous à des évolutions de long terme, ancrées dans le passé (le régime précédent au moins) d'une série de facteurs déterminants pour les processus productifs comme pour la formation de la demande.

Cet ancrage dans le long terme implique que les tendances en question ne peuvent être affectées dans leur ampleur lors de la période en vue ni par des politiques adverses ni par un retournement des pratiques et organisations. Tout au plus ces tendances peuvent elles être infléchies, ou modifiées dans leur qualité ; mais elles restent inchangées en volume à l'horizon de moyen long terme qui est le nôtre. On en donnera quelques exemples comme la montée générale des niveaux d'éducation, l'internationalisation des économies , mais aussi le vieillissement de certaines populations et surtout certaines caractéristiques du nouveau système technique, comme la vitesse de miniaturisation des microprocesseurs²³.

Ces changements structurels bousculent les organisations et pratiques en place , d'autant

²³ La fameuse loi de Moore selon laquelle la capacité de stockage d'information sur un microprocesseur double tous les 18 mois, une anticipation d'un milieu industriel effectivement mondialisé devenue auto réalisatrice, plus qu'une loi physique, sans qu'aucun acteur ne puisse casser cette anticipation qui a une importance majeure sur le rythme d'innovation du secteur.

plus que nombre d'entre elles sont en crise dans la première phase de transition ou de mise en place d'un nouveau régime. Ces situations nouvelles provoquent certaines adaptations des contextes institutionnels mais ces ajustements sont en soi insuffisants dès lors que les régimes antérieurs traversent de grandes crises (structurelles); des changements institutionnels plus substantiels sont requis. Mais la réalisation de ces changements passent par des médiations politiques. Ces dernières peuvent selon les cas correspondre à des politiques spécifiques mais le plus souvent aussi s'inscrire dans une évolution d'ensemble du contexte politique, légitimant une extension de la sphère des interventions publiques, comme ce fût le cas dans l'après guerre, ou au contraire un certain retrait des pouvoirs publics et des réglementations. On reviendra à la section 4 sur ces grandes conventions politiques, qui sont à la fois plus complexes et plus conflictuels que ne le laisse supposer la présentation ci-dessus. C'est donc dans ce cadre dynamique où les changements structurels conditionnent dans une période de transition ou sortie de crise les organisations et pratiques, poussant à certains changements institutionnels, avec ou sans médiation politique que se forge un nouveau régime, le mouvement acquérant rapidement un caractère cumulatif où les changements institutionnels à la fois étendent et diversifient leur domaine d'application, plus ou moins cadrés dans leur dynamique par la convention politique qui s'est parallèlement dessinée. Tout ceci (que rappelle le schéma 1) n'a pour autant rien d'automatique; les enchaînements ne pas se faire, les changements institutionnels être insuffisants, mal orientés ou peu adaptés. Surtout la dite « convention politique », légitimant l'orientation des changements institutionnels, au delà même des aléas de la politique quotidienne et des alternances des partis de gouvernement, peut fort bien être encore inexistante, peu développée ou trop restrictive, partisane. On reviendra sur cette maturité politique à la section 4 mais l'on peut déjà noter que le rôle du politique est ici de fonder la légitimité de l'orientation des changements et qu'en cela son rôle comme ses modes d'intervention ont profondément changé dans une ère où les moyens de communication ont bouleversé le champ des représentations et les moyens d'expression et de revendication.

Dans sa phase de maturité un régime dispose à la fois d'un contexte institutionnel ayant une certaine spécificité mais aussi une certaine dynamique, elle même tout à fait en phase avec ce que nous avons appelé le contexte politique qui régit peu ou prou cette dynamique

Institutionnelle. On ne cherchera pas pour autant des congruences parfaites entre tous ces

espaces. Il est même au contraire inhérent à tout régime, à cause de son aspect historiquement situé, de développer des contradictions internes, rendant la crise du dit régime ou de profondes modifications (qui en changeront l'essence) inéluctables. Mais ces régimes ont aussi un sens, dans la mesure où la dynamique institutionnelle sur laquelle ils s'appuient est adossé à un environnement politique. Ils correspondent à cet égard à certains choix éthiques qui pourront eux mêmes être remis en question lors de la crise structurelle des régimes de croissance. Ces évolutions peuvent être immédiates dans les circonstances dramatiques comme celles de l'après seconde guerre mondiale. Dans les phases de crise économique plus lente comme celle traversée dans les années 70-80 ces mutations profondes peuvent prendre nettement plus de temps.

Aussi pour suivre où nous en sommes dans l'émergence d'un régime post fordiste convient-il en premier lieu de suivre les conditions dans lesquels s'effectuent changements de contexte institutionnel et évolutions du contexte politique.

(insérer le schéma 1 environ ici)

3 Une dominante dans des dynamiques institutionnelles évolutives et différenciées.

Le cadre général que nous venons de préciser à la section 2 implique par le rôle particulier qu'il attribue aux évolutions politiques une nette spécificité nationale des différents régimes. Cette différenciation est très présente au niveau institutionnel; nous allons pourtant ici nous concentrer sur les traits communs aux changements institutionnels observés ces vingt dernières années.

On partira pour cette analyse d'une typologie distinguant dans le contexte institutionnel de chaque Etat-nation cinq formes structurelles rassemblant respectivement toutes les institutions qui concourent :

- 1) aux tâches d'administration centrale, de prélèvements fiscaux, de sécurité, de justice et de défense, (soit l'Etat)
- 2) aux paiements et systèmes de financement,(soit la monnaie au sens large),
- 3) à l'organisation des rapports entre économies nationales.
- 4) aux modalités de la concurrence dans la diversité des rapports marchands,
- 5) à la mise en oeuvre du travail salarié et sa reproduction.

Cette structuration grossière du contexte institutionnel qu'utilise la théorie de la

Régulation²⁴ a l'avantage de correspondre à de grands ensembles facilement identifiables, non seulement par les chercheurs en sciences sociales mais surtout par les acteurs économiques eux mêmes. Ces formes structurelles sont ainsi directement objet d'options sociales et de choix politiques des agents, ce qui rend cette typologie pertinente dans la perspective des interactions entre l'institutionnel et le politique retenues dans le schéma 1. En d'autres termes l'articulation paraît claire entre ces champs institutionnels régulant l'économique et les deux autres sphères du politique et du domestique.

Venons en maintenant à l'analyse que l'on fait du changement institutionnel. Ce que l'on entend par institution reste assez vaste, allant des habitus et conventions aux ordres constitutionnels fondamentaux en passant par les lois et règlements. La capacité d'évolution des institutions comme la possibilité d'ajouter ou de supprimer des institutions diffèrent donc nettement selon leur nature.

La notion d'institution renvoie ainsi à tout ce qui "régle" la conduite des agents, qu'il s'agisse de contraindre leurs marges d'action ou au contraire d'en élargir le champ (pour faciliter coordination et coopération). De plus les règles en question ne sont pas toutes d'application stricte et les agents peuvent disposer d'une marge d'appréciation. La décision reste souvent délibérative. Ceci implique un choix, une certaine adhésion aux principes motivant la règle, ce qui requiert une certaine information, un savoir ou un degré de confiance. La frontière du délibératif est donc assez floue et met en cause des représentations, des symboles et des valeurs politiques. Les agents peuvent ou non trouver légitime les systèmes de contraintes qui viennent peser sur leurs décisions. Options politiques, cultures et idéologies vont donc conditionner le fonctionnement des institutions. Au fil du temps toutes ces diverses formes vont permettre de densifier un tissu institutionnel. A chaque période, un processus d'institutionnalisation, qui touche diversement les différentes formes structurelles, va spécifier les situations, différencier les traitements, créer de nouvelles opportunités. Des institutions vont se trouver dotées d'un sens nouveau; certaines vont tomber en désuétude mais ce processus est continu est le nombre de suppression explicite est faible.

²⁴ Voir P. Petit (1998) pour une explication plus complète de ces différentes formes insistant sur l'ordre historique de leur développement.

Si l'on prend une perspective historique, le développement de ces formes structurelles est à chaque période inégal. Dans le régime de croissance fordiste la dynamique d'institutionnalisation la plus soutenue concerne le rapport salarial. Elle est en phase directe avec les priorités reconnues sur le plan politique dans les conventions de plein emploi. Cela se manifeste par une extension continue des couvertures et des ayants droits dans la période de croissance qui va de l'après guerre aux années 70. Dans le même temps les autres formes structurelles s'en tiennent peu ou prou à la situation qui étaient la leur en début de période. Ceci peut impliquer de profonds changements par rapport à la période initiale, à savoir l'entre deux guerres, en particulier pour les formes de concurrence ou les rapports internationaux. On pourrait remonter dans l'histoire et constater des dynamiques pareillement différenciées au 19^{ème} siècle lorsque le capitalisme industriel a développé l'institutionnalisation des formes de concurrence, en liaison directe avec le développement de l'industrie et du libéralisme marchand.

On a proposé de parler de hiérarchisation des formes structurelles dans un régime donné pour marquer cette différence dans les dynamiques institutionnelles, directement homologues à des priorités légitimées dans l'espace politique (cf Petit, 1998).

Qu'en tirer pour la caractérisation du régime à venir ? Rien n'indique que cette hiérarchie se déplace de façon mécanique, privilégiant une forme structurelle après l'autre. On peut imaginer que dans quelques décennies la typologie des formes structurelles elle-même soit à recomposer pour analyser le régime devenu passé. Les priorités politiques sont déterminantes pour préciser la hiérarchie de ces dynamiques institutionnelles. Or on a déjà souligné que cet espace du politique change lui-même au cours de l'histoire, ne serait-ce que sous l'effet de l'évolution des représentations, des moyens de communication et des idéologies.

A ce jour l'évolution de l'espace politique prônant le libéralisme et le désengagement de l'Etat comme celle des institutions très axée sur les questions de déréglementation et de privatisation invitent à voir dans le renouvellement des formes de concurrence la dynamique institutionnelle dominante. Cela impliquerait que cette réorganisation des rapports marchands non seulement étende son champ d'action, ses ayants droits et avantages mais aussi influence les évolutions observables dans les autres domaines.

D'une certaine façon la dégradation du rapport salarial confirme à la fois cette hiérarchisation et son impact. En l'occurrence cette fragilisation se produit plus par effet de

composition, avec l'apparition de catégories nouvelles comme celles d'emplois précaires de divers ordres, que par la suppression de catégories anciennes. L'individualisation des salaires et des parcours témoigne de l'influence dominante des formes de concurrence.

Le processus d'institutionnalisation en cours va se traduire par une expansion des catégorisations et classifications autour tout ce qui régule les rapports marchands et la finance. Droits et réglementations vont être au cœur de ces transformations. Mais cette coordination passe aussi par des normes et des certifications.

Mais là n'est sans doute pas le seul horizon de ces transformations qui en l'état s'apparenteraient plus à un nouveau libéralisme comme on a pu en connaître à la fin du 19^{ème} siècle qu'à la mise sur pied d'un contexte réellement nouveau pouvant susciter l'adhésion sur une base assez large. Réduit à la libéralisation de quelques marchés, y compris financier, le nouveau régime n'aurait de fait que peu d'avenir, faute de légitimité politique et d'assise économique. C'est d'ailleurs pour cela que nous n'avons pas repris la caractérisation proposée par Aglietta (1998) trop uniquement centrée sur la financiarisation ..et partant communément admise comme instable (ce que la crise boursière de 2001 a amplement confirmé).

Force est donc de prendre une vue plus large des transformations en cours et de leurs bénéficiaires pour apprécier réellement les enjeux de la période de transition encore en cours.

De fait la redéfinition des rapports marchands peut concerner toutes les composantes des modes de vie et de consommation. Les marchés sont des organisations variées dont l'usage comme celui du travail salarié peut être fortement institutionnalisé. Le mouvement assez universel de déréglementation entamé au début des années 80, dont la politique de Thatcher et Reagan est emblématique, ne doit pas induire en erreur ; il s'agit plus d'une redéfinition des rapports marchands et de ses formes d'institutionnalisation. En particulier l'intervention publique n'est plus directe mais s'exprime à travers normes, réglementations prudentielles, procédures et développement de nouvelles intermédiations, là où auparavant primaient des réglementations « sectorielles », limitant l'accès à certaines activités, ou leur cumul. Les modalités des « libéralisations » des années 80 et 90, ont à juste titre été associées à un retrait de l'Etat. Il ne faudrait pas oublier pour le futur que le même mouvement s'accompagne d'une volonté générale d'informations, de contrôle, de précision des responsabilités à l'égard de tous les marchés, ce qui étend paradoxalement le champ d'intervention de la tutelle publique. Ce que nous appelons la

redéfinition des rapports marchands apparaît dans cette perspective comme une nouvelle frontière qui selon l'état de l'opinion, des débats politiques et de la capacité à innover dans ce domaine peut conduire à des projets de société très différents. Les difficultés rencontrées au tournant du siècle, des crises financières aux risques «écologiques» de toutes natures, sur fond de stagnation et d'inégalités croissantes, favorisent une réappréciation des rapports entre intérêts collectifs et intérêts privés. Cette évolution est la conséquence directe des caractéristiques structurelles des régimes de croissance émergents : plus d'information et de connaissances élargissant (inégalement) les perspectives stratégiques des agents, rendant plus manifestes des interactions, des externalités dont la prise en compte devient impérative et favorise de façon cumulative toutes les procédures de contrôle, certification, intermédiations précitées où la tutelle publique est omniprésente, même si les formes en sont des plus indirectes (en particulier dans de nouveaux rapports entre public et privé au niveau opérationnel même). Il ne faudrait pas non plus penser que les internalisations des externalités précitées découlent directement des apports de la science. Le discours des experts a beaucoup d'importance mais il est aussi admis qu'il ne permet guère de trancher réellement mais plutôt d'éliminer des thèses manifestement fausses, des revendications erronées, laissant une large place aux conventions entre parties, aux choix éthiques. D'où l'importance accrue des discussions et débats qui traversent nos sociétés sur toutes ces questions spécifiques. Cette tendance critique, réflexive ne peut aller que croissant. Il ne faut pas non plus penser que cette redéfinition des rapports marchands soit très avancée. Si l'on cherche à faire le bilan des politiques de déréglementation, comme le fait l'OCDE depuis 1998 (cf Nicoletti, 2001) on constate des changements importants dans les années 90 en particulier en matière de libéralisation du commerce international, de soutien à l'entrepreneuriat (simplifications administratives) mais des différences importantes demeurent en matière de services publics où les spécificités nationales restent élevées, sans compter sur les difficultés rencontrées dans tous les pays pour réformer les grands systèmes de santé et d'éducation, mis à mal par une montée des exigences, considérée comme tout à fait légitime côté demande et une dégradation des conditions d'exercice, côté offre devant les coûts que représente l'extension continue de la production.

On voit ainsi dans cette première décennie comment les discussions autour des services sous tutelle publique vont être au cœur des grands choix politiques. Ces questions centrales pour

le futur de nos sociétés manifestent bien le glissement qui s'opère entre une époque où l'entrée dans un salariat organisé avait valeur de citoyenneté et le présent où ce statut passe aussi par la capacité d'une société à garantir l'accès à certains services et à la capacité de les utiliser de façon satisfaisante, un fonctionnement responsable et transparent des marchés et des processus productifs²⁵. Ne soyons pas naïfs pour autant, nous pointons dans la direction que nous semble prendre les transformations des institutions, des organisations et pratiques, mais les contradictions sont nombreuses dans ces mouvements et la nature du régime reste dépendre de la façon dont le politique, en ses nouveaux chantiers, établira les arbitrages, dans une macro-convention que nous avons encore du mal à cerner.

4 Recomposition du politique et convention de croissance.

On a déjà souligné qu'à la différence du régime de croissance passé les changements institutionnels des dernières décennies n'étaient pas guidés par de grandes conventions politiques comme le furent celles qui dans l'après guerre affirmèrent la nécessité d'interventions publiques pour soutenir la croissance et réaliser le plein emploi, selon des modalités (et des niveaux d'exigence) propres à chaque nation. Cette affirmation doit être relativisée sur deux plans de façon qui aident à mieux saisir les réalités contemporaines. En premier lieu il est quelque peu volontariste et simplificateur de parler ex post de «convention» de plein emploi là où des débats politiques (au niveau des partis et des assemblées) conduisirent à affirmer certaines priorités en faveur du plein emploi pour aussitôt sinon les dénoncer du moins combattre activement ce que l'on appelle l'institutionnalisation du rapport salarial. Dans tous les pays concernés cette évolution fut obtenue le plus souvent de façon assez conflictuelle, aux termes de luttes sociales souvent encadrées par les syndicats. La notion de convention est donc utilisée ici de façon pour le moins extensive. Elle aide à rendre compte de la légitimité de certaines revendications qui conduisirent les économies à développer des systèmes de protection sociale et de droit du travail plus ou moins « avancés » selon les cas.

A contrario la seconde remarque souligne que l'on pourrait fort bien voir d'abord dans les projets Reaganien et Thatcherien de déréglementation et de retrait de l'Etat et surtout dans le

²⁵ Evolution du statut de la citoyenneté que Théret (1994) souligne aussi comme un passage de l'avoir (avec le pouvoir d'achat que donne le salaire) à l'être (où les comportements impliquent savoir faire et contextes policés ..par une « nouvelle » institutionnalisation des rapports marchands).

prolongement « travailliste » qu'en propose la Troisième Voie de Tony Blair, les linéaments d'une macro convention redéfinissant le rôle et les conditions d'intervention de l'Etat en insistant sur l'autonomie et la responsabilisation individuelle. Il est vrai qu'en insistant sur une certaine réforme « activiste » de l'Etat Providence beaucoup plus que sûr les qualités requises des services publics ou plus généralement encore sur une nouvelle approche du bien être et de la citoyenneté, la version britannique de la Troisième Voie est apparue assez limitée. Son expansion , en particulier vers la sphère des services publics, a été esquissée , sans lendemain , par le gouvernement Jospin²⁶. La possibilité d'un tel élargissement n'est certes pas perdue et le dernier rassemblement de dirigeants internationaux sympathisants sous l'emblème de la Gouvernance progressive, organisé par Blair en juillet 2003, a particulièrement insisté sur le thème des services publics. Mais les divisions entre pays restent sur ce point importantes. Si les politiques d'activation du marché du travail²⁷ entraînent bien dans la ligne des réformes « libérales » du marché du travail prônées par l'OCDE dans les années 80, les interventions dans le champ des services publics, redéfinissant les services universels, les conditions d'accès et les modalités des prestations se heurtent à la diversité des situations nationales et aux contradictions que leur développement représente par rapport au droit de la concurrence qui régit les rapports internationaux. Ces divergences sont tout à fait manifestes à l'échelle européenne. Malgré l'intérêt pour le thème manifesté par un récent memorandum sur les services publics, la question n'est pas réellement à l'agenda des politiques européennes et la convention européenne n'envisage nulle action de promotion ou d'harmonisation , se contentant de souligner la diversité des situations nationales et assurant respecter les développements de ces divers secteurs conformément aux traditions nationales. La Communauté Européenne n'a donc manifesté aucune ambition d'ouvrir un débat politique sur ces thèmes.

L'impulsion d'une éventuelle nouvelle convention ne viendra donc pas à ce stade de l'initiative des centres politiques traditionnels.

Les déterminations en ce sens ne sont pas assez fortes dans les Etats qui auraient pu être porteurs de tels projets (comme la France, l'Allemagne mais aussi et surtout les pays

²⁶ Voir son exposé in Jospin(1998) et les commentaires in Petit (2001).

²⁷ Pour une analyse comparative de ces politiques d'activation du marché du travail , voir Barbier J.C. 2000. Notons de plus que les flexibilisation du marché du travail ne sont plus dix ans après des priorités , les divers pays ayant à leur manière assuré les possibilités de mobilité du travail requises par les mutations en cours.

scandinaves, sans doute trop spécifique dans leur gestion des rapports public/privé, individuel/collectif pour défendre un modèle exportable vis à vis de leurs partenaires) et les problèmes de coordination sont trop importants pour espérer à court terme voir s'exprimer une convention nouvelle.

On a par ailleurs bien des raisons de penser qu' à cinquante années de distance l'articulation du champ politique à celui des institutions et de l'économique ne fonctionne pas de la même manière. D'une part dans la plupart des pays développés l'intégration au salariat est devenue la voie de socialisation dominante. D'autre part le développement de la protection sociale a atteint des niveaux qui ont marginalisé les situations de grande pauvreté et diffusé l'idée que l'Etat assumait un rôle de protecteur en dernier ressort. Dans les années 80 l'individualisation des salaires a revendiqué au nom de la justice et de l'efficacité plus de différenciation, d'inégalités de traitement en relation avec des inégalités d'effort mais aussi de capacités. On est donc loin de pouvoir formuler en termes simples uniformisants un objectif commun. Ce besoin de différenciation est lui même inhérent à ce que nous avons appelé la nouvelle donne structurelle, où plus d'éducation , de technologies de communication et d'ouverture au monde ont élargi les capacités stratégiques des agents en fonction des capacités de chacun à en tirer parti. La croissance des inégalités est donc loin de déclencher d'emblée un mouvement de solidarité fédérateur.

Force est de plus de constater que l'animation de la vie politique a souvent été le fait de mouvements aux objectifs précis et circonscrits. A cela deux raisons, la fin des grandes idéologies totalitaires d'une part ; la volonté de cibler des objectifs, donnant des mandats clairs aux représentants dont ces derniers peuvent être directement comptables. Ce nouveau rapport avec la politique qui contraste avec les mandats généraux et les délégations de pouvoir sans limites dans des sociétés aux rapports de classe bien marqués est assez significatif de certaines des transformations sociales contemporaines. Le terme anglais d'*accountability* rend bien compte de cette exigence nouvelle qui déborde largement le champ des questions publiques pour renvoyer à toutes les transactions entre agents où l'on cherche à identifier toutes les responsabilités , avec toutes les parties prenantes, c'est à dire en tenant compte de tous les effets externes possibles et patents dans les nouvelles conditions d'information et de connaissance. Cette extension du champ d'application de la notion d'*accountability* participe bien de la

redéfinition des « rapports marchands » évoquée à la section précédente. Cette volonté de bien faire apparaît ex ante parties prenantes et responsabilités va de pair avec une exigence de transparence. La création d'institutions et surtout d'organisations associatives chargées de veiller à cette transparence en est un des signes les plus patents. A cet égard en retenant l'exemple de Transparency International notons qu'il s'agit souvent d'agences opérant à un niveau international. Nombre des mouvements politiques spécifiques précités ont de fait souvent une dimension internationale, qu'elle soit présente d'emblée (comme dans les mouvements écologiques de type Greenpeace), ou intervienne lors d'une phase d'expansion du mouvement (comme ce fût le cas à la suite des succès du mouvement ATTAC en France). Cette dimension internationale (qui s'arrête rarement aux frontières des grandes régions en cours d'intégration de par le monde) tient au caractère universel et précis des objectifs de ces mouvements politiques. Elle témoigne à la fois de l'universel succès de ce mode d'action ...mais aussi de la diffusion à l'échelle internationale des analyses et propositions de ces divers groupes grâce aux moyens de communication et en tout premier lieu à internet. En fait les médias, et internet en particulier sont des éléments constitutifs du nouvel univers politique. Cela ne concerne pas que les nouveaux mouvements associatifs. Les médias, et la télévision en tout premier lieu, sont devenus de par leur poids dans les élections de la vie politique « traditionnelle » de chaque pays des enjeux majeurs. Les stratégies déployées y sont complexes, et la frontière entre information et manipulation des opinions des plus floues. La décentralisation de la vie politique que représente l'essor des mouvements aux causes diverses en regard des partis généralistes traditionnels centralisés ne favorise pas une lecture critique de ces informations ..mais plusieurs sans garantie de cohérence. Les progrès des techniques d'analyse d'opinions favorisent parallèlement une vie politique très centralisée où les pouvoirs en place peuvent réagir à l'opinion publique en temps réel (comme ils peuvent l'influencer). Reste à savoir ce qui à long terme forme les opinions et nourrit les débats entre cette vie politique centralisée au niveau des instances traditionnelles et la vie politique plus décentralisée et internationalisée qui s'est développée à travers les divers mouvements de type associatif apparus pour l'essentiel dans ces deux dernières décennies. Tout ceci peut être le creuset d'un renouvellement profond du personnel politique et des fonctions électives. Ceci peut manifester une nouvelle façon de faire de la politique où les mouvements gagnent en crédibilité et généralité suffisamment pour structurer des débats autour des questions

qui nous occupent sur les qualités du mode de développement susceptible à la fois de rassembler une large majorité de citoyens et d'initier ou de compléter un aggiornamento des contextes institutionnels qui puisse soutenir la mise en place d'un régime de croissance « durable ».

La phase présente est encore assez confuse. D'un côté les rouages de la vie politique institutionnalisée n'ont pas forcément tiré partie des valeurs que mettent en avant les mouvements associatifs. La transparence reste tout relative et aux bons soins de médias à la fois concentrés et sous influence partisane ; la responsabilisation et la reddition de comptes ne sont pas forcément plus répandues qu'auparavant. A contrario les mouvements associatifs restent divisés et leur crédibilité respective n'a pas d'effet cumulatif leur permettant de traiter de questions plus générales. Surtout leurs audiences restent peut-être trop limitée à des fractions de la population déjà bien informée et disposant de connaissances plus étendue que la moyenne. Tout dépend des questions traitées ; certains mouvements sont en prise directe sur des problèmes sociaux contemporains, en particulier ceux liés à une aggravation des inégalités sociales. Il serait aussi souhaitable que ces mouvements couvrent les principaux domaines en jeu dans la redéfinition des rapports marchands. Ainsi des mouvements d'usagers pour les services « publics » ou d'intérêt public , pour les systèmes de soins et d'éducation qui soient particulièrement actifs, innovants (pour guider ces réformes impossibles) et stratégiques pour assurer l'interface avec les autres acteurs du nouvel univers politique composite constitueraient des avancées appréciables pour élaborer le projet social qui manque à l'assise d'éventuels nouveaux régimes de croissance²⁸.

Reste la question de l'articulation entre les priorités reconnues à l'échelle des nations et celles qui permettent leur coordination à l'échelle internationale.

Les « exemples » dont on dispose confirment à la fois l'orientation générale d'une redéfinition des rapports marchands qui s'appuie sur des éléments de projets de société , voire de certaines conceptions du bien être des populations. La réunion annuelle des mouvements associatifs divers à Porto Allegre est dans notre perspective riche d'intérêts et porteuse de plusieurs leçons. Le succès médiatique (y compris le parallèle établi avec Davos), le nombre des participants de toutes nationalités et la diversité des thèmes illustrent fort bien cette dynamique de renouvellement des univers politiques nationaux. La volonté manifestée dès l'année 2002 de

²⁸ Boyer (2002) attache une importance particulière à ces systèmes de santé et d'éducation pour favoriser l'émergence d'un nouveau régime dit anthroponomique mais cela nous semble d'emblée renvoyer à un horizon de très long terme.

trouver des thèmes qui assurent une certaine cumulativité des expériences et favorisent la promotion d'objectifs communs est particulièrement pertinente dans notre perspective. Elle a conduit à juste titre à privilégier des objectifs de services publics comme la distribution de l'eau, où se combine à la fois des menaces écologiques, économiques (avec des privatisations mal contrôlées de l'approvisionnement) et politiques (où la rente que cette ressource représente est source de pouvoirs).

On retrouve des préoccupations qui ont récemment été retenus comme prioritaires par des institutions internationales comme la Banque mondiale, développant toute une littérature sur les biens publics internationaux qui vient compléter les recherches de « mise en sens » du développement attendus des débats nationaux (cf Kaul 1999, Drache 1999). Les travaux d'Amartya Sen sur les indicateurs de bien être ont largement contribué à fonder ce débat à l'échelle internationale. Il ne s'ensuit nullement que toutes les négociations à l'échelle mondiale bénéficient d'une telle bénévolence. Les difficultés rencontrées à l'occasion des négociations internationales sur le climat, marchandant de façon cynique les droits à polluer, font ressortir les égoïsmes nationaux et surtout une hiérarchie des puissances où les Etats-Unis occupent une place impériale. Bush a inauguré son mandat en refusant d'entériner les accords de Kyoto. Depuis, cette politique de pouvoir s'est inscrite dans le droit fil des thèses des néo-conservateurs américains. Elle influence les négociations au sein de l'OMC, en particulier sur les services comme les coordinations internationales en matière de droits de propriété intellectuelle ou de normes comptables. C'est assez dire que la redéfinition des rapports marchands qui s'engage en contrepoint de l'établissement d'un éventuel nouveau régime de croissance va être fortement conditionnée par cette configuration des relations internationales. La dimension internationale de l'action des ONG prend à cet égard toute son importance, en permettant un certain contournement de l'ordre des priorités imposé par la hiérarchie des nations.

5 La diffusion de nouvelles pratiques et organisations et l'émergence d'un nouveau régime de croissance.

Au delà des règles et des politiques qui entendent le gouverner un régime de croissance c'est avant tout un ensemble de comportements dont la diffusion permet de dégager des gains de productivité. Un premier constat sur l'immaturation du régime peut être tiré des débats autour du

paradoxe de la productivité. Dans les années 90 les gains de productivité n'ont été importants que dans les industries produisant les biens d'équipement des TIC (soit moins de 8% du PIB dans le meilleur des cas). Dans les industries utilisatrices de TIC et en particulier dans les services, les gains sont faibles (cf van Ark 2001). Il est vrai que ces activités posent des problèmes de mesure qui nous ramène à la question précédente d'une nouvelle convention de qualité touchant en particulier tous ces activités tertiaires plus ou moins sous tutelle publique. Cela ne veut pas dire que rien n'a encore changé du côté de la production comme de la consommation. Le nouveau contexte créé à la fois par les changements structurels et institutionnels ont élargi les perspectives stratégiques des agents, les conduisant à modifier leurs organisations. Un des effets majeurs a été de pousser plus avant la division du travail entre firmes. Cette évolution qui favorise tout un ensemble d'innovations de process et de produit conduit à une différenciation de la production qui permet aux consommateurs d'accroître leurs compétences et de préciser leurs goûts. Tous les consommateurs et tous les entrepreneurs sont loin d'être pareillement avertis et l'une des constances des politiques néo-schumpétériennes de soutien à la compétitivité a été de diffuser auprès des petites et moyennes entreprises²⁹. Les efforts ont été moins nets du côté des consommateurs alors qu'à plusieurs titres accroître la « qualification » des consommateurs dans le domaine des grands services réseaux ou des systèmes d'éducation et de santé reste sans doute un élément clé dans le lancement d'un nouveau régime. On retrouve là certains éléments clés déjà abordés à propos de la convention politique. Il faut à la fois favoriser les processus d'apprentissage qui permettront aux acteurs d'utiliser les possibilités stratégiques qui leur sont offertes mais aussi développer une culture de la transparence et de la responsabilité qui facilite les coordinations nouvelles qu'impliquent la prise en compte d'un certain nombre d'externalités maintenant reconnues. Toute la logique d'économies dites en réseaux passe par là ; la valeur d'un réseau dépendant non seulement du nombre de personnes qui y accède mais aussi de la qualité de leur accès (en termes de capacités à utiliser les potentiels du réseau). Il est difficile de mener de façon centralisée et lointaine des politiques du type évoqué qui doivent être au contraire très

²⁹ Notons que certaines PME, dans ce processus d'extension de la division du travail entre firmes, sont au contraire des plus averties.

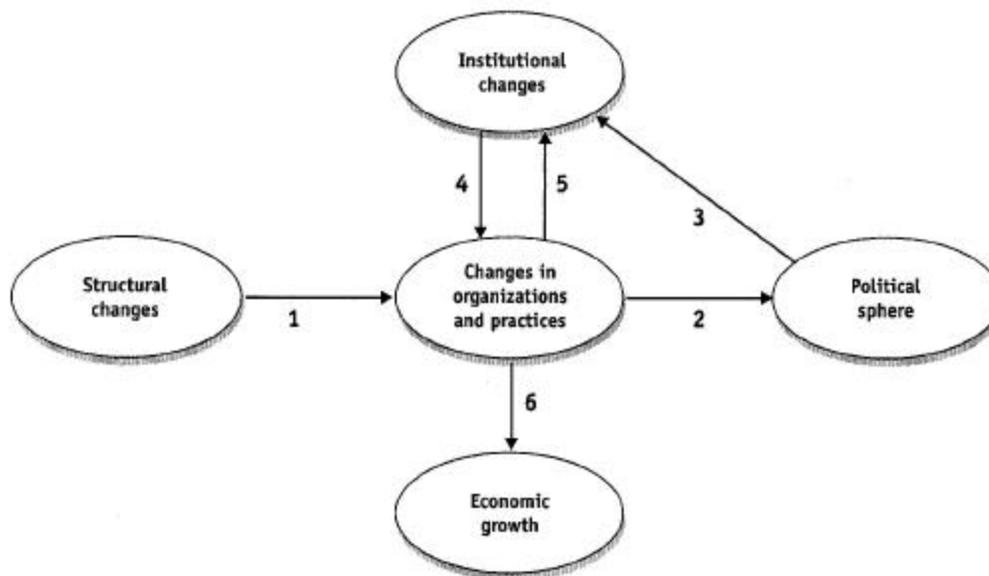
différenciées. Le centre peut de ce fait veiller à l'existence de grandes structures d'intermédiation; mais c'est plutôt au niveau local, avec un certain interface facilitant l'accès à des expertises externes si besoin, que doivent s'opérer des changements organisationnels productifs, avec mise en commun de ressources et interaction dans les apprentissages. Ceci vaut aussi bien pour les entreprises que pour les citoyens et concerne aussi bien le marché du travail que celui des services d'intermédiation ou les systèmes de santé ou d'éducation. Ces changements dans les pratiques ne sont pas pour autant renvoyés aux seuls niveaux locaux. Non seulement la régulation des grandes logistiques implique des coordinations centralisées mais les actions locales doivent s'appuyer sur une certaine culture des synergies que peut encourager centralement une certaine diffusion de l'information et un accès facile aux connaissances spécifiques qui peuvent être requises localement. Cela ne suffit pas, en particulier lorsque les situations locales sont aussi ouvertes et en prise sur le monde extérieur qu'elle le sont dans le contexte contemporain. Il importe par exemple que les entreprises multinationales respectent un certain code de comportement et ne se laissent pas aller aux facilités de court terme de comportements prédateurs. C'est un autre front où les ONG évoquées précédemment peuvent jouer un rôle précieux en obtenant d'un certain nombre de multinationales des engagements sur la transparence, les parties prenantes et leurs responsabilités. C'est aussi un signe de la fragilité de l'émergence d'un nouveau régime que de voir que l'obtention de synergies locales peut dépendre d'entreprises aux logiques peu dépendantes des situations locales concernées. Cette fragilité est aussi très différente selon les pays. La complexité des mécanismes en jeu peut pousser à un certain scepticisme quant à l'émergence d'un nouveau régime de croissance. Il n'en reste pas moins important de se risquer à préciser les grands traits des régimes susceptibles de se développer. Cela permet de situer les enjeux politiques et institutionnels et d'esquisser les lignes de cohérence dans un ensemble qui peut paraître de plus en plus désorganisé (comme le soulignent Lash et Urry 1987). Faute de quoi des « ordres » parmi les plus inégalitaires et les moins créateurs de richesse et de bien-être finiront par s'imposer.

Bibliographie

- Aglietta M. (1998) *Le capitalisme de demain*. Note de la Fondation saint Simon. Paris, novembre
- Arestis P. Sawyer M.eds. (2001) *The Economics of the Third Way*. Cheltenham UK : Edward Elgar
- Barbier J.C (2001), “Welfare to Work Policies in Europe, The Current Challenges of Activation Policies”, communication à la conférence sur Unemployment and Health in Europe, Berlin, Technical University of Berlin, 6-7 July.
- Boyer R. (2002) *La croissance début de siècle*. Paris, Albin Michel
- Drache D. (1999), “*The return of the public domain after the triumph of markets : revisiting the most basic of fundamentals*”, Carta Internacional ano VII, n°74, Sao Paulo,
- Giddens A. (1998) *The Third Way* .Cambridge : Polity Press
- Heilbroner R.L. et Milberg W. (1995) *The crisis of vision in modern economic thought*. Cambridge University Press
- Jospin L. (1999) *Modern Socialism*, Fabian Pamphlet 592, The Fabian Society, London
- Kaul I. (1999), *Public Goods : Taking the Concept to the 21st Century*, New York, Oxford University Press.
- Lash S. , Urry J. (1987) *The End of Organised Capitalism*. Cambridge: Polity
- Nicolleti, G. (2001) “Regulation in services: OECD Patterns and Economic Implications,” Economics Department, Working Paper no. 28, June (Paris: OECD).
- Petit P. (2002) « The roots of the new economy : an institutional perspective », International
- Petit P. (2001) “Distribution and growth: can the new left deal with the neo-schumpeterian “Accord”?”, in Arestis P. and Sawyer M. eds
- Petit P. (1999) “Structural forms and Growth Regimes of the post Fordist Era” ,*Review of Social Economy*, september.
- Théret B. (1994) “To have or to be: on the problem of the interaction between State and

economy and its solidarist mode of regulation”. *Economy and Society* , Vol 23 N°1, February
Van Ark B. (2001) *The renewal of the old economy: an international comparative perspective*.
STI Working paper 2001/5, OECD, October

Figure 1
Relations entre changements structurels, institutionnels
et organisationnels dans la détermination d’un régime de croissance



Sociedad de la Información o de la Comunicación?

Eduardo A. Vizer

Keywords: Comunicación, in-formación y estructura. Signo, sentido y valor. Métodos naturalista, interpretativo y crítico. Sociedad de la Información.

Abstract: Se establecen proposiciones que ayuden a definir diferencias específicas entre los términos información y comunicación. En el título del trabajo se separa el prefijo “in” de información, para recalcar que la etimología latina del término se refería a la idea original de formar, y que la noción de información presupone “formar desde adentro”, o “in-formare”. En este sentido, se presenta una argumentación (proposición?) sobre el concepto de estructura (económica, social o lingüística), asociada a la de información (o in-formación, como código, como reglas de establecimiento de relaciones regulares entre los elementos dentro de un sistema). Epistemológicamente, la unidad de análisis de la información (bit, número, etc.), se diferenciaría de la noción semiótica-comunicacional de signo en cuanto a sus especificidades y sus posibilidades de generar sentido y valor. La unidad de información adquiere sentido y valor en una relación sujeto-objeto, y la comunicación en relaciones sujeto-sujeto, ya sean éstas mediatizadas –por cualquier clase de dispositivo o soporte técnico, sea éste informacional, digital o analógico (desde un artefacto primitivo a Internet por ej.)-, ya sean relaciones interpersonales cara a cara. Los conceptos de sentido y de valor serían así efectos de una relación definida por interpretantes. Se convalida así la legitimidad y la validez de la coexistencia del método científico naturalista con la de los métodos interpretativo y el crítico dentro de un mismo campo de problemas de investigación (ejemplos: economía política, sociología o semiótica de las industrias culturales; el cognitivismo y la hermenéutica en la comunicación; las teorías económicas sobre la sociedad de la información, o bien su sentido y su valor ideológico o imaginario, etc.). Por último, se proponen los conceptos anteriores como un aporte a las discusiones sobre la sociedad de la información.

Las ciencias sociales “nomotéticas” (en búsqueda de regularidades y leyes estructurales en la economía, las instituciones políticas y sociales), se debaten usualmente entre dos paradigmas opuestos para abordar las determinaciones fundamentales en los procesos sociales: la predominancia de las “estructuras”, o bien las de los actores sociales (agentes económicos, políticos o culturales). La vieja problemática intelectual planteada en Alemania en las últimas décadas del siglo XIX sobre la necesidad de *comprender* o *explicar* las acciones humanas, sigue aún vigente.³⁰ Las estructuras determinan “en última instancia” las conductas de los hombres, pero éstos a su vez *reconstruyen* –consciente o inconscientemente- a los contextos y las estructuras que sustentan la urdimbre de sus vidas cotidianas así como a las estructuras colectivas. El problema -tanto ontológico como epistemológico- de la “ideología”, sigue en plena vigencia aunque en otros modalidades discursivas, hasta tanto no se cuente con paradigmas teóricos que den cuenta del viejo problema de las articulaciones entre estructura y acción social, entre la explicación y la comprensión, y entre las “determinaciones objetivas” y los procesos de construcción de sentido y de valor intersubjetivo (o bien transubjetivamente, en tanto procesos simbólico-culturales de naturaleza colectiva).

El paradigma comunicacional ha planteado originalmente este problema en términos promisorios a partir de las décadas sesenta y setenta, pero aún se ha mostrado poco fructífero, posiblemente por cierto rechazo de los respectivos mundos académicos. Pero a su vez los comunicólogos (y sobre todo los comunicadores) no han sabido plantear la problemática mas allá de las declaraciones altisonantes sobre la naturaleza inter (o trans)disciplinaria de la comunicación. Y los Estudios Culturales se han preocupado mas en recoger las experiencias etnológicas particulares que en abordar los problemas epistemológicos de fondo que plantea una perspectiva comunicacional en la construcción de las diferentes ciencias sociales. La denominación de ciencias de la comunicación presenta una curiosa paradoja, al punto de que la

³⁰ M. Augè (1992) nos recuerda que “La etnología se preocupó durante mucho tiempo por recortar en el mundo espacios significantes, sociedades identificadas con culturas concebidas en sí mismas como totalidades plenas: universos de sentido en cuyo interior los individuos y los grupos que no son más que su expresión, se definen con respecto a los mismos criterios, a los mismos valores y a los mismos procedimientos de interpretación”. “De estos universos, en gran medida *ficticios*, se podría decir que son esencialmente universos de *reconocimiento*. Lo propio de los universos simbólicos es constituir para los hombres que los han recibido como herencia, un medio de reconocimiento más que de conocimiento: universo cerrado donde todo constituye signo, conjuntos de códigos que algunos saben utilizar y cuya clave poseen, pero cuya existencia todos admiten, totalidades parcialmente ficticias pero efectivas, cosmologías que podrían pensarse *para hacer las delicias de los etnólogos*”.

propia definición de la comunicación en tanto disciplina científica aparece un tanto borrosa. Una ciencia implica un conjunto de conocimientos así como de procedimientos y prácticas normalizadas y legitimadas por ciertos criterios de “verdad”, así como por una comunidad de investigadores y un reconocimiento social y cultural sobre su relevancia, autonomía y especificidad. El conocimiento comunicológico aún se ubica en un status borroso e incierto respecto a su propia madurez (y legitimidad). Y esta opacidad aumenta a medida que su(s) objeto(s) de estudio se aleja(n) de la “visibilidad fenomenológica” de los medios de comunicación, o de los textos materiales. Cuando la comunicación des-cubre las fronteras entre el mundo objetivamente visible y el de los procesos simbólicos, la formación de sentido y la propia subjetividad, la comunicación se torna en un conocimiento más incierto, volátil y alejado de los parámetros tradicionales del quehacer científico. Pero es precisamente en ese territorio de procesos de “frontera” entre el mundo objetivo y el de su resonancia simbólica e imaginaria, donde la naturaleza del “objeto ontológico” de la comunicación reconoce su identidad, y su presencia como una ciencia sobre los procesos de formación de sentido, tanto desde el nivel de la subjetividad personal como de la construcción de los colectivos de la cultura.

La comunicación define la especificidad de su(s) objeto(s) de estudio, en los procesos y dispositivos que atañen a la (re)producción de los dominios y los diversos universos de sentido que constituyen a la cultura y la vida social. Como *mapas de un territorio imaginario*, sirven de guía -y también de construcción de certezas- para orientarse dentro de los territorios de la vida social. Más aún, a partir de los sobreentendidos y las experiencias sobre los que se construyen los fundamentos de su propia vida, los sujetos *construyen los valores, los contextos, las tramas y los relatos de sus “mundos de la vida”*.

Pero esta concepción “social” o cultural de la comunicación se ha visto controvertida y hasta cierto punto sutilmente descalificada como “ciencia humanística”, por parte de los cultores de una visión objetivamente tecnológica –ingenieril y aún administrativa- sobre la comunicación en tanto dispositivo cognitivo e informacional. Aclaremos, el problema que se plantea *no* es sobre la concepción de la comunicación en tanto “dispositivo”, ya que sería imposible su materialización sin la existencia de “dispositivos socioculturales y lingüísticos” preexistentes. La inquietud responde mas bien a la concepción y al tipo de dispositivo en que se piense (simbólico, lingüístico, tecnológico o institucional) para diseñar y abordar los procesos comunicativos. La

discusión se establece con lo que podríamos definir como concepción estrictamente informacional y/o cognitiva de la comunicación. La comunicación en tanto “sistema cerrado”, reducido a “artefacto” para la formalización de datos, del registro y la transmisión eficiente de paquetes de información entre diferentes agentes sociales o bien tecnológicos. Evidentemente, ésta información y sus respectivos dispositivos conforman la infraestructura de base que sostiene a las tecnologías modernas, a la producción económica, los sistemas financieros, las administraciones burocráticas, las instituciones de planeamiento y los mecanismos de creciente control social. Y no debemos olvidar que las políticas de planificación estatales de la segunda posguerra se asentaron en una fé ingenua sobre la racionalidad económica y social implícita en los programas y planes de desarrollo. Durante un par de décadas su legitimidad académica aumentaba en la medida en que se lograban acumular datos e informaciones objetivas, precisas y eficientes: sobre recursos, demandas, necesidades, ciclos económicos, proyecciones de consumo y tendencias del mercado. La econometría representó en este sentido una cierta concepción idealizada sobre la racionalidad de las proyecciones de la ciencia económica. Mientras la econometría formaliza y “encierra” al proceso económico en el dominio de los procesos previsible, la economía política por otro lado reintroduce los contextos sociales reales marcados por la complejidad estructural, la política, el juego de los intereses sectoriales y el interjuego de los agentes internos y externos al “sistema”.

Nuestra observación crítica se establece por un lado en la proposición de que la *naturalización* del proceso económico es inseparable de una visión “informacional”, y que esto reduce la materia de “lo” social a ecuaciones sobre una naturaleza económica formal (como por ej. la naturalización y universalización del principio de la competencia en el mercado y entre los agentes sociales, la noción del homo economicus, o de la toma de decisiones de acuerdo a meros criterios apriorísticos sobre una racionalidad abstracta y una única motivación valedera para los individuos: el interés personal). La naturalización de una estructura productiva -económica, institucional, política o cultural- tiene al menos dos “lecturas”: por un lado supone la existencia *objetiva* de una lógica interna de construcción que ha mostrado ser consistente y autoreproductiva (podríamos decir en sentido darwinista que ha logrado sobrevivir y evolucionar con éxito). De ahí la posibilidad de hacer estudios *objetivos* y *explicativos* sobre sus procesos regulares, como variables cuantitativas, registrables como unidades de información sobre el sistema en

cuestión. Por otro lado, es posible realizar otro tipo de *lectura*. Podríamos hablar de una lectura interpretativa o crítica. En primer lugar, poniendo en cuestión el recorte del objeto de estudio, como un “sistema” cerrado y autoreproductivo extrayendo del análisis los factores históricos, los contextos sociales, simbólicos e imaginarios *dentro* de los cuales el “sistema” se generó, definiendo sus fronteras y particularidades (podríamos mencionar como ejemplos epistemológicamente opuestos, a los análisis marxistas en relación a la Teoría General de Sistemas, a la Teoría de los juegos, o la sociología empírica).

Todas las proposiciones sobre la Sociedad de la Información, o la Sociedad del Conocimiento, llevan implícitas una visión marcada por los paradigmas de la información, y la racionalidad funcional o instrumental que guiaría el funcionamiento eficiente de las instituciones y las estructuras sociales, en un mundo que nos permitiría ocuparnos de la belleza creativa del conocimiento sin preocupaciones por “los errores y la subjetividad en las decisiones de los hombres” (las máquinas inteligentes nos librarían de la arbitrariedad humana en la toma de decisiones, ya que las alternativas que surgieran podrían plantearse a través de algoritmos matemáticos o aleatorios como los que propone la teoría de los juegos). Con ironía dramática, podríamos parafrasear a Marx cuando menciona la posibilidad de pasar históricamente de la era de la administración sobre los hombres a la administración sobre las cosas. Los peligros de una sociedad de la información con controles centralizados estriban precisamente en pasar a una era de administración de los hombres *por* las cosas (centrales robotizadas de inteligencia, al estilo de G. Orwell, en su novela “1984”).³¹

³¹ Es interesante observar que la expansión (globalización-mundialización) de los medios masivos de comunicación, presenta una modalidad mas “extensiva” que transformadora a nivel de las redes mundiales. Esto significa que sus reglas fundamentales de funcionamiento obedecen –a pesar de la transnacionalización y la centralización económica– todavía a lógicas de comienzos del siglo XX, correspondientes a la época de la aparición de la radio y la televisión. Sin embargo las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC’s), y básicamente Internet, generan lógicas de funcionamiento y de (des)organización técnica, económica, social, cultural y perceptiva totalmente diferentes a las de los medios tradicionales. Plantean una transformación cualitativa que trasciende la mera tecnología, generando la posibilidad de nuevas formas de mediatización y recreación de lazos y redes de asociatividad. Podemos decir que mientras los espacios y los tiempos en los medios masivos son determinados por su propio funcionamiento y la competencia entre los mismos, en el caso de las TIC’s, son los propios actores sociales los que definen y deciden sobre los tiempos, los espacios (físicos y simbólicos) y los contenidos que generan. Si esto se comprueba efectivamente, podríamos llegar a una curiosa conclusión: el sistema de los medios masivos –aún mundializado– responde a lógicas estructurales de funcionamiento de tipo informacionalmente restringido, y no a las lógicas y los valores de la comunicación (tal como entiendo a ambos términos en el presente trabajo). Evidentemente, las industrias culturales masivas y tradicionales –en el sentido que le atribuyó Adorno– responderían estructuralmente a la misma lógica fundamentalmente económica, lo que no sería el caso de las creaciones culturales y estéticas populares y las surgidas de los actuales artistas y “militantes ciberespaciales” de las TIC’s.

Más allá del triunfalismo tecnologicista, deberíamos preguntarnos: 1) Desde que posicionamiento podemos realizar un análisis crítico sobre las implicancias de muchas proposiciones y argumentos sobre la noción de sociedad de la información (o mal llamada “de la comunicación”)? Existe una poco percibida liviandad epistemológica y una bastante difusa y precaria construcción de conceptos y modelos teóricos sobre la propia naturaleza y las implicancias profundas de un *modo* (mediático, light, ideológicamente “neutro”) de concebir la sociedad, los modelos económicos, las políticas y los procesos de administración pública, así como las inciertas e inevitables consecuencias sobre las instituciones, la política y la cultura. 2) Desde donde hacer lo propio con respecto a una concepción implícitamente informacional de la “era de la comunicación”? La “sociedad de la información” es una mera categoría descriptiva de las transformaciones que se observan en el mundo del trabajo y de las relaciones económicas, o pretende ser –como la noción de sociedad del conocimiento– un modelo de sociedad en el sentido de lo que los futurólogos de los años setenta y ochenta denominaban “futuribles o futurables” (o sea proyecciones sobre escenarios posibles o deseables de una sociedad futura)? 3) Como entendemos la *diferencia* entre las nociones de información y la de comunicación? Diferencia “ontológica o bien epistemológica” (o en ambos sentidos)? Pueden ambos términos considerarse visiones antagónicas sobre un mismo campo ontológico de procesos de construcción de sentido, o bien correspondientes a ámbitos socioculturales y cognitivos totalmente separados entre sí? Puede llegar a constituirse una concepción complementaria –pero no reduccionista– entre ambas (del tipo de *infraestructura informacional vs. superestructura comunicacional*, como dos formas diferenciadas de construcción simbólica, lógica, funcional y representacional en la formación del *sentido y de los valores* en la sociedad)?

Podemos adherir en este punto de nuestra argumentación, a la reflexión que realiza Piaget sobre los procesos de formación de sentido. Este investigador propone una cuádruple categorización para abordar una concepción epistemológicamente genética sobre la construcción de *sentido* por medio de cuatro dimensiones constitutivas diferentes: *funcional, lógica, simbólica y representacional*. Desde esta concepción sobre la naturaleza del sentido, podría pensarse la diferencia –expresiva y cognitiva?– entre información y comunicación, en términos del grado en que predomina una o varias de estas dimensiones de acuerdo a contextos y/o funciones diferentes. Pensar en términos de información conlleva implícitamente una determinación lógica, precisa y

funcional de una operación controlada. Un “paquete” de datos y signos a ser codificados, registrados, almacenados, reproducidos y transmitidos fielmente. En otros términos, un sistema cerrado, un (auto)referente en sí mismo, que para ser “abierto” precisa de un dispositivo receptor y decodificador y de procedimientos instrumentales (como las computadoras). Podemos brindar como ejemplo a la metáfora clásica de la “caja negra”. El científico desconoce la naturaleza interna de un proceso o un fenómeno, aplica entonces en forma metódica una serie de “estímulos” para observar las “respuestas o efectos” de sus operaciones sobre la misteriosa caja. Generalmente, lo único que consigue es ciertos datos a los que ordena como información, o bien como un “modelo” sobre las operaciones o el funcionamiento interno dentro de la caja (ya sea un sistema físico, químico, psíquico o socioeconómico).

Para el ser humano, los datos precisan de un proceso de *interpretación*. Interpretación que procesa y reconstruye las relaciones entre las unidades de datos para ser organizados y “construidos” en forma de información, de textos, de argumentos, de ideas, etc. O sea, desde la perspectiva cognocitiva, los datos -como unidades de información-, para ser relevantes en tanto información, -o sea, para ser *reconocibles*-, deben ser transformados en *unidades interpretativas* (podemos agregar: para que los datos o los hechos de una “realidad fáctica” se transformen en información, inevitablemente precisan de un *interpretante*, un procesador de *símbolos* y *representaciones* sobre una realidad predeterminada). Se hace evidente la diferencia profunda entre la constitución de los procesos de la información en tanto ecuaciones algorítmicas y su procesamiento a través de *dispositivos funcionales*, y la comunicación en tanto *proceso* expresivo, simbólico, y representacional, sujeto tanto a transformaciones lógicas y epistemológicas, como a las emociones de la socialidad humana. Al mismo tiempo, la comunicación humana es posible porque la cultura, y miles de generaciones sucesivas, han hecho posible la construcción de dispositivos exitosos (como el lenguaje, la escritura y las imágenes) que los humanos usamos *para* comunicarnos. Desde la infancia aprendemos a construir y utilizar artefactos y dispositivos corporales, orales, visuales, mentales o formales para establecer relaciones y *vínculos sociales* (o sea para comunicarnos).

Nos sirve este abordaje “comunicacional” de los procesos de construcción de sentido en las relaciones humanas para echar luz sobre la noción de estructura como información –o bien información como estructura- ? Cómo *operan* las relaciones entre las determinaciones de la

estructura (económica, política, social o cultural) *sobre o dentro* de los procesos de construcción de sentido y de valor en la vida social? Hace un par de décadas atrás se hubiera planteado (erróneamente) en los siguientes términos: “como opera la macro dentro o sobre lo micro” (y viceversa)? El concepto de ideología se constituyó en tema de argumentaciones y discusiones más que en proposiciones efectivas, y finalmente en algo así como un comodín teórico, o un disparador de investigaciones no muy fructíferas. La propia oposición entre ciencia e ideología no ha resistido los embates del relativismo y las proposiciones de los ambiguamente denominados nuevos paradigmas.

Considero que los paradigmas comunicacionales pueden ayudar a construir un aporte relevante, siempre y cuando no se los entienda solamente como dispositivo lingüístico, o como discurso. Además del lenguaje, los seres humanos se comunican por medio de gestos, por acciones (concientes o no, intencionales o no), por reconocimiento o *interpretación* de contextos sociales, institucionales, cognitivos, representacionales y conductuales de todo tipo. Sin “sobrentendidos” la vida social normal sería imposible. Y el sobrentendido puede ser una función lógica que *no* implica forzosamente un proceso consciente. Puede estar en una mera *forma* cultural preestablecida hace generaciones, e internalizada a través de los procesos de socialización. Cuando un analista institucional dice que “la institución habla”, o que existe una “cultura institucional no escrita” que los miembros *reconocen y entienden*, se está refiriendo a esta noción de comunicación (institucional). La comunicación se establece en *tres registros* simultáneos: por una mediación física o material (sonidos, imágenes, etc.); por un registro simbólico (signos y significados de diferentes lenguajes, o acciones sociales “codificadas” y reconocibles); o bien por medio de “registros imaginarios” que proyectan y articulan los universos de sentido colectivos de una cultura con los del individuo.

Desde esta perspectiva amplia (y antropológica?) de los procesos de comunicación, como procesos a la vez conductuales, semióticos, simbólicos e imaginarios, como reconocimiento *de* y acción *sobre* contextos sociales..., las hipótesis y proposiciones sobre las relaciones entre el individuo y las estructuras sociales, se pueden enriquecer y plantear como campo de investigación. Una generación atrás, este “campo problemático” hubiera sido llamado el de la *praxis*.

Desde la perspectiva de una lógica de formación del valor, la diferencia entre

información y comunicación se hace evidentemente mayor: no es posible concebir la noción de valor sino como una relación objetal, en la que el “valor” es proyectado y depositado en un objeto (material, simbólico o informacional). Y es siempre determinado por sujetos (ya sean éstos económicos, sociales o religiosos; individuos, instituciones o clases sociales). Desde una lectura económica-informacional –y tecnológica-, podríamos argumentar que el “valor de uso” de una mercancía se halla determinado no por la demanda (su “valor de cambio”?) sino por la cantidad y calidad de la información-trabajo incorporados en su elaboración. O sea, que es un valor construido estructural e históricamente por una sociedad y una cultura. En cambio el “valor” de la comunicación se constituye como función de la *relación* y el *intercambio* entre sujetos (ya sea que estén interactuando o no, o que se produzca como efecto de una recepción-consumo). Se puede manifestar, por ej., en el valor que atribuimos a una obra de arte producida hace muchas generaciones atrás, o en las inferencias que hace un arqueólogo al descubrir yacimientos con objetos sobre los cuales desconoce su uso o su significación simbólica (o sea los valores de uso y los valores simbólicos atribuidos por una cultura desaparecida). El valor de la comunicación es una doble proyección entre sujetos, mediada por textos, imágenes, construcciones materiales, artefactos o meramente miradas. Mientras para los procesos informacionales el valor y el sentido funcional de un signo es fundamental, para un proceso comunicacional, el sentido y el valor es casi siempre ambiguo e indeterminado, simbólico e imaginario al mismo tiempo. El dispositivo (y las reglas) de la comunicación pasan a segundo plano, dejando en primer plano al proceso, a la acción, a los contenidos –de una conversación por ej.- entendidos no como contenidos referenciales y objetivos, sino como expresiones personales o interpersonales de los sujetos en tanto actores sociales en situación. *La comunicación se constituye en tanto praxis simbólica e imaginaria entre actores-observadores sociales que construyen sentidos y valores a través de su praxis (ya sea mediada o no).*

En los imaginarios cultivados por los medios masivos de comunicación los términos información y comunicación (en especial cuando se los asocia a “sociedad de la”) cobran una naturaleza idealizada, una proyección de valores y de modelos sociales a los que se promueven –consciente o inconscientemente- y se las asocia a visiones sobre la modernización como proceso y tendencia permanente al que se debería alimentar con políticas, proyectos y actitudes positivas (y muchas veces futuristas). Mas aún, dentro de las presiones por “estar al día”, los sistemas

educativos asumen y realimentan estos discursos en la práctica educacional para “preparar a los jóvenes para el mundo del mañana”. Y los jóvenes ingresan a las instituciones de educación superior exigiendo que se les enseñen “conocimientos útiles” para un mundo profesional y competitivo. La idea y los valores que pensamos sobre la comunicación pasan a ser una idea considerada utópica, o bien un mero instrumento más a ser repensado como una herramienta para tener éxito profesional, capacidad para las “relaciones humanas”, habilidades de venta, o para “triunfar en la vida”.

La noción de sociedad de la información remite en principio a una visión “productivista” y económica de la sociedad: transformaciones en las relaciones de producción (posterciarias, cuaternarias), en las formas de trabajo “white collar intelectual”, tecnología moderna y eficiencia, insumos y producción relacionadas con valores más “abstractos” que concretos (como determinar el valor de una “mercancía informacional”?, como medir la cantidad de tiempo y de trabajo inserto en él?). La noción de sociedad de la información implica una redefinición de la posición estructural *de* y *entre* diferentes sectores de la producción (sectores, grupos, clases sociales), etc.

Una primera duda se impone: en que momento de la historia (presente) se definen las características propias de una sociedad de la información?. Acaso no toda forma o modo de producción histórica, incorporaba implícitamente –o se basaba- en conocimientos y técnicas que incluían dispositivos informativos? (acaso toda técnica no implica una forma de saberes y de información incorporadas a la misma?). Acaso -desde una perspectiva antropológica- la tradición cultural no es una combinatoria entre *técnicas-información* que aseguran la reproducción de los recursos y las condiciones materiales de supervivencia de una comunidad, y paralelamente, un complejo de *prácticas* culturales y simbólico-comunicacionales que reproducen los *universos de sentido y de valor* que constituyen las instituciones, los vínculos y todo lo que hace a la construcción de las *identidades sociales*?

Una cuestión epistemológica fundamental se hace evidente cuando pensamos en proposiciones sobre la sociedad de la información o la sociedad del conocimiento: estamos hablando de procesos y relaciones socioeconómicas “objetivas”, o bien estamos navegando en una ola de discursos sociales y mediáticos *sobre* las transformaciones que tienen lugar en el mundo de la producción? En otras palabras: no estaremos hablando realmente sobre dos cosas –o

realidades- diferentes? Sobre dos temas que se construyen socialmente sobre territorios diferentes, confundidos en el maremagnum de discursos mediáticos? En este caso, nuestro punto de partida apunta hacia la formación de discursos, de significados y de valores. O sea, estamos en el reino de la comunicación, en el reino de la búsqueda de *sentido*. Al mismo tiempo, se impone la necesidad perentoria de promover también la investigación sobre las modificaciones estructurales que se producen a pasos agigantados en el mundo del trabajo, de los sistemas y las relaciones de producción regionales, sectoriales y transnacionales con métodos y técnicas naturalistas. Cuando I. Wallerstein propone la revisión epistemológica de los conceptos y la redefinición de las fronteras entre las ciencias sociales delimitadas en los siglos XIX y XX, al mismo tiempo propone complejizar y enriquecer objetivamente el estudio de los sistemas socioeconómicos e históricos a nivel mundial. Sus unidades de análisis se expanden hacia lo que denomina economía-mundo y sistema-mundo. Se mantienen (o se abren aún más) las puertas que conducen a estudios combinados (naturalistas, interpretativos y críticos) sobre la naturaleza profunda y compleja de los procesos de transformación en que se debate el mundo actual.

De todos modos, las ciencias de la comunicación participan del proceso de construcción de conocimiento sobre los diferentes niveles de análisis en que se revelan las transformaciones del mundo actual (como mapas y cartografías diferentes, al decir de Barbero). Tener varios mapas de un territorio puede llegar a generar confusión, pero ciertamente disminuye las posibilidades “matemáticas” de que nos perdamos en el camino, considerando que nuestro único mapa pudiera ser erróneo. Así, a mas mapas, mas información, o sea, mas elementos para considerar en nuestras decisiones de llegar a buen puerto. No hay un solo método válido, como no hay ningún mapa perfecto (isomórfico al territorio que pretende representar), a menos que un fanático piense que el suyo es el único mapa “verdadero”.

En la aún corta historia de las ciencias (digamos a partir de mediados del siglo XVII), las ciencias de la información y las de la comunicación (con excepción de la biotecnología), son las que representan –tal vez mas fielmente- ciertas características fundamentales de las transformaciones sociales y culturales que tuvieron lugar en el siglo XX. Podemos mencionar el desarrollo de las tecnologías y las industrias culturales masivas, así como también el universo simbólico de la construcción de los denominados nuevos paradigmas de pensamiento. Podemos decir que por primera vez en la historia de las ciencias, posiblemente se cierre un ciclo de

diferentes etapas fundacionales en el des-cubrimiento de territorios –ontológicos, objetales- de realidad: del *objeto* material de las ciencias físicas y naturales al *objeto-institución* y *sociedad* de las ciencias sociales en la segunda mitad del siglo XVIII y el XIX. Del *objeto psíquico* de la psicología y el psicoanálisis del siglo XIX, hasta el objeto *sentido*, o *los objetos virtuales* de los tecnodispositivos informacionales y comunicacionales actuales.

Los *objetos* (teóricos) se han ido “virtualizando”: procesos de formación de sentido, dispositivos de información y de comunicación, pero también *dispositivos mentales*, así como también dispositivos y artefactos corporales conectados a áreas cerebrales; realidades virtuales procesadas por computadora, etc. Así como los “territorios de la realidad” se han ido multiplicando, tecnologizando y complejizando, nuestros mapas mentales exigen creatividad, y también se deben desarrollar ciertas normas científicas de “control de calidad” sobre nuestras proposiciones, y nuestras hipótesis de investigación. También debemos desarrollar métodos que permitan “contrastar” nuestras modelizaciones teóricas, nuestros mapas, con los *territorios* que estamos efectivamente habitando.

Etapas fundacionales en la Historia Y los Imaginarios da la Ciencia. Las Ciencias de la comunicación dentro de un contexto Histórico³²

El problema que pretendo abordar es el de las profundas transformaciones en los dispositivos de formación de sentido y realidad, a partir de tres siglos de "cultura científica y tecnológica". Las transformaciones fundamentales que han tenido lugar en la interpretación sobre la naturaleza física, la sociedad, la cultura, el individuo y la subjetividad, y la racionalidad instrumental de la tecnología (aunque las influencias sobre la interpretación de lo sagrado también han sufrido grandes mutaciones).

Mas allá de la relatividad de toda periodización en la historia de las ciencias, creo que es interesante establecer y resaltar ciertas características diferenciales que marcan etapas históricas en la creación de dominios de conocimiento, tan innovadores que constituyen auténticas *creaciones ontológicas* por parte de la teoría y la práctica de la ciencia occidental. Éstas

³² De “La trama (in)visible de la vida social: comunicación, sentido y realidad”. Introducción. Eduardo A. Vizer. Ed. La Crujía, Buenos Aires 2003.

construcciones de nuevas ontologías (de la naturaleza, de la sociedad y la cultura, del individuo y de la subjetividad, acompañadas generalmente de auténticas “rupturas epistemológicas”) se difundieron en la sociedad y en la cultura universal dando origen a nuestras actuales visiones y creencias sobre la realidad (o bien realidades, en plural?). En “*El (los) objeto(s) de la razón científica, 4 “fases” históricas*” (en “Ciencia, objeto y sentido”, Vizer 1998, monografía) he abordado estas etapas como fases sucesivas en las que el pensamiento científico ha ido produciendo un corte epistemológico con la concepción unitaria de la “realidad”, para escindirla en campos de conocimiento autónomos. Este proceso de fraccionamiento de los objetos de estudio es consecuencia de la división del trabajo intelectual y la acumulación incesante de información así como de las limitaciones en el manejo de la misma. Y es paralelo al proceso de complejización creciente de las sociedades modernas (como “sociedades complejas”, no por oposición a sociedades tradicionales que nunca son simples, sino por el desarrollo de propiedades y de características cualitativas y temporales de creciente variedad en su organización y especialización internas, las que modifican constantemente los procesos de estabilidad dinámica y de reproducción del sistema).

El proceso histórico de ruptura con la concepción medieval de dos realidades, una terrenal y otra celestial, dentro de una dinámica de mutua oposición e interdependencia (y la pugna entre el alma y el cuerpo, el reino de Dios y el de los hombres, lo sagrado y lo profano) comienza con el redescubrimiento de los clásicos griegos y romanos, y con la conciencia gradual de que es el hombre el que objetiva y define su propio punto de vista: un ejemplo de esto es la creación de la perspectiva en la pintura y en las imágenes virtualmente tridimensionales del Renacimiento (la perspectiva implica un reconocimiento de la posición del observador respecto a la distancia de los objetos, lo que no existía anteriormente en las imágenes bidimensionales). *La lógica de la experiencia en la Modernidad, ha ido constituyéndose a partir del principio de la representación de la realidad*, representación que se instituye luego más allá de las imágenes y del texto, para fundar una nueva lógica política y social en las instituciones del liberalismo. Otro ejemplo histórico fué la dificultad para aceptar que la humanidad había estado engañada por la simple observación visual, que parecía confirmar que la tierra era el centro del universo. En una primera etapa fundacional para la nueva *cosmología científica, racional y universal*, se produjo una nueva visión de los fenómenos de la naturaleza, expresada en las experiencias de la física, la

química y la astronomía (las que se iban separando de la alquimia y la astrología, respectivamente).

Desde la perspectiva de análisis que proponemos, partiendo de las fuerzas de transformación de los actores sociales, y del mundo de la cultura como generadora de recursos simbólicos de interpretación de la realidad, y como fuente de nuevas *ontologías*, la *Naturaleza* comenzaba a ser concebida como “un universo objetivado”; separado del mundo sagrado y del humano, sujeto a leyes propias y a la necesidad de exploración y de técnicas de control experimental. Podemos decir que en esta primera fase inaugural de la separación entre el sujeto que conoce y el objeto de la razón -a ser conocido-, se inicia para la cultura occidental la realidad natural, la realidad objetiva y objetivable, la primera expresión de un futuro relativismo ético y un materialismo ontológico. Paralelamente, se vá produciendo la representación intelectual de un segundo "dominio": el político y social. Y este nuevo dominio (el de los hombres, su gobierno y el Estado) es una realidad dual: los individuos tienden a poner su propio interés individual por sobre el interés colectivo, por lo que hace falta un dispositivo de creación de sentido y de valores que los reintegre a la sociedad y a formas organizadas de vida y de gobierno. Este dispositivo es propuesto por Hobbes a mediados del siglo XVII (y asumido un siglo después por los pensadores del Iluminismo): este dispositivo es *el contrato*, -el futuro *contrato social*-, sustentado en la *representación*. Éste es el acta de nacimiento de un nuevo dominio: el del "gobierno", un Estado que es ya conscientemente "producido" por los propios hombres, mediante un contrato, para representarlos. Las guerras religiosas, fogueadas por el enfrentamiento entre la iglesia católica y el protestantismo (el centro sur de Europa versus el norte), habían puesto en evidencia la *convencionalidad*, y por ende la fragilidad de las instituciones del poder terrenal: las monarquías (es dudoso que Hobbes hubiera pensado en escribir su *Leviatán*, si la revolución de Cromwell no hubiera destruído a la monarquía inglesa en esos años).

Pasando a la segunda mitad del siglo XVIII, la cosmovisión científica toma por objeto de exploración y de análisis crítico a *la sociedad y a sus instituciones*, y en especial al absolutismo monárquico. También se instituye la separación analítica entre los procesos de producción de bienes (Adam Smith y David Ricardo fundan la ciencia económica), y los del gobierno y las instituciones de poder y el control social. Montesquieu, Locke, Rousseau, entre otros antecedentes ilustres como Maquiavelo, Tomás Moro y el propio Hobbes, fundan una

epistemología crítica del poder y la política, además de producir una nueva *complejidad organizacional* en el cuerpo de la sociedad a través de la separación entre los tres poderes (Ejecutivo, Legislativo y Judicial). Se genera así el paradigma de las instituciones de la *democracia* como una nueva -y sofisticadamente conflictiva- disociación de la realidad social en tres campos ontológica y epistemológicamente separados y enfrentados: los hacedores de la Ley –el poder legislativo-, los grandes ejecutores y decisores de la política, y las instituciones de control social (el sistema judicial, como un garante del poder de interpretación y ejecución de la letra de la ley, y la policía y como su instrumento físico en el uso de la violencia oficial). El proyecto del Iluminismo, del siglo de las Luces y de la Modernidad constituyen el programa directriz para una nueva concepción de la ontología social. Se instituye la *objetividad* de los hechos sociales, y la idea de la autonomía de los procesos de producción de bienes, manifestada en el crecimiento de una nueva clase social y de una todopoderosa institución: el *mercado*.

Dos factores caracterizan estas transformaciones sociales. Por un lado una nueva concepción omnipotente sobre las posibilidades de la *tecnología*, como el motor de una dinámica expansiva e ilimitada en la producción de bienes materiales. Ambas como fuente ilimitada de creación de bienestar, estrechamente asociadas a la expansión colonial y la creación de nuevos mercados (en el siglo XVIII los ingleses destruyen los sofisticados telares hindúes para tejer la seda, eliminando así la competencia). El segundo factor corresponde a la formación *de nuevos actores sociales* (las nuevas clases de la Revolución Industrial). El surgimiento de estos nuevos actores y su demanda de mayor representación política y libertad de acción impone la presencia de una nueva problemática, la que a su vez requiere de nuevos analistas (como "productores de significados y de sentidos"), como representantes intelectuales concientes o inconscientes de las nuevas realidades. Esta nueva *intelligentzia* desarrolla el método de la crítica de las instituciones y de la práctica política, llevando a las nuevas concepciones sobre la división de poderes y del rol del Estado. También se instituye la separación legal del individuo en relación a la sociedad y al Estado (se instituye por ley el "sujeto de derecho"). La doctrina liberal define al individuo como ciudadano libre, y esa definición legalizada –institucionalizada como libertad económica y política- crea el contexto simbólico, la información y los recursos necesarios para que todo individuo que tenga acceso a los mismos, se conciba a sí mismo como una *persona legal* con derechos y deberes de ciudadano. Para cerrar un círculo recursivo, el orden simbólico del sujeto

legal termina por constituirse en un sujeto real y ontológico. Los sujetos que históricamente habían demandado el reconocimiento de sus derechos individuales, una vez que estos son legalmente reconocidos, conforman una nueva realidad –legalmente legitimada–, la que a su vez sirve a nuevas generaciones de sujetos para afirmar sus propios derechos y demandas, dando por evidente y “natural” los derechos que “construyen” su identidad como persona. Se ha *creado* un nuevo sujeto.

Esta ontologización de los valores y derechos individuales y las libertades consiguientes también sentó las condiciones para la próxima fase histórica: la etapa de la *construcción cultural, la expresión y "liberación" de la subjetividad humana*. Una subjetividad que se expresa como la búsqueda de la identidad, generalmente considerada como una forma de "esencia" en el sentido platónico, pero que es *un modelo de organización de la experiencia subjetiva que se construyó en la modernidad, y que consiste en la ilusión de que nuestro modo de ser, de amar, de comprender el mundo es nuestra esencia*" (S. Rolnik, 2001). Curiosa ambivalencia, por un lado la modernidad se manifiesta en ámbitos nuevos y aparentemente muy opuestos ontológicamente: hacia el "afuera", una expansión transformadora de las prácticas de producción material, del espacio exterior del mercado. Y paralelamente, un florecimiento y una objetivación de los *espacios y los tiempos culturales* de expresión de la subjetividad, expresados en la filosofía y en la expansión de las artes, que se manifiestan como la búsqueda de nuevas formas de representación de la *identidad* (cultural, nacional, y personal).

Al mismo tiempo que Bacon, Newton y Galileo inician la revolución de la ciencia física y natural, Descartes inaugura la era de la razón autoconciente y subjetiva. La razón crítica y metódica, y por ende la consciencia como fundamento de toda evidencia científica y objetiva. La razón objetivante, que dialécticamente se *construye* como sujeto desde el momento que es capaz de contruir un *objeto de reflexión*. Pero con este proceso, Descartes deja afuera las “razones no razonables, las razones de la sinrazón”, por las que Pascal reclama por las “razones que la razón no entiende”. Un siglo después, Kant intenta una reparación mediante la construcción de tres modalidades diferentes y legítimas de la razón: una *razón pura* para las ciencias de la naturaleza, una *razón práctica (moral)* sobre las leyes de la sociedad, y por último la experiencia *estética* y la posibilidad de reconocer la validez de los juicios críticos. En este proceso de desarrollo de la historia intelectual, el Historicismo y el Romanticismo expresan el “retorno de lo reprimido” y el

nacimiento de nuevas perspectivas para el *sujeto, la identidad y la subjetividad* en el campo de las artes y la filosofía, reaccionando también en contra de la naturalización y la objetivación que las ciencias naturales instituyeran como premisa para el conocimiento objetivo de la realidad. Dilthey afronta al reduccionismo naturalista proponiendo establecer dos campos diferenciados de conocimiento científico, el de las ciencias naturales y el de las ciencias de la cultura (a las que llamó “ciencias del espíritu”). Una pregunta que podemos hacernos es si estos dos campos se hallan ontológicamente separados entre sí (la teoría de las 2 culturas); o si ambas conforman una expresión diferenciada de un mismo proceso de formación de sentido por parte de la sociedad. Cuando Montesquieu propone un estudio comparativo entre las instituciones europeas y las de otros pueblos del mundo, establece un principio equivalente al de la perspectiva en el Renacimiento: reconocer la separación entre el observador y lo observado (las culturas extrañas). Con la expansión europea, la Antropología se consolidó como un dispositivo intelectual *ad hoc* para interpretar y organizar (controlar) a los diferentes pueblos del mundo.

Para fines del siglo XIX, un psiquiatra vienés –médico y científico de la mente- elabora un método de análisis que permite "separar" al sujeto consciente, de un “objeto de estudio” que subyace al propio sujeto, y que constituye el fundamento invisible de la realidad del individuo: el inconsciente. Freud “descubre” que lo que la sociedad, la moral y la racionalidad habían considerado como el centro del universo de la realidad consciente, era apenas una tenue envoltura para una realidad subyacente. Freud había "descubierto" al inconsciente como el objeto de estudio racional de la “realidad del Aparato psíquico”, y a *la palabra* como el instrumento de análisis, “*no es posible comparar el trabajo del sueño y el pensamiento de la vigilia. El trabajo del sueño no piensa ni calcula, en forma general lo que hace es transformar*”. Había nacido la ontología –nunca del todo reconocida- del inconsciente y la subjetividad y con ella nuevas creencias y nuevos discursos, y también nuevas técnicas (el psicoanálisis construye su propia versión de las “tecnologías de la palabra”). Mas aún, la teoría y la *epistemología* del inconsciente permitían un doble triunfo: por un lado el “retorno de lo reprimido” por mas de un siglo de ciencia positiva, de ciencia natural y materialista que negaba toda verdad y realidad que no pudiera ser empírica y experimentalmente controlada. El segundo triunfo por otro lado representaba también una consagración indirecta para el proyecto de la Razón: el psicoanálisis permitiría objetivar el dominio de la subjetividad, y racionalizar la lógica –irracional- del

inconsciente. Históricamente, este lenguaje del inconsciente se había expresado en todas las culturas a través del orden sagrado, de la fé y de los sacerdotes, de la magia, de los rituales y las ceremonias, del poder del imaginario y de los misterios de “otra” realidad posible para el creyente. El nuevo paradigma psicoanalítico produciría precisamente la operación de objetivación y ontologización del orden de lo irracional y la subjetividad humana. Un triunfo definitivo (en apariencia, ya que ninguno lo es) de la Razón objetiva. Pero esta ontología del inconsciente y de la subjetividad está permanentemente asediada y hasta ridiculizada por los desarrollos de las investigaciones experimentales sobre el funcionamiento del cerebro y las ciencias cognitivas. Los ateos-creyentes en la ontología de un materialismo reduccionista, herederos de la primera revolución científica, prosiguen su avance imparabile y exitoso, en última instancia positivo para el bienestar material, el desarrollo económico y para la medicina (todos sabemos por experiencia médica personal lo fundamental que es un diagnóstico correcto –una interpretación- adecuada de los datos que presentan los instrumentos con que se detecta el funcionamiento de nuestro cuerpo, y la adecuación del pronóstico para el tratamiento).

Siglo XX: Tecnología Comunicación Y Posmodernidad (Los imaginarios sociales y la comunicación como “transsubjetividad”)

Finalmente, el siglo XX marca una nueva etapa en la historia de la ciencia y la tecnología y sus implicancias sociales. Es sobre todo esta última la que lleva los procesos anteriores al ámbito de la sociedad, del mercado, y la cultura. La consecuencia revolucionaria de la tecnología en sí misma fué la posibilidad de producción ilimitada de oferta de bienes, a tal punto que por primera vez en la historia, la escasez deja de ser un problema técnico y de falta de recursos, las limitaciones son sólo de naturaleza socioeconómica y sujetas a la demanda de los mercados, y la demanda de los mercados dependiente de los ingresos de la gente. En este sentido, las consecuencias realmente transformadoras para la sociedad no han sido las posibilidades de creación ilimitada de oferta –condición técnica-, sino la aceleración exponencial en la creación de nuevos mercados consumidores y sus consecuencias económicas, sociales y culturales, y por ende condicionantes del surgimiento de nuevas formas de la subjetividad. Pero casi ninguna ciencia fué responsable de las transformaciones que masificaron la producción y el consumo, sino

—obviamente— la tecnología en sociedad con el mercado. El responsable del desencadenamiento de los procesos de desarrollo, y auténtico motor de las revoluciones industriales fué el desarrollo del *mercado*, y la expansión global de éste —siguiendo el modelo inglés— fué responsabilidad conjunta de la nueva burguesía apoyada por el Estado y una visión estratégica sobre el futuro compartida entre ambas (una nueva clase social apoyada y promovida por el Estado). Es ejemplificador de nuestra línea de análisis, remarcar el hecho de que la creación de la moderna ciencia económica (David Ricardo, Adam Smith) es contemporánea al surgimiento objetivo de la Revolución Industrial y el mercado en Inglaterra (curiosamente, —para nuestra mentalidad actual— la cátedra desde la que Ricardo desarrolla sus primeros análisis se llamaba “Filosofía moral”).

Los inventos del cine, la radio y la televisión también son una consecuencia ejemplar del mismo proceso de desarrollo del mercado (la mayoría de los inventores trabajaban con los ojos puestos en él), y tuvieron como consecuencia principal la aparición de nuevas organizaciones de producción y reproducción de productos culturales para la transformación de un mercado de consumo simbólico —mercado potencial en un comienzo— hasta transformarse en un mercado de consumidores real y global. La producción específica de la industria cultural y de los medios de comunicación, son los productos para el consumo cultural, pero la consecuencia fundamental de los medios fué la creación de nuevos públicos masivos en la primera mitad del siglo XX. La reproducción técnica ilimitada de los sonidos y las imágenes por parte del cine, luego de la radio y la televisión — como se ha dicho muchas veces—, ha sido responsable de las transformaciones en la percepción y en los procesos de representación de la realidad, y de los ejes del espacio y del tiempo. Esto se hizo posible por medio de las tecnologías que transformaron el modo de registrar y recrear *realidades en ficciones* y *ficciones en realidades*. Realidades captadas y registradas en cámaras, grabadoras, procesadoras y reproductoras. En una nueva etapa (las dos últimas décadas del siglo XX), el “producto ségnico” material, elaborado y procesado por la industria cultural (películas, videos, libros, etc.), es crecientemente digitalizado y difundido a todo el mundo merced a las nuevas tecnologías informáticas y en red. Este proceso se ha expandido hasta el punto de que no debe haber lugar en el mundo donde no sea posible su “realización”. El gran tema para los investigadores de la comunicación social fué por decenios el problema de los “efectos” y la mediatización social. Conocer que efectos producen los medios y hasta donde inciden en la cultura, la sociedad y los diferentes públicos. Hubo muchas investigaciones y

muchos datos pero no hay acuerdo definitivo sobre los efectos a corto o largo plazo.

Con la 1ª. “revolución” de la comunicación, podemos hablar de una transformación perceptual, de un cambio cualitativo en las relaciones entre realidad y fantasía, ambas mediadas por la tecnología, y vislumbradas casi mesiánicamente por Mc Luhan. Pero recién en las últimas tres décadas del siglo XX, con el desarrollo explosivo de la 2ª. revolución –la de las “Nuevas” tecnologías de la información y la comunicación”- se han dado las condiciones para lo que podemos considerar la cuarta etapa en esta historia de la razón científica; la que por primera vez toma un carácter eminentemente tecnológico e instrumental (la “razón instrumental”). La apertura de un campo de conocimiento que efectivamente podemos considerar como un nuevo dominio ontológico para la sociedad, la cultura y las transformaciones de la subjetividad. Ya no se trata solamente de nuevas formas de recepción y de consumo cultural, ahora nos hallamos ante nuevas “*fuerzas productivas*” de *producción simbólica* (producción e intercambio de información, producción de conocimientos). Se produce una gran autonomía de decisión y la capacidad de crear canales, redes y estructuras globales capaces de operar sobre realidades locales en tiempo real (sin necesidad de perder un tiempo precioso para la difusión de la información). Los que tienen acceso a las TIC’s y los medios y recursos necesarios, pueden transformarse en actores estratégicos de nuevos procesos de producción, y lograr el acceso a mercados mundiales; o bien pueden transformarse en nuevos actores con un grado creciente de capacidad de expresión, y de generación de “comunidades virtuales”. A diferencia de la revolución industrial, no precisan ser los propietarios de sus medios de producción, les basta con tener *acceso* a ellos. De ahí la gran importancia que recibe actualmente al tema del acceso a las tecnologías de información y comunicación. Sin las TIC’s no se hubieran dado las condiciones básicas para la concepción de la “Nueva Economía”, ni hubiera sido posible la nueva revolución biotecnológica (de los dos equipos que trabajan en el proyecto del Genoma humano, uno surge por la apuesta al uso masivo de los procesadores para adelantar el proyecto; y la clonación tampoco sería una posibilidad sin los nuevos conglomerados científico-tecnológicos). Podemos decir que la revolución tecnológica (y sus expresiones culturales) atraviesan aceleradamente ya no sólo a la mayoría de los órdenes de la vida social, sino a la propia naturaleza física. Para quienes tienen acceso a las TIC’s y a los productos tecnológicos de avanzada, las limitaciones del tiempo y el espacio físico disminuyen rápidamente. La transmisión instantánea de

información y datos reemplazan el tiempo y el espacio físico por el tecnológico, así como la misma realidad puede ser “clonada” por tecnologías de realidad virtual. Y la aparatología que se “engancha” a las redes de TIC’s permite gradualmente tomar decisiones que inciden en forma precisa, directa e instantánea en acciones concretas que se hacen producir a miles de kilómetros de distancia. Una conclusión evidente del cambio cualitativo que se ha desencadenado es que las fantasías –y aún las peores locuras de las mentes mas enfermas- pueden ahora transformarse en realidad en cualquier parte del mundo, por decisiones tomadas también en cualquier otro lugar del mundo (basta con recordar la Guerra del Golfo, o los peores temores hacia nuevas formas de terrorismo, o la multiplicación del terrorismo informático, amén de las inquietantes consecuencias que surgirán del uso generalizado de los bancos de datos y las informaciones privadas sobre las personas).

En resumen, una característica esencial del presente (señalada críticamente por Adorno, Horkheimer y Habermas) es el *pre-dominio* de la racionalidad tecnológica, que atraviesa y tiende a hegemonizar los dominios de la cultura, las instituciones sociales y la subjetividad. Se transforma a la propia naturaleza y se elimina insensiblemente la ansiedad por sustentar ningún tipo de argumento sobre la existencia de algún "misterio", de lo sagrado y lo trascendente. Sin embargo, la racionalidad científica moderna no ha logrado eliminarlos en éstos cinco siglos que han pasado desde la Edad Media. La necesidad de la fé y la búsqueda de lo sagrado (que la razón ha sustituido por la búsqueda de la interpretación y el “sentido” de lo que aún no se conoce) parece sobrevivir a lo largo de los siglos y todos los cambios impuestos por la modernidad. Para Sfez, *“lo sagrado es en parte el secreto que se revela sólo progresivamente (y nunca del todo) por el uso intensivo del comentario y del comentario del comentario y de historias que recuerdan una historia que recuerda una historia...”* Es la búsqueda del sentido oculto, la hermenéutica de los textos, y la interpretación de la interpretación (infinita) que busca *develar* el sentido. Claramente, estamos hablando de comunicación en su sentido mas profundo, y contrapuesto a las versiones instrumentales y *light* de la comunicación “transparente” y obvia.

Para reseñar, podemos decir que la modernidad se ha caracterizado por diferentes etapas interdependientes en la construcción de dominios de conocimiento y de racionalidades objetivantes: de la fé en el mundo sagrado de la Edad Media a una nueva concepción de la naturaleza y sus leyes objetivas. Podemos describirlo como la *refundación* social -y científica- del reino de la naturaleza. Casi contemporáneamente, comienzan a surgir las concepciones sobre una posible refundación racional de la sociedad y las instituciones; y por ende la posibilidad de producir transformaciones y acuerdos conscientes (el "contrato social") entre los actores sociales y su representación en el Estado. Esta sería la *lógica subyacente* de los procesos históricos y políticos en los siglos XIX y XX, manifestada en la creación de los partidos, las constituciones democráticas, así como también de las ideologías totalitarias, o la posibilidad de diseñar y planificar la economía y la sociedad (entre otros muchos ejemplos que nos brinda la historia contemporánea).

Una 3ª. fase en esta "historia intelectual y epistemológica" de los procesos de construcción de dominios sociales -o de sus territorios y de sus respectivos "mapas" de sentido- se inaugura con el "des-cubrimiento" del inconsciente y el reconocimiento de la validez de investigar los procesos de la subjetividad. Esto es una valoración del poder de la razón para acceder a los procesos que no pueden ser objetivados y medidos, y que se expresan por otros tipos de "racionalidad": como las artes, o las creencias populares. Por último, en el siglo XX se ha producido otro cambio cualitativo, motorizado esta vez por fuerzas que han adquirido una característica objetivamente sistémica y universal: la alianza indisoluble entre el *mercado* y la *tecnología*, y muy especialmente las TIC's. Se inaugura así un nuevo tipo de racionalidad transsubjetiva capaz de objetivar, transformar y procesar ya no solamente información, sino cualquier tipo de objeto real o virtual: físico, biológico, de naturaleza social o subjetiva. El sueño de la razón puede llegar a transformarse aceleradamente en una pesadilla de la locura (el Holocausto, la estrategia del "equilibrio del terror" en los cuarenta años de Guerra Fría, o el actual terrorismo internacional, no son mas que algunos de los ejemplos a los que hemos logrado

sobrevivir).³³

No es difícil entender que una misma lógica subyace a los "sueños y las pesadillas de la razón": si el hombre ha logrado construir los dispositivos intelectuales para entender como funciona(n) la(s) realidad(es), y diseña los dispositivos técnicos que le permiten operar e intervenir sobre realidades específicas .., *lo hará*, antes o después. En el proceso, modificará las realidades, e intentará acomodarlas a intereses particulares, a sus posibilidades y recursos. Eso es, al acceso a formas de *poder*. Esta es la lógica de sentido, y la lógica de la *intervención* que construyó la historia contemporánea: el control de la naturaleza, el control social del propio pueblo y de otros pueblos, y la búsqueda de medios sofisticados para controlar -o al menos condicionar- aspectos de la cultura, las creencias y los imaginarios de la gente. Hemos vivido con la lógica del *Leviatán*, y sujetos al poder y la tecnología del terror. Milagrosamente, hemos logrado sobrevivir a algunas de sus demostraciones (guerras mundiales, el equilibrio por el terror al mutuo aniquilamiento, los totalitarismos mas abyectos y el horror de los campos de concentración y las persecuciones). Pero el poder de todas las nuevas tecnologías nos obliga a rechazar la figura de un nuevos Leviatanes, y a pensar en nuevos *contratos sociales*, esta vez a escala mundial.

³³ Si alguien duda del poder de las "tecnologías del espíritu" (en la terminología de Sfez) para amalgamar creencias, acciones y realidades en nuestros tiempos, reproduzco textualmente partes de un informe publicado por el Financial Times y aparecido en el diario Clarín, el 4 de marzo del 2001 bajo el título "Nuevas Fronteras del Marketing: Esta fé mueve montañas". La agencia Young & Rubicam realizó una encuesta en 19 países, y llegó a la conclusión de que "la fé en las marcas de productos de consumo es un sustituto de las creencias religiosas en su posibilidad de *dar sentido* a la vida humana. Las marcas son la nueva religión". "Las marcas exitosas son aquellas que transmiten *creencias fuertes* e ideas originales. Las que poseen la pasión y la energía para *cambiar el mundo y convertir a la gente* a sus modos de pensar a través de una *comunicación* sobresaliente". "Desde 1991, 12.000 personas se casaron en Disneylandia y en los E.E.U.U. se está volviendo habitual que los aficionados a las motos Harley-Davidson sean enterrados en ataúdes marca Harley". " Los actuales constructores de marcas pueden compararse con los misioneros que predicaron el cristianismo y el Islam en todo el mundo: era la pasión con la que transmitían sus creencias la que logró que millones de personas las adoptaran". Y para hacer una interpretación actualizada y marketinera de la religión, se pone el ejemplo de la cruz: "la fé cristiana tiene uno de los mas antiguos y *renombrados dispositivos de marca de todo el mundo: la cruz*". Evidentemente, hicieron falta 2000 años de misterio, y el desarrollo del marketing para llegar a aclarar las verdaderas razones de la permanencia del cristianismo en el mundo. Un buen dispositivo de marca.

Bibliografía

- Atlan H., *Ruido, complejidad y significado en los sistemas cognitivos*, Revue Internationale de Systemique, vol. III, no.3, 1989, TGS al día No.1º, Bs.As., 1991.
- Auerswald E.H., *Paradigms and Definitions*, mimeo, San Francisco, 1993.
- Balandier G., *El Desorden, la teoría del caos y las ciencias sociales. Elogio de la fecundidad del movimiento*, Gedisa, Barcelona 1989.
- Berger P, & Luckmann T., *La construcción social de la realidad*, Amorrortu, Bs.As. 1986.
- Bernstein R. J., *Beyond objectivism and relativism. Science, Hermeneutics and Praxis*. Univ. of Pennsylvania Press, 1993.
- Bilbao C. (comp.), *La ciencia del hombre en el siglo XVIII*, Cedal, Bs.As., 1991.
- Ciapuscio G.E., *Lenguaje y Ciencia. Creación y Transmisión. Un par indisoluble* (mimeo), 1998.
- Giddens A. & Turner J.H., *La teoría social , hoy* (introd.), Alianza Ed., México 1987.
- Gorgias, Fragmentos y Testimonios. Aguilar, Bs.As., 1980
- Klimovsky G. & Hidalgo C., *La epistemología de las ciencias sociales*, cap. I La Inexplicable Sociedad, A-Z Ed. Bs. As. 1998.
- Marcus S., *La ciencia contemporánea y la ciencia tradicional*. Mimeo, confer. CEA-UBA 1990.
- Morin E., *Sobre la Interdisciplinariedad*, Boletín No. 2 del Centre International de Recherches et Etudes Transdisciplinaires (CIRET), Paris. (?)
- Schnitman D.F., (comp.) *Nuevos Paradigmas Cultura y Subjetividad*. Ponencias y diálogos del Encuentro Interdisciplinario del mismo nombre, Bs. As. 1991. Ed. Paidós, Bs.As. 1994.
- Prigogine I., *Creatividad en las Ciencias y las humanidades. Un estudio en la relación entre las dos culturas*, El proceso creativo Ed. L. Gustafsson, Ministerio Educ. y Ciencia, Estocolmo 1993.
- Valimaa J., *Culture and identity in higher education research*, Higher Education , Vol 36 No.2, Univ. of Edimburgh, Scotland, 1998.
- Varela F. J., *CONOCER. Las ciencias cognitivas: tendencias y perspectivas*. Gedisa, Barcelona 1990.
- Vizer E. A., *The challenges of developing a Technological Culture* (conf. en U.N. Dept. of Public.

- Inform. N.York 1987). Traduc. Telos No. 37, Madrid 1994.
-Ibid, *Ciencias sociales, Cultura y Tecnología*. Mimeo, Jornadas Cultura, Inst. G. Germani, 1998.
-Ibid, *La complejidad de los desafíos sociales y los desafíos de la complejidad*, Complejidad No. 4, Bs. As. 1998. Memorias de Investig. No.2 (Vice Rec. Inv y Desar) Univ. del Salvador, 1998.
-Ibid. *Drugs addiction and prevention as a complex social problem*, Psychline No.1, Chicago,1996.
-Ibid. *El modelo Actor-Observador y el desarrollo de una perspectiva comunicacional*, en Teorías Iberoamericanas de la Comunicación, Univ. de Guadalajara y ALAIC, México 1994.
- Wallerstein I., Prigogine I. et.al, *OPEN THE SOCIAL SCIENCES, Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Sociial Sciences*. Lisboa 1995.
-Ibid. *Impensar las ciencias sociales. Límites de los paradigmas decimonónicos*. Siglo XXI, México 1998.
- Zeitlin I., *Ideología y Teoría Sociológica*. Amorrortu, Bs. As. 1970.

Da derivação à regulação: para uma abordagem da Indústria Cultural

César Bolaño

A tensão, evidente no marxismo, entre necessidade e liberdade, entre as determinações provenientes das leis de movimento e das tendências gerais do sistema, de um lado, e aquelas que emergem no nível da consciência e da ação dos agentes sociais, de outro, não deve ser encarada exclusivamente da ótica das eventuais insuficiências de um modelo teórico abrangente, mas também da riqueza e do dinamismo que ela imprime à teoria, ajudando a explicar, entre inúmeros outros fatores, sua sobrevivência e permanente atualidade.

Em Bolaño (1993), fui obrigado a enfrentar o problema em função da necessidade *prática* de realizar um movimento de passagem do abstrato ao concreto no tratamento de uma questão específica: a das relações entre capital, Estado e Indústria Cultural. Para tanto, lancei mão de uma articulação entre uma certa perspectiva extraída da leitura do debate alemão sobre a derivação do Estado e uma interpretação da problemática regulacionista, acrescentando ainda, com Habermas, o tema das relações entre sistema e mundo da vida. Os resultados a que cheguei podem ser conferidos em *Capital, Estado, Indústria Cultural*.³⁴

Não tenho a menor pretensão de tentar generalizar o procedimento, nem é meu objetivo ir além da economia política, da teoria do Estado e da teoria da comunicação em direção à filosofia. Pelo contrário, limitar-me-ei objetivamente neste artigo a descrever a trajetória metodológica em questão, centrado essencialmente em considerações específicas sobre, entre outros, os autores e as escolas de pensamento supracitadas. Com isso, penso poder esclarecer a exata medida e o nível preciso em que cada uma dessas contribuições, ou partes delas, pode ser articulada à perspectiva teórica mais global que desenvolvi no referido trabalho.

I

O chamado método da derivação das formas foi desenvolvido durante a primeira metade dos anos 70 no bojo do conhecido debate alemão sobre a derivação do Estado, que opunha, segundo Jessop,³⁵ duas escolas: a de Berlim (ou escola da lógica), cujos principais nomes são os de Müller, Neusüss, Altvater, Blanke, Jürgens e Kastendiek, e a de Frankfurt (ou da derivação

³⁴ BOLAÑO, C. R. S. *Capital, Estado, Indústria Cultural*. Unicamp : Campinas, 1993. (mimeo).

³⁵ JESSOP, B. Recent theorys of the capitalist State. *Cambridge Journal of Economics*, 1, 1977.

histórica), cuja figura de maior destaque é Hirsch.³⁶ Não pretendo aqui fazer uma reconstituição do conjunto do debate, mas procurar antes uma linha de articulação das principais contribuições da escola da lógica, partindo e detendo-me especialmente na contribuição de Blanke, Jürgens e Kastendiek, autores que realizam a derivação a partir de um nível de abstração tão elevado como o da caracterização de uma economia mercantil simples, nível do qual parti também na análise da informação e suas contradições.

A partir da constatação de que, no modo de produção capitalista, há uma separação fundamental das relações sociais que se apresentam, ora como relações econômicas, ora como relações políticas (diferentemente, por exemplo, do feudalismo, onde as relações econômicas são relações diretamente políticas, de força), a derivação do Estado trata de buscar o princípio de unidade que funda essa separação, esclarecendo a lógica imanente de articulação de elementos aparentemente dissociados. Em outros termos, trata-se de revelar a essência das relações sociais plasmadas no Estado, acompanhando os passos de Marx no desvendamento da essência das relações sociais capitalistas, a relação de exploração econômica direta, o processo de produção e apropriação do excedente. Trata-se, além disso, de mostrar que as formas aparentes do Estado, assim como, mostrou Marx, as formas aparentes da relação material, são formas necessárias de manifestação da essência que, ao mascarar a relação de exploração direta, permitem sua aceitação generalizada como fato natural. Trata-se finalmente de mostrar o caráter ideológico daquelas teorias (*burguesas*) do Estado que, ao tomar as formas aparentes como essenciais, ajudam a mascarar a verdadeira face do sistema. Ao realizar esse movimento para a análise do capital, Marx não teria mostrado simplesmente o *lado econômico* das relações sociais, mas a forma básica dessas relações no capitalismo. Assim, a validade das categorias por ele construídas não se limitaria à explicação do *econômico*. Elas seriam indispensáveis também para a compreensão do conjunto das relações sociais capitalistas.³⁷

³⁶ Holloway e Picciotto acrescentam uma terceira divisão, constituída pelo trabalho de Flatow e Huisken (FLATOW, S.; HUISKEIN, F. Zum Problem der Ableitung des bürgerlichen Staates. *Prokla*, Berlim, 7, 83, 1973), a derivação pela superfície, freqüentemente citado como pertencente à escola da lógica. HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. *State and Capital: a marxist debate*. Edward Arnold : London, 1977. Além da coletânea de Holloway e Picciotto, que contém as principais contribuições ao debate, vale consultar Vincent. VINCENT, J. M. (org.). *L'Etat contemporain et le marxisme*. Maspero : Paris, 1975. Uma boa reconstituição de todo o debate foi feita no Brasil por Prado. PRADO, S. R. R. Teoria do Estado e formas de atividade estatal. In: *Descentralização do aparelho de Estado e empresas estatais*. Campinas. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, 1985.

³⁷ Holloway e Picciotto colocam a questão nos seguintes termos: "o debate sobre a 'derivação do Estado' ... vê no grande trabalho de Marx não uma análise do nível econômico, mas a crítica materialista da economia política, i. e.,

Uma *démarche* desse tipo não pode ser senão lógica: o que se pode efetivamente derivar não é em hipótese alguma o Estado capitalista enquanto entidade histórica, mas um Estado capitalista ideal, teoricamente concebido a partir, exclusivamente, das possibilidades postas ao longo da particularização que Marx faz do capital.³⁸

a crítica materialista das tentativas burguesas de analisar a 'economia' isoladamente das relações de exploração de classe sobre as quais está baseada; conseqüentemente, as categorias elaboradas n'O Capital (mais valia, acumulação etc.) são vistas não como sendo específicas para análise do 'nível econômico', mas como categorias do materialismo histórico elaborados para iluminar a estrutura do conflito de classes na sociedade capitalista e as formas e concepções (econômicas ou outras) geradas por esta estrutura. Segue-se que a tarefa não é desenvolver 'conceitos políticos' para completar o rol dos 'conceitos econômicos', mas desenvolver os conceitos d'O Capital na crítica não apenas da forma econômica mas também da forma política das "relações sociais". HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. op. cit. p. 4. A crítica dos *teóricos políticos* que entendem as categorias marxistas como categorias válidas especificamente para o nível econômico das relações sociais pode ser considerada, em termos gerais, correta: as categorias marxistas são categorias do materialismo histórico desenvolvidas para esclarecer a estrutura essencialmente conflituosa da sociedade capitalista, sendo, portanto, válidas também para a crítica da teoria política burguesa. O debate sobre a derivação do Estado que, ao não encontrar n'O Capital uma teoria do Estado explícita, procura, não uma análise da lógica imanente da constituição do Estado capitalista (com a notável exceção de Paschukanis - 1924 - que serviu de inspiração para o debate alemão - aqui utilizo a edição brasileira, que veio a público pela primeira vez em 1940), mas uma teoria do Estado que busca sua inspiração em outros trabalhos clássicos (de Marx, Engels, Lênin ou Gramsci), esquecendo-se que todo o desenvolvimento d'O Capital pressupõe uma teoria do Estado. Mas no último trecho de Holloway e Picciotto parece haver uma interdição ao desenvolvimento de categorias específicas para análise política. Ora, uma visão desse tipo implica, a meu ver, a impossibilidade da passagem a níveis mais baixos de abstração e à análise do movimento histórico concreto sem cair em algum tipo de funcionalismo e de economicismo. Essa foi, aliás, a grande dificuldade que impediu o avanço das teorias da derivação do Estado.

³⁸ Esta afirmação implica naturalmente uma tomada de posição em relação às duas posições gerais que se confrontavam no debate sobre a derivação. A questão é complexa e merece algumas considerações. É claro que há um pressuposto histórico fundamental na referida separação das esferas política e econômica no capitalismo, que requer, para o bom funcionamento do processo de acumulação, uma força de coerção extra-econômica. Esse pressuposto aparece claramente em Hirsch quando fala sobre a "emergência histórica do monopólio da força". HIRSCH, J. The State apparatus and social reproduction. In: HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. op. cit. p. 62 e seg. Quanto a isso não há dúvidas. Mas se o que se pretende é derivar o Estado a partir do capital, não há dúvidas também de que isso historicamente não ocorre. O Estado obviamente não surge por imposição do capital, ao qual precede historicamente. Ele é um pressuposto para a existência do capitalismo, uma condição prévia. Se o que se pretende é fazer a gênese histórica do Estado capitalista, o mais correto é partir do pressuposto da independência entre as duas esferas e da sua mútua correlação, como faz Theret. THERET, B. Régimes économiques de l'ordre politique. Paris. Tese (Doutorado) - Universidade de Paris 1, 1989; THERET, B. **Régulation et topologie du social**. IRIS-TS, Un. Paris : Dauphine, jul 1991. (mimeo); THERET, B. **Régimes économiques de l'ordre politique**. PUF : Paris, 1992. Mas a derivação procura justamente aquele Estado ideal que pode ser definido a partir do capital. Uma vez dado o pressuposto histórico-genético da constituição da força de coerção extra-econômica que é condição de existência do capitalismo, é preciso reconhecer que, se pretendemos ser fiéis ao método de Marx n'O Capital, a derivação do Estado é um processo essencialmente lógico. O grande mérito do trabalho de Hirsch talvez seja o de colocar desde o início o pressuposto genético-histórico da constituição do Estado capitalista, um Estado de classes desde o seu fundamento. Entretanto, sua insistência em resolver, de uma só tacada, questões próprias desses dois momentos distintos, condena-o a padecer eternamente no limbo das leis tendenciais. Para o autor, o Estado, como uma força separada do capital, garante historicamente, a começar pela ruptura das resistências feudais (inclusive dos pequenos artesãos e pequenos agricultores), através do monopólio da força, as condições gerais necessárias ao bom funcionamento do processo de acumulação e à ação das leis da produção capitalista, em especial a lei de tendência à queda da taxa de lucro e suas contratendências, as quais, segundo o autor, o Estado ajuda a mobilizar em favor da acumulação do capital. A lei de tendência aparece como o elo teórico entre a gênese histórica do Estado capitalista

Apenas num segundo momento, e feitas todas as devidas mediações, poderemos voltar à análise do processo histórico.³⁹ A derivação feita por Blanke, Jürgens e Kastendiek⁴⁰ busca justamente seguir passo a passo o processo lógico d'O Capital, onde, a partir da forma mais simples (a mercadoria), vão sendo derivadas as formas mais complexas (primeiro o dinheiro, depois o capital), numa trajetória teórica que pode ser chamada de *método da derivação das formas*. Assim sendo, não se trata (como faz Altvater)⁴¹ de definir funções do Estado, mas antes de buscar a forma-Estado básica da relação social capitalista. A isto os autores chamaram *análise da forma*. A análise das funções do Estado só será possível num momento posterior, em outro nível de abstração.

O objetivo dos autores é fundar o Estado, como Marx fez com o capital, a partir do seu pressuposto lógico, a circulação simples, uma categoria em hipótese alguma histórica, mas construída para condensar as formas mais simples e menos determinadas de uma economia capitalista antes mesmo do (ou sem mesmo o) capital. O primeiro passo é definir a *forma lei*

(que ele chama de lógica) e o nível histórico concreto. Com isso o autor cai numa visão economicista e funcionalista do Estado. Jessop parece não haver entendido bem essa questão, pois tenta fazer uma defesa das posições mais recentes de Hirsch no debate sobre a reformulação da teoria do Estado (contra a crítica de Bonefield - BONEFIELD, W. Reformulation of State theory. **Capital and Class**, London, 33, 1987 -, que aponta o funcionalismo daquele último), afirmando que o autor teria, no debate sobre a derivação, assumindo a postura não funcionalista, insistindo na anterioridade da análise da forma sobre a das funções do Estado. JESSOP, B. Regulation theory, post Fordism and the State. **Capital and Class**, London, 1988. É verdade que, embora o conceito de forma em Hirsch não estivesse bem definido, por causa da sua incompreensão a respeito do caráter lógico da derivação, o de função em tudo se assemelha ao mais correto de Blanke, Jürgens e Kastendiek, e que a sua crítica ao funcionalismo de Altvater é correta (este último, mesmo tendo o cuidado de explicitar já no primeiro parágrafo do seu texto clássico os limites de sua contribuição, inverte o sentido correto da derivação, colocando as funções antes da forma). ALTVATER, E. Remarques sur quelques problèmes posés par l'intervention étatique. In: VINCENT, J. M. (org). op. cit. Mas nem por isso Hirsch deixa de cair no funcionalismo, pois sua tentativa de dar conta ao mesmo tempo da gênese lógica e histórica do Estado capitalista leva-o a encará-lo essencialmente como um mobilizador das contratendências à lei de tendência à queda da taxa de lucro, posição que não foi descartada nos seus trabalhos mais recentes. HIRSCH, J. The fordist security State and new social movements. **Kapitalstate**, 10/11, 1983; BONEFIELD, W. op. cit.

³⁹ Nisto estou em desacordo com Holloway e Picciotto: "não nos parece correto fazer uma distinção tão rígida entre análise da forma e análise histórica. Se análise de forma deve ser entendida em termos puramente lógicos e análise histórica como empírica, isso não nos ajudará a desenvolver uma teoria materialista histórica do desenvolvimento do Estado". HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. op. cit. p. 22. Parece-me mais adequado dizer o contrário: em nada nos ajuda construir categorias dúbias quando se trata de esclarecer em última análise o processo histórico. É injusta a crítica que os autores fazem à *escola da lógica*, classificando-a como a-histórica. Na verdade, ela é *pré-histórica*, no sentido em que o abstrato precede o concreto na ordem de exposição. Justamente os autores de que Holloway e Picciotto se valem para criticar a escola são os que deixam mais clara a questão. Isto não significa, evidentemente, que categorias históricas não possam ser também lógicas, no sentido em que são necessárias à particularização do objeto. É este o caso, por exemplo, da gênese histórica do capital industrial, necessária para Marx já no primeiro volume d'O Capital.

⁴⁰ BLANKE, B.; JÜRGENS, U.; KASTENDIEK, H. On the current discussion on the analysis of form and function of the bourgeois State. In: HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. op. cit.

⁴¹ ALTVATER, E. op. cit.

como condição de existência da circulação simples, com o que fica derivada a possibilidade da existência de uma *força coercitiva extra-econômica*, cuja função seria a de sancionar, formular e garantir a aplicação da lei. Note-se que fica assim definido não "*o aparelho organizado (ou um instrumento) mas essencialmente apenas uma função básica que pode ser derivada no nível conceitual da análise da forma*".⁴² Ou seja, já no nível da análise da forma, é possível derivar uma função geral (aquela que em Poulantzas, por exemplo, é chamada de *função de coesão social*).

Não fica assim derivada a forma a partir da função, mas ao contrário, é a forma-lei que, no entender dos autores, determina a possibilidade de uma função a ser preenchida por uma força de coerção extra-econômica.

O segundo passo da derivação é mostrar as condições que essa força coercitiva extra-econômica deve preencher para ser compatível com a circulação mercantil. A relação que se estabelece entre os sujeitos legais na circulação de mercadorias é uma relação de igualdade ou de equivalência. O contrato reflete a vontade de indivíduos livres e iguais que se relacionam através de suas mercadorias e se reconhecem enquanto iguais pela qualidade comum que têm de serem proprietários privados de mercadorias. O Estado deve garantir essa liberdade e, portanto, a certeza da possibilidade de alienação da propriedade através de contrato. Isso significa garantir a propriedade privada e a soberania do proprietário sobre sua propriedade.

Mas, por outro lado, já que cada propriedade privada é medida em valor, seus proprietários também se diferenciam em termos quantitativos uns dos outros. A igualdade na troca é, portanto, também neste sentido, puramente formal. Isso fica patente quando o capital passa a compor o quadro de nossas determinações. Com a consideração do capital, as relações de troca continuam sendo relações de equivalência apenas formalmente. Mas há uma desigualdade fundamental que torna o Estado um *Estado de classe*: o valor de compra da força de trabalho é menor do que o valor das mercadorias que ela produz.

"Em ambos os lados da circulação essa mais-valia aparece como legal. Na relação de troca entre capital e trabalho assalariado, todo 'trabalho' aparece como pago (porque o caráter dual do trabalho desaparece na forma de 'preço do trabalho'); na relação de troca entre capitalista e 'comprador', a mais valia aparece como lucro e é vista como uma mera adição ao custo ... Como a força extra-econômica protege o direito fundamental da produção de mercadorias, a propriedade privada, ela protege também: (1) o direito do capital e do trabalho assalariado igualmente, portanto também

⁴² BLANKE, B.; JÜRGENS, U.; KASTENDIEK, H. op. cit. p. 121.

a propriedade da força de trabalho (como mercadoria); (2) o direito do capital ao produto do processo de produção ... De fato, entretanto, proteger a propriedade do capital significa também proteger o domínio do capital sobre o trabalho assalariado no processo de produção do valor. Mas esse domínio se divide agora em dois: numa forma puramente material, o domínio pré-político das condições de produção (como capital) sobre os produtores, de um lado, e num domínio abstrato, geral, público, isto é, plenamente político, do outro ... [o que se traduz] na separação entre direito público e privado - entre a lei (no sentido restrito) relacionada à reprodução da sociedade burguesa ... e a lei relacionada à estrutura e competência jurídica do domínio público. Essa divisão da lei burguesa, em sentido amplo, em áreas aparentemente independentes, faz com que a relação entre economia e política apareça ainda mais externa".⁴³

Ora, essa separação fundamental, que não é outra coisa senão a forma de manifestação de uma unidade de base, já carrega em si a contradição em potência. Mas essa contradição não se limita à relação entre público e privado:

"Em termos de produção, a lei da propriedade privada requer o direito a adaptar-se ao movimento objetivo da lei do valor no processo privado de produção (através de reorganização, mudança técnica, aumento de produtividade) e isso não apenas formalmente mas através da flexibilidade da livre direção dos negócios. Aqui a força de trabalho já não se enquadra como puro sujeito legal livre, mas antes como um fator de produção que o proprietário privado pode usar como quiser, ainda que o seu poder esteja condicionado pelo movimento objetivo da economia ... Na medida em que 'liberdade' e 'igualdade' como direitos eram desde o início não meramente funcionais em termos econômicos, mas direitos dos cidadãos, ligando os sujeitos legais à força coercitiva extra-econômica ... esses direitos constituíam em si mesmos um perigo para o sistema burguês. Entendidos como o clamor dos seres humanos concretos (direitos humanos) eles constituem em certa medida o ponto da legitimação pelo qual a luta de classes pode irromper no plano 'político'... Esse aspecto inerente à constituição do 'Estado baseado no domínio da lei' (Rechtsstaat) é de vital importância. A ênfase nisso, entretanto, não deveria levar à contraposição ingênua entre 'Estado baseado no domínio da lei' (Rechtsstaat) e 'Estado de classe' (Klassenstaat). Em vez disso, devemos analisar primeiro o efeito dual do Estado de direito burguês que protege os 'proprietários privados' em geral tanto quanto a propriedade na forma de capital".⁴⁴

Há portanto uma contradição inerente à constituição do Estado burguês de direito. Ele próprio, como o capital, carrega em si a contradição. Com isso, ao invés de depender de uma teoria econômica da crise (como Hirsch) para a derivação do Estado, Blanke, Jürgens e Kastendiek podem oferecer uma contribuição ao traçado dessa teoria, ao demonstrar que o Estado é uma instância também crítica. A derivação feita por Blanke, Jürgens e Kastendiek tem a vantagem de, sem deixar de considerar o Estado como força repressiva, abrir o campo para o estudo do seu caráter imanentemente ideológico. Note-se ainda, no trecho sobre liberdade e

⁴³ Idem. ibidem. p. 125 e seg.

⁴⁴ Idem. ibidem. p. 128.

igualdade, que não há determinismo no trabalho dos três berlinenses. Ao contrário, a frase parece indicar justamente a autonomia e mútua influência entre as esferas política e econômica no nível da análise histórica. Mais adiante os autores colocam nos seguintes termos os limites de sua própria contribuição:

"O limite da análise da forma consiste no fato de que, apesar de que a possibilidade da realização desta 'função do Estado' ficar estabelecida, a sua necessidade não ...⁴⁵ Aqui ... há uma dificuldade fundamental na discussão do Estado: é verdade que nós descrevemos a relação íntima entre o modo de produção e uma de suas funções, uma função que pressupõe uma organização 'ao lado e acima' dos compradores e vendedores enquanto partes da troca. Mas nós não derivamos o Estado que, no nosso modo de entender, contém uma multiplicidade de conexões com e funções em relação ao processo de reprodução".⁴⁶

Mas aqui é preciso voltar ao sentido da derivação do ponto de vista do método:

"No nível da circulação simples, os agentes da troca de mercadorias são indivíduos iguais, e sua troca, que obedece à lei do valor, se faz segundo o princípio da equivalência... Quando se considera o processo de produção como um movimento contínuo, a troca de equivalentes se torna simples aparência e com ela a igualdade dos contratantes e a apropriação pelo trabalho. A relação entre capitalista e trabalhador (que se torna a relação entre a classe dos capitalistas e a classe dos trabalhadores) vem a ser uma relação de não equivalência entre desiguais, apropriação da riqueza não pelo trabalho próprio mas pelo trabalho alheio ... Essas duas partes ... estão assim ligadas por uma relação de interversão, portanto de contradição. As determinações da primeira se invertem na segunda. É essa interversão, contradição, que tem de ser o ponto de partida para a apresentação do Estado capitalista. A necessidade do Estado capitalista está implícita, pressuposta, nesta interversão".⁴⁷

Assim:

"O Estado põe o direito ... enquanto direito que emana do Estado. A relação jurídica ligada à relação econômica pressupõe a lei mas não a põe. A lei enquanto lei é posta pelo Estado. O direito se torna direito positivo ... a posição da relação jurídica enquanto lei do Estado nega o segundo momento e só faz aparecer o primeiro, exatamente para que, de maneira contraditória, a intervenção do primeiro momento no segundo possa se operar na 'base material'. O Estado guarda apenas o momento da igualdade dos contratantes negando a desigualdade de classes, para que, contraditoriamente, a igualdade dos contratantes seja negada e a desigualdade das trocas seja posta ... A posição da lei se impõe porque a igualdade dos contratantes se inverte no seu contrário, porque a lei (o primeiro momento) contém em si o princípio de seu contrário ... Ora, uma lei que só é obedecida quando ela é transgredida, contém

⁴⁵ Os três autores (e não apenas Flatow e Huisken - FLATOW, S.; HUISKEIN, F. op. cit. -) ficam, portanto, excluídos da crítica que Prado faz ao fato de que "as abordagens derivacionistas partiram sempre da questão da necessidade da forma Estado". PRADO, S. R. R. op. cit. p. 64. A crítica, aliás, que os três autores fazem a Altvater (que segue a derivação pioneira de Müller e Neusüs - MÜLLER, W.; NEUSSÜS. The "welfare state illusion" and the contradiction between wage labour and capital. In: HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. op. cit. -) é justamente sobre a tentativa de fundar simultaneamente a possibilidade e a necessidade a partir de um conceito geral de Estado (o de garantidor das condições gerais externas de reprodução). O *recurso crítico* (para usar a expressão de Prado) de Blanke, Jürgens e Kastendiek é o de mostrar a possibilidade do Estado no nível mais abstrato da análise da forma.

⁴⁶ BLANKE, B.; JÜRGENS, U.; KASTENDIEK, H. op. cit. p. 132.

⁴⁷ FAUSTO, R. **Marx**: lógica e política. Brasiliense : São Paulo, 1983, 1988. p. 292 e seg.

em si mesma não só a transgressão enquanto transgressão-auto-realização-negativa, mas contém igualmente a possibilidade de uma transgressão que vise precisamente salvar sua identidade ... Mas se a possibilidade real da transgressão está dada, se compreende porque a ideologia e o Estado são necessários. Eles são os guardiões da identidade. Essa função o Estado a realiza em parte como a ideologia a realiza, mas em parte diferentemente dela, na forma da força material e da violência; da simples presença da força material ou da sua efetivação, 'polícia' preventiva ou repressiva".⁴⁸

Ora, a derivação feita por Blanke, Jürgens e Kastendiek só não chega a por o momento da necessidade porque não explicita o movimento de interversão que se dá quando se considera o processo de produção como um movimento contínuo. Chega, não obstante, a apontar tanto o problema da lei como reconhecimento da igualdade e o que isso significa em termos de mascaramento da desigualdade fundamental que caracteriza o modo de produção capitalista, como o do papel repressivo do Estado. Ao que tudo indica, portanto, os autores não chegaram a compreender em toda a sua plenitude o alcance da derivação que eles próprios realizaram. As observações de Rui Fausto citadas esclarecem a questão sobre a necessidade ou a possibilidade, concluindo a derivação da forma.⁴⁹

Resta discutir agora o problema da passagem da análise da forma à análise das funções do Estado. Até aqui falamos do capital em geral. Nesse nível não se pode discutir as funções do Estado postas pelas determinações mais específicas do capital enquanto pluralidade de agentes. Do ponto de vista da articulação teórica entre a análise da forma e a das funções do Estado, a contribuição de Blanke, Jürgens e Kastendiek nos conduz ao seguinte ponto:

"Agora podemos tentar determinar o caráter da força coercitiva extra-econômica como coerção em geral: em relação ao nexa mercantil e aos proprietários de mercadorias como sujeitos legais, a força extra-econômica não é mais que uma neutra 'terceira' força (como o dinheiro) situada acima das partes da troca. Igualdade abstrata é a sua pré-condição e portanto só podem ser idênticos para qualquer participante ...

⁴⁸ Idem. ibidem. p. 297 e seg.

⁴⁹ Ficam esclarecidas também tanto a questão do ponto de partida da derivação quanto a insuficiência da proposta de Hirsch, que pretende partir imediatamente do conflito de classes e do caráter repressivo do Estado capitalista: "O ponto de partida do desenvolvimento do Estado não é a contradição entre classes. O ponto de partida do desenvolvimento do Estado é, como vimos, a contradição entre a aparência e a essência do modo de produção capitalista. Ora, na aparência, não há contradição de classes, não há nem mesmo classe. Há identidade entre indivíduos. É na segunda que se encontra uma relação de exploração que constitui as classes como opostos. Se se caracterizar essa oposição como uma contradição, é preciso dizer: o Estado capitalista (considerado a partir das formas) não deriva da contradição entre as classes, ele deriva da contradição (intersversão) entre a identidade e a contradição. Da contradição entre a identidade e a não-identidade se se não quiser. De fato, ele deriva da contradição (intersversão) entre a identidade das classes (portanto identidade das não-classes, pois se elas são idênticas elas não são classes) e a contradição de classes. Em segundo lugar, poder-se-ia observar que se tem aí a resposta à questão de saber se o Estado (pode ou deve) ser desenvolvido a partir da essência ou a partir da aparência O desenvolvimento do Estado se faz na realidade a partir da relação entre aparência e essência". Idem. ibidem. p. 293 e seg.

Em relação à reprodução do capital, a força coercitiva extra-econômica garante não apenas a possibilidade de comprar e vender, mas também a compulsão para vender resultante da separação dos produtores das condições de produção. Ela garante ... o emprego irrestrito da força de trabalho para a produção de mais valia. A primeira garantia protege a relação de capital em geral, a segunda a área particular de operação dos capitais individuais".⁵⁰

Até aqui podemos chegar, no nível teórico em que se situa a análise de Blanke, Jürgens e Kastendiek, na definição do papel de Estado no processo competitivo. É preciso agora voltar àquele nível teórico em que a concorrência aparece de forma mais específica. Quem procurou, no debate alemão, uma derivação nesse nível foi, seguindo as pistas e ampliando a derivação inicial feita por Müller e Neusüss, o também berlinense Elmar Altvater. Seu objetivo é procurar aquelas determinações do Estado capitalista relacionadas às suas funções de garantidor das condições gerais externas da reprodução. Trata-se agora de definir as funções gerais e os limites à ação do Estado a partir de determinações próprias a esse nível, no qual, podemos afirmar, o Estado deve aparecer também de forma mais determinada, como uma pluralidade institucional, ou como uma pluralidade de aparelhos se se preferir.

O conceito de concorrência de Marx adotado pelo autor é aquele de instância executora das leis imanentes da produção capitalista, no sentido de que é a interação entre as diferentes unidades de capital que engendra as condições de existência do capital total, no nível do qual se definem aquelas leis. Mas essas unidades só podem interagir no mercado enquanto unidades produtoras de mais-valia, o que impõe uma barreira à sua capacidade de criar as condições gerais para a reprodução. Isto porque a produção destas condições nem sempre se adequa às necessidades de valorização do capital individual. Assim, o Estado aparece para cumprir as funções de um *capitalista coletivo ideal*, movendo-se por uma lógica diferente daquela do mercado, posto que seu objetivo não é a produção de mais-valia, mas a garantia das condições gerais externas para a produção da mais-valia pelas unidades de capital individual em concorrência. Nestes termos, pode-se definir com precisão o caráter contraditório da relação entre os capitais individuais e o Estado e porque este adquire uma autonomia relativa:

"Se o Estado exprime o interesse geral do capital, ele não o faz sem contradições. Isso se deve ao fato de que o conceito de existência média do capital não está de acordo com as ações e os interesses da miríade de unidades de capital que são, enquanto tais, diferentes uns dos outros ... O Estado não é portanto jamais verdadeiramente, nem completamente, nem materialistamente um capitalista, mas simplesmente um capitalista global, fictício ou idealizado. Eis aí o contexto da categoria

⁵⁰ BLANKE, B.; JÜRGENS, U.; KASTENDIEK, H. op. cit. p. 129.

'autonomização do Estado' ... O capital por ele mesmo é incapaz de produzir seus fundamentos. Sob a pressão da concorrência, o capital é obrigado a utilizar todos os seus recursos ao máximo, sem ter em conta as conseqüências sociais e materiais que disso resultam. Conseqüentemente, o capital tende a destruir suas próprias bases sociais. Assim, a posição das pré-condições sociais à acumulação do capital não é possível senão dentro de uma estrutura organizacional que escapa diretamente das limitações e das restrições do mercado ... A forma adequada do Estado no capitalismo é portanto a de ser específico que se opõe às unidades do capital".⁵¹

Nesse trabalho, Altvater fala de quatro funções principais do Estado no processo de acumulação,⁵² classificação que tem por objetivo construir a ponte para a análise do processo histórico, mas que apresenta, a meu ver, um desnível teórico em relação ao parágrafo citado. No primeiro caso, parece haver, de fato, uma compatibilidade e, mais que isso, uma continuidade teórica em relação ao trabalho de Blanke, Jürgens e Kastendiek. Os três autores colocam, no último trecho acima citado, a questão da operação dos capitais individuais nos termos da relação capital/trabalho: a *força de coerção extra-econômica*, ao garantir a compulsão à venda da força de trabalho, protegeria a operação do capital individual. Müller e Neusüss já haviam anteriormente derivado um Estado regulador da relação capital/trabalho, partindo da idéia de que, sem uma força ao lado e acima do processo competitivo, o capital, na sua obsessão em acumular, tenderia a dilapidar as próprias bases da acumulação, levando o sistema ao colapso.⁵³ A proposição teórica de Altvater não apenas tem a capacidade de incorporar toda essa discussão sob o conceito de *regulação do conflito entre trabalho assalariado e capital*, como amplia a concepção de Müller e Neusüss para incluir o conjunto de funções do Estado ligadas à regulação da relação intercapitalista.

Diante disso, a apresentação das quatro *funções principais* parece ser uma construção arbitrária, com fins analíticos, que não se deriva da proposição teórica de base do autor. Em texto mais recente, Altvater coloca a questão em termos mais gerais quando fala em dois conjuntos de funções, de acumulação e de legitimação (fazendo questão, entretanto, de negar qualquer adesão às idéias de O'Connor), entendidas como uma das manifestações do Estado enquanto *"autoridade de mediação entre o processo de acumulação (econômico) e a regulação do consenso (social)"*,

⁵¹ ALTVATER, E. op. cit. p. 138 e seg.

⁵² "A criação das condições materiais gerais de reprodução - 'infra-estrutura' -; a determinação e a defesa do sistema de leis no qual se exprimem as relações dos sujeitos legais na sociedade capitalista; a regulação do conflito entre trabalho assalariado e capital e, se necessário, a opressão política da classe trabalhadora, não unicamente por meios políticos e militares; a garantia à expansão do capital nacional total sobre o mercado capitalista mundial". Idem. ibidem. op. cit. p. 140.

⁵³ MÜLLER, W.; NEUSSÜS. op. cit.

mediação essa que se manifesta também *'ha separação institucional entre política econômica - que serve, acima de tudo, à acumulação de capital - e política social, que está vinculada à 'lógica do trabalho' ..., ou ao sistema de reprodução do trabalho assalariado, e que pode, portanto, entrar em conflito justamente com as exigências da acumulação'*.⁵⁴

Não há, entretanto, nesse texto, qualquer referência àquele que, quinze anos antes, notabilizara o autor como um dos expoentes da escola berlinense da derivação do Estado. Mas, para nossos interesses, estas breves observações estão mais próximas da solução do problema teórico em discussão do que a tentativa funcionalista de construção de uma taxonomia de funções capaz de explicar o conjunto do processo histórico do Estado capitalista, como ocorria no artigo anterior. A superioridade desta nova formulação situa-se na introdução da idéia de conflito entre duas funções (ou dois conjuntos de funções se se preferir) deixando aberta, a meu ver, a possibilidade de incorporação de um conceito bastante operacional de regulação.

Primeiro vejamos como é possível reconstruir o nexos entre o ponto a que chegamos com a última citação de Blanke, Jürgens e Kastendiek e a proposição teórica de Altvater. Reconhecendo, com este, que é a interação dos diferentes capitais individuais que possibilita a existência do capital em geral, a proteção da relação de capital em geral, de que falam os três berlinenses, depende, no nível teórico em que se situa a contribuição de Altvater, de uma regulação da concorrência inter-capitalista que só pode, evidentemente, ser exercida pelo Estado. Fica, assim, definida uma primeira função (ou um primeiro conjunto de funções) do Estado.

Mas, ainda segundo Blanke, Jürgens e Kastendiek, o Estado protege a área particular de operação dos capitais individuais, ao garantir a compulsão à venda da força de trabalho pela separação dos produtores das condições de produção. Ao mesmo tempo, como apontam Müller e Neusúss, o Estado deve limitar a ação predatória que o capital individual tende a exercer sobre a força de trabalho, dilapidando suas próprias condições de reprodução. Como afirmei há pouco, é possível, a partir dessas duas posições, chegar a uma segunda função do Estado: a de regulação da relação capital/trabalho, nos termos de Altvater.

Ora, o próprio Altvater aponta no seu último trabalho aqui citado que pode haver incompatibilidade entre essas duas funções. A meu juízo, a possibilidade dessa incompatibilidade deixa explícito o fato de que as condições de ocorrência daquela dupla funcionalidade não são

⁵⁴ ALTVATER, E. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: HOBBSBAWN, E. J. op. cit. p. 92.

necessariamente dadas em todo momento. A não funcionalidade é também sempre possível.

Com isso, chegamos, partindo das determinações mais abstratas, a duas condições de funcionalidade cuja compatibilidade aponta para a necessidade de uma regulação do conjunto. Não é meu objetivo prosseguir, a partir deste ponto, na discussão da teoria do Estado.⁵⁵ Meu interesse é mostrar apenas a possibilidade de uma articulação teórica entre derivação e regulação, possibilidade essa que explorei em *Capital, Estado, Indústria Cultural*,⁵⁶ onde, a partir da análise da forma informação, realizei uma determinada particularização da Indústria Cultural, definindo, de início, a partir de uma estratégia derivacionista, uma dupla condição de funcionalidade.

Assim, à forma publicidade e à forma propaganda da informação correspondem duas diferentes condições de funcionalidade que a Indústria Cultural pode preencher no Capitalismo Monopolista, o que exige a discussão em detalhe de cada uma dessas condições de funcionalidade e o problema da sua compatibilidade num nível mais concreto de análise. O problema nesse caso é mais complexo porque envolve ainda a necessidade de uma terceira condição de funcionalidade, como apontarei adiante, na terceira parte deste artigo. Neste momento, o que interessa é detalhar, como fiz com a derivação, o conteúdo que procurei dar ao conceito de regulação.

II

É interessante introduzir a questão a partir das críticas feitas por Otaviano Canuto⁵⁷ e Mario Possas⁵⁸ à escola francesa da regulação. Segundo Canuto, ao *hã se libertarem de uma interpretação de 'O Capital' que o torna uma referência auto-suficiente*", os regulacionistas comprometeriam a sua compreensão do capitalismo que padeceria, assim, de uma *"ausência de mediações teóricas não redutíveis a seu próprio conteúdo"*.⁵⁹ O ponto básico da crítica se refere justamente à passagem das determinações teóricas colocadas no nível do capital em geral para a dinâmica real do sistema no nível da concorrência.

⁵⁵ A esse respeito vide BOLAÑO, C. R. S. **Sobre a teoria marxista do estado**: algumas notas de leitura e hipóteses de trabalho. UFS : Aracaju, 1994. (mimeo), onde, entre outras coisas, privilegio a crítica e as possíveis linhas de superação das teorias derivacionista. Vide também PRADO, S. R. R. op. cit.

⁵⁶ BOLAÑO, C. R. S. **Capital, Estado, Indústria Cultural**. Unicamp : Campinas, 1993. (mimeo).

⁵⁷ CANUTTO S. F., O. O aporte regulacionista à crise capitalista. **Anais ANPEC** : Belo Horizonte, 1988.

⁵⁸ POSSAS, M. L. **O projeto teórico da escola da regulação**. Unicamp, Campinas, 1988. (mimeo).

⁵⁹ CANUTTO S. F., O. op. cit. p. 120.

"Abre-se então a seguinte disjuntiva teórica: (I) trata-se de uma aparente autonomia [a da pluralidade dos agentes que, movendo-se no plano aparential, dão como resultado a reprodução do conjunto capitalista], em última instância, enquadrada por leis imanes da relação salarial já indicadas por Marx, ou seja, o domínio da essência (do 'esotérico') sobre a aparência fenomênica (o 'exotérico') acaba por ser absoluto, ou (ii) as leis imanes não são suficientes para sobredeterminar a dinâmica ao nível da pluralidade de agentes, postulando-se, portanto, tanto a existência de determinantes próprios a esta esfera, quanto a impropriedade de se entender a reprodução exclusivamente pela ótica holística do capital social global".⁶⁰

Assim sendo, a opção pelo primeiro lado da disjuntiva implicaria dificuldades insuperáveis relacionadas ao problema da relação entre preços e valores,⁶¹ o que levaria, no caso, "a transfigurar as 'condições de reprodutibilidade ideal' em símiles de modelos de equilíbrio geral"; às insuficiências da lei de tendência à queda da taxa média de lucro;⁶² além do que "tratar a dinâmica diretamente a partir do capital social global induz a contrapor reprodução ampliada e crise como correspondentes, respectivamente, a situações de unidade perfeita e de afastamento desta unidade na reprodução".⁶³ Boa parte das deficiências da escola da regulação decorreriam da opção por esse lado da disjuntiva. A crítica de Canuto é sensivelmente a mesma de Possas:

"Se é, mais que louvável, indispensável um tal empenho de repensar criticamente e com aportes teóricos atuais, o modo de funcionamento socio-econômico do capital contemporâneo tendo por fundamento a obra de Marx, não é menos necessária a incorporação de todo um acervo de contribuições críticas, não conservadoras e convencionais, ao pensamento econômico deste século, que a E. R. virtualmente negligencia. Neste sentido, seu esforço neo-marxista de teorização do capitalismo padece, ainda que de forma mais branda, do mesmo mal que acometeu seu antecessores marxistas mais dogmáticos: a falta de mediações".⁶⁴

⁶⁰ Idem. ibidem. p. 128.

⁶¹ POSSAS, M. L. **Dinâmica e ciclo econômico em oligopólio**. Campinas. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Unicamp, 1983. Item III.2.

⁶² Idem. ibidem. Item I.1.2.

⁶³ CANUTTO S. F., O. op. cit. p. 130

⁶⁴ POSSAS, M. L. **O projeto teórico da escola da regulação**. Unicamp, Campinas, 1988. (mimeo). p. 20. Para Possas, como para Canuto, a questão das mediações teóricas é posta tanto no que se refere ao problema dos níveis de abstração como no que diz respeito à incorporação ao referencial marxista das contribuições mais importantes dos economistas não marxistas do século XX. Em geral há, na verdade, uma confusão entre esses dois conceitos de mediação, parecendo que o objetivo do primeiro é basicamente o de servir ao segundo. Vale a pena resumir aqui a posição de Mario Possas. Para o autor, a concorrência não emerge n'O Capital "como objeto em suas especificidades, mas tão somente em seus atributos genéricos, efetivos ao nível do capital em geral. A relevância desta distinção está em permitir delimitar o campo teórico das 'leis de movimento', ao nível do 'capital em geral' vis-à-vis o da 'dinâmica' econômica capitalista propriamente dita, que pressupõe a análise dos modos de atuação da concorrência intercapitalista em sua efetividade ao nível da 'pluralidade dos capitais', tema que extravasa o âmbito da construção de 'O Capital' ... Embora certamente não sejam 'dedutíveis' nem mesmo como uma expressão exterior mediatizada das categorias e das leis de movimento presentes em 'O Capital', os componentes teóricos da dinâmica mantêm com elas uma relação de compatibilidade, e em certa medida de complementaridade para a compreensão do movimento global e teoricamente determinado da economia capitalista". POSSAS, M. L. Marx e os fundamentos da dinâmica capitalista. **Revista de Economia Política**, vol. 4, n° 3, 1984. p. 64 e seg. Feita, portanto, essa distinção, trata-se de fundar as leis da dinâmica econômica no capitalismo através da constituição de um espaço teórico próprio,

Sem entrar por ora no mérito da posição pessoal de Possas e Canuto, devo dizer que, se é verdade que suas críticas se aplicariam em princípio aos trabalhos mais antigos de Aglietta e Lipietz analisados pelos autores, esse não é o caso do livro de 1986 de Robert Boyer, que mostra uma visão muito clara do problema, assim como do estatuto teórico e dos limites da contribuição da escola francesa. O objetivo do livro é precisamente fazer uma releitura do conjunto das contribuições anteriores desta à teoria marxista, dez anos depois do aparecimento dos primeiros trabalhos, com o objetivo explícito de minimizar as divergências que ao longo dessa trajetória acabaram por levar as suas mais importantes figuras a posições opostas em relação à teoria do valor, com Lipietz reafirmando sua posição marxista, enquanto que Aglietta se afasta para uma posição "implicitamente individualista pelo uso da problemática girardiana".⁶⁵ Na tentativa de

intermediário entre o do capital em geral e o do movimento histórico concreto, o *espaço da concorrência*. Note-se que não se trata aqui daquele espaço, ou daquele nível teórico, em que convencionalmente se entende a concorrência. Para o autor, mesmo no nível do terceiro volume d'O Capital a concorrência não está posta em todas as suas determinações, mas apenas "em seus atributos genéricos, efetivos ao nível do capital em geral". Trata-se, portanto, de uma inovação teórica que o autor entende como alternativa à adoção, para ele indefensável, da lei de tendência à queda da taxa média de lucro como meio de articulação entre os níveis mais abstratos d'O Capital e a análise do movimento histórico concreto. Essa alternativa é aquela que estaria presente do outro lado da disjuntiva de Canuto, oposta àquela em que se classifica a escola francesa da regulação. Nesse novo espaço de intermediação proposto por Possas seria possível articular as principais contribuições ao estudo da dinâmica capitalista, que assumiria quatro formas: ciclo, tendência, instabilidade e crise. A idéia de instabilidade que justifica um tratamento teórico próprio não é naturalmente aquela relacionada diretamente à discussão do ciclo (como em Harrod ou em Schumpeter - POSSAS, M. L. **A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica**. Brasiliense : São Paulo, 1987. p. 33 a 36), mas aquela de Keynes referente à natureza intrinsecamente instável da lógica das decisões de investimento tomadas com base num estado de confiança precário em função de expectativas incertas, numa perspectiva próxima a autores como Minsky (MINSKY, H. **Las razones de Keynes**. FCE : Mexico, 1987; MINSKY, H. **Stabilizing an unstable economy**. Yale U. P. : London, 1985) e Davidson (DAVIDSON, P. **Money and the real world** Mc Millan : London, 1972). O ciclo, por sua vez, determinado pela dinâmica da demanda efetiva à la Kalecki, é visto como uma "propriedade dinâmica da estrutura", na ausência de mudanças estruturais, estas últimas relacionadas com uma dinâmica tendencial, de acordo com uma reinterpretação da contribuição de Schumpeter, centrada na sua noção de concorrência, que o autor incorpora ao seu próprio referencial marxista, ampliando ainda mais o conceito de inovação já bastante abrangente daquele para além das mudanças de caráter tecnológico e produtivo, "de forma a abarcar qualquer tipo de transformação dos 'parâmetros' da estrutura econômica, envolvendo aspectos institucionais, sociais e de organização dos âmbitos de valorização dos capitais - tendo como um de seus aspectos as estruturas de mercado, mas incluindo as formas de integração das empresas com a órbita financeira e com o mercado mundial". POSSAS, M. L. op. cit. pag 204 - sobre ciclo e tendência vide Idem. ibidem; sobre demanda efetiva e dinâmica vide Possas e Baltar, 1981; a problemática da crise, embora reconhecidamente um elemento importante da dinâmica que justifica uma abordagem em separado - Idem. ibidem. p. 37 a 40 -, não recebe qualquer tratamento por parte do autor. Em resumo, o autor procura incorporar, de forma pretensamente não eclética, ao referencial marxista, algumas entre as mais importantes contribuições à análise econômica, depuradas do ranço neo-clássico ou neo-keynesiano em que foram formuladas ou a que foram lançadas, mesmo quando isso significa contrariar os propósitos iniciais declarados de seus autores. O cerne da proposta está justamente na adesão ao segundo lado da disjuntiva acima mencionada e na insistência em definir o *espaço da concorrência* como espaço intermediário adicional do movimento que vai do abstrato ao concreto.

⁶⁵ BOYER, R. **La théorie de la régulation: une analyse critique**. La Découverte : Paris, 1986. p. 33.

conciliar essas posições divergentes quanto aos princípios mais abstratos, o autor acaba por assumir o segundo lado da disjuntiva colocada por Canuto, reconhecendo inclusive explicitamente algumas das críticas decorrentes da opção oposta.⁶⁶ A contribuição regulacionista seria, segundo o autor, a de construir um conjunto hierarquizado de noções intermediárias que permitiria passar das determinações mais abstratas à análise do processo histórico. Vejamos como o autor apresenta essa hierarquia dos principais conceitos utilizados pela escola da regulação.

Em primeiro lugar, o autor define as relações sociais fundamentais (relações de produção e de troca) no interior do conceito de modo de produção que, de acordo com a tradição althusseriana, permitiria explicitar as conexões entre relações sociais e organização econômica. Citando Poulantzas e Balibar, define uma dada formação social como um "*sistema complexo*", "*uma articulação de modos de produção*" ou "*uma articulação de um conjunto de relações de produção e de troca*". O modo de produção capitalista se caracteriza pelo fato de que as relações de troca assumem a forma mercantil e as relações de produção, a salarial. Do ponto de vista histórico, essas duas relações não aparecem simultaneamente. Daí, a generalização da relação salarial afeta a forma da relação mercantil, aparecendo o capital como "*valor que se valoriza*". "*Assim, a dominação do modo de produção capitalista faz da acumulação o imperativo e a 'lei coercitiva' que se impõe ao conjunto do sistema*".⁶⁷ Logo em seguida o autor expressa claramente sua posição em relação à disjuntiva explicitada por Canuto no trecho citado:

⁶⁶ O autor aponta, por exemplo, certas convergências com autores de fora da escola, numa tentativa de incorporar outras contribuições relevantes ao conhecimento da realidade capitalista. Já nas primeiras páginas, Boyer trata de criticar o fato de que "o marxismo ortodoxo sucumbiu muito freqüentemente à tentação de acreditar que Marx havia estabelecido de uma vez por todas as leis que regem a dinâmica longa do capitalismo". BOYER, R. op. cit. p. 22. O autor cita, entre outras, a contribuição de "análises pós-keynesianas à la H. P. Minsky que fazem da instabilidade financeira a origem essencial dos movimentos econômicos" (Idem. ibidem. p. 19 e seg. - vide também p. 85), além de formular o desejo de fundar uma "macroeconomia kaleckiana" (Idem. ibidem. p. 24 e seg.) e de reivindicar uma tradição keynesiana-kaleckiana (Idem. ibidem. p. 97 e seg.). Boyer critica também explicitamente a utilização da lei de tendência à queda da taxa média de lucro pelos teóricos do Capitalismo Monopolista de Estado, assim como o estruturalismo marxista, cuja ânsia de recusar todo historicismo o tornaria "largamente inapto ao estudo da mudança assim como da crise". Idem. ibidem. p. 22. No mesmo sentido, critica o uso da referida lei por Destanne de Bernis e o grupo da escola regulacionista de Grenoble (Idem. ibidem. p. 26) e defende, por oposição, Aglietta, que se distinguiria destes "pela rejeição de leis econômicas abstratas", apresentando a noção de forma estrutural "como codificação de um conjunto de relações sociais fundamentais" (Idem. ibidem. p. 27), com o que procura minimizar a adesão deste último ao primeiro lado da disjuntiva acima apontada (vide AGLIETTA, M. **Regulación y crisis del capitalismo**. Siglo XXI : Madrid, 1979. especialmente cap. 5). Pode-se notar, assim, uma semelhança entre as posições de Boyer e aquelas de Possas e Canuto.

⁶⁷ BOYER, R. op. cit. p. 45.

"Pode-se por conseqüência tirar desse princípio uma série de leis tendenciais que descrevem a dinâmica inelutável, ou ao menos provável do sistema? Isso seria supor uma correspondência simples e bi-unívoca entre uma forma geral das relações sociais e uma dinâmica de médio e longo prazo manifesta nas categorias usuais da análise econômica. Ora, as discussões sobre o materialismo histórico, as controvérsias sobre a queda tendencial da taxa de lucro ou ainda o problema da transformação, mostram claramente os perigos de uma passagem excessivamente rápida do qualitativo ao quantitativo, do eso ao exotérico e, mais geralmente, de um nível de abstração a outro".⁶⁸

Até aqui, portanto, não parece haver qualquer divergência significativa entre a posição de Boyer e aquela de Canuto e Possas. A conseqüência teórica desta primeira tomada de posição é, não obstante, muito diferente. Não se trata de construir um novo *espaço de mediação* capaz de integrar diferentes contribuições teóricas, mas de definir uma série de categorias intermediárias, formando um conjunto hierarquizado de noções que permitiriam a constituição de um quadro analítico a ser aplicado ao estudo do processo histórico concreto. Uma primeira *noção intermediária* é a de regime de acumulação, definido com o objetivo de entender como, ao longo de certos períodos históricos, as contradições inerentes ao sistema não se manifestam sob a forma de crises tendentes a impedir a sua própria sobrevivência, mas apenas a de crises moderadas que não impedem uma *dinâmica cumulativa de acumulação*. Assim, o regime de acumulação é definido como *"o conjunto das regularidades que asseguram uma progressão geral e relativamente coerente de acumulação do capital, quer dizer, que permitem absorver ou pulverizar no tempo as distorções e desequilíbrios que nascem permanentemente do próprio processo"*.⁶⁹

Mas a operacionalização desse conceito de regime de acumulação, *"que só se define ao nível do conjunto do sistema e a um certo grau de abstração"*,⁷⁰ exige, num nível mais concreto de análise, procurar, não mais a especificação em termos genéricos das relações sociais fundamentais, mas a *"sua configuração específica para um país ou uma fase histórica dados"*. Para tal são definidas as formas estruturais ou formas institucionais como *"toda codificação de*

⁶⁸ Idem. ibidem. p. 45.

⁶⁹ Idem. ibidem. p. 46. As regularidades sociais e econômicas que permitiriam a acumulação a longo prazo se referem a *"um tipo de evolução de organização da produção e da relação dos assalariados aos meios de produção; um horizonte temporal de valorização de capital sobre a base do qual podem desenvolver-se os princípios de gestão; uma partição do valor que permite a reprodução dinâmica das diferentes classes ou grupos sociais; uma composição da demanda social que valida a evolução tendencial das capacidades de produção; uma modalidade de articulação com as formas não capitalistas, já que essas últimas têm um lugar determinante na formação econômica estudada"*. Idem. ibidem. p. 46.

⁷⁰ Idem. ibidem. p. 51.

uma ou várias relações sociais fundamentais": a moeda, a configuração da relação salarial, as formas da concorrência, as modalidades de adesão ao regime internacional e as formas do Estado.⁷¹ A partir de uma dada configuração histórica de formas institucionais define-se um modo de regulação como *"todo conjunto de procedimentos e de componentes, individuais e coletivos, que tem a tríplice propriedade de reproduzir as relações sociais fundamentais através da conjunção de formas institucionais historicamente determinadas; sustentar e 'pilotar' o regime de acumulação em vigor; assegurar a compatibilidade dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas, sem que seja necessária a interiorização pelos agentes econômicos dos princípios de ajustamento do conjunto do sistema"*.⁷²

No interior de um modo de regulação, as formas institucionais operam de acordo com três princípios de ação: a lei, a regra ou o regulamento, o compromisso e o sistema de valores e representações (*adhésion-contrainte-contrat*). Assim, fica garantida uma *estabilização dinâmica* do sistema (posto que as formas institucionais não são estáticas mas se alteram ao longo do tempo para manter sua efetividade) que, entretanto, não elimina as contradições e as crises. Na verdade, regulação e crise são dois momentos necessários na análise do processo histórico de acordo com o programa de pesquisa dos regulacionistas, que procura *"dar conta do surgimento e da crise de um modo desenvolvimento (ou seja, a conjunção de um regime de acumulação [que inclui um modo de consumo] e de um tipo de regulação), deixando em aberto a questão de uma dinâmica grandiosa do capitalismo, até que se acumulem suficientes pesquisas históricas longas e comparações internacionais"*.⁷³

Neste ponto é preciso dizer que resta ainda uma dúvida ligada à crítica geral de Possas (a falta de mediações) ao referencial regulacionista: a passagem de um nível de abstração tão elevado como o da definição de modos de produção, ou do modo de produção capitalista, remetendo à lei do valor como lei de valorização, para o de modo de regulação, parece carecer de uma mediação adequada. A caracterização de um conceito intermediário como o de regime de acumulação não resolve o problema, na medida em que permanece a dúvida sobre se este último se coloca no mesmo nível do conceito marxista de reprodução, ou seja, na esfera do capital em

⁷¹ Idem. *ibidem*. p. 48-53.

⁷² Idem. *ibidem*. p. 54.

⁷³ Idem. *ibidem*. p. 60.

geral, como ocorre com certeza em Lipietz,⁷⁴ que trata o conceito em termos de esquemas de reprodução, ou, alternativamente, no nível da análise mais concreta de uma formação social capitalista, como se pode deduzir do fato de, entre as regularidades que o definem, incluírem-se as "*modalidades de articulação com as formas não capitalistas*". A segunda interpretação é a mais próxima da posição de Boyer. De fato, toda a preocupação da escola da regulação, segundo o autor, está voltada para a análise do processo histórico. E isso nos seguintes termos:

"Fazer da história longa o meio de um enriquecimento e de uma elaboração crítica das intuições marxistas concernentes à dinâmica das economias capitalistas, tal é o objetivo das abordagens regulacionistas. Se partir dos ensinamentos de Marx é sempre estimulante, o interesse de uma década de pesquisas é precisamente o de operar uma hierarquização nessa herança: entre os conceitos os mais abstratos (modo de produção, assalariado, etc.) e as noções que podem e devem ser confrontadas com as evoluções observadas (por exemplo, a estabilidade ou não de uma regulação parcial, o caráter cíclico ou estrutural de uma crise etc.); entre uma relação social em geral e as formas específicas que ela toma ao longo do tempo; entre leis trans-históricas e simples regularidades econômicas válidas para um conjunto bem preciso de formas sociais".⁷⁵

Há, portanto, uma clara distinção entre conceitos e noções. Assim, "*as definições contam menos que a maneira em que elas estimulam a pesquisa e só encontram validade pelos métodos que permitem verificar sua adequação à dinâmica longa das economias capitalistas*".⁷⁶ O método proposto a partir daí segue, através da "*mobilização da historiografia a fim de periodizar as formas institucionais*", no sentido da construção de modelos cujo objetivo seria o de *fornecer uma alternativa à concepção marxista tradicional que considera a acumulação como dotada de leis tendenciais que acabam por se impor sobre os fatores transitórios e eventuais ... Nessa ótica, importa discernir quais são as tendências inerentes a cada um dos regimes de acumulação*".⁷⁷ Colocada a questão nesses termos, restam a meu ver poucas dúvidas sobre o caráter nocional da categoria regime de acumulação, já que o seu conteúdo teórico pode alterar-se em função das necessidades específicas da realidade histórica em exame.

Isso não significa, como faz questão de frisar o autor, que não haja teoria no aporte regulacionista, cuja categorização tem uma finalidade não meramente descritiva mas essencialmente analítica.⁷⁸ Assim, essas categorias devem ser sempre confrontadas com "os

⁷⁴ LIPIETZ, A. **Accumulation, crises et sorties de crise**. Nordic Summer University : Helsingor, 1984. (mimeo).

⁷⁵ BOYER, R. op. cit. p. 41.

⁷⁶ Idem. ibidem. p. 73.

⁷⁷ Idem. ibidem. p. 77.

⁷⁸ "... As noções de formas institucionais, regime de acumulação, modo de regulação e a tipologia das crises estão longe de pertencer ao domínio da descrição ou da economia profana. Trata-se de uma construção fundamentalmente teórica que não se limita a mostrar que nós vivemos num mundo de multinacionais, de

ensinamentos da história econômica e social numa démarche permanente de ida e vinda". E é justamente na análise histórica, e especialmente a do chamado período do fordismo e sua crise, que se torna mais do que patente o poder explicativo das teorias da regulação,⁷⁹ poder explicativo que, ao contrário, ainda precisa ser provado para o caso da alternativa teórica de Possas, resumida em nota acima e que não se confunde, devo dizer, com a tradição construída ao longo dos anos 70 e 80 no interior do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

No que concerne ao tema em exame, a tradição dos economistas da UNICAMP aproxima-se mais, a meu ver, do referencial regulacionista do que da alternativa de Mario Possas.⁸⁰

convenções coletivas ou de multiplicação das intervenções do Estado. Esses fenômenos são remetidos aos conceitos de relação de troca e relação de produção, eles mesmos derivados da construção dos modos de produção, tal como formulados pela corrente estruturalista. Nessas condições, a regulação não é simples descrição jornalística, é um esforço de teorização, do qual pode-se contestar a pertinência mas não a existência". Idem. ibidem. Mas o autor reconhece em seguida: "é verdade, não obstante, que essa problemática não se situa no mesmo nível que o modelo walrasiano ou keynesiano standard: ela define a possibilidade de vários modelos macro-econômicos e não de um só, posto que sua forma exata continua aberta às particularidades estruturais da sociedade estudada". Idem. ibidem. p. 92. Esta última observação vai obviamente ao encontro ao objeto inicial de Boyer de buscar um compromisso regulacionista entre autores que se situam hoje em campos distintos no que se refere ao paradigma econômico adotado.

⁷⁹A bibliografia regulacionista sobre o lema é bastante vasta. Além do trabalho pioneiro de Aglietta (AGLIETTA, M. op. cit.), cito apenas Boyer e Mistral (BOYER, R.; MISTRAL, J. **Accumulation, inflation, crises**. 2. ed. PUF : Paris, 1983.) e a coletânea organizada por Boyer (BOYER, R. (org.). **Capitalisme fin de siècle**. PUF: Paris, 1986), incluindo trabalhos de Aglietta, Bertrand, Hausmann, Lipietz, Gustavo Marquez, Mistral e Ominami. Numa perspectiva próxima à da escola da regulação, vale citar De Vroey (DE VROEY, M. A regulation approach interpretation of contemporary crisis. **Capital and Class**, London, 23, 1984) e Hirsch (HIRSCH, J. op. cit.).

⁸⁰Tomando os trabalhos clássicos da escola da UNICAMP (CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Estado brasileiro e os limites da estatização**. Ensaio de Opinião : Rio de Janeiro, 1977; CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. Brasiliense : São Paulo, 1982; CONCEIÇÃO TAVARES, M. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Ed. Unicamp : Campinas, 1985; CONCEIÇÃO TAVARES, M. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. UFRJ : Rio de Janeiro, 1978. (mimeo); Silva, 1976; CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Difel : São Paulo, 1977; BELLUZZO, L. G. M. **Valor e capitalismo**. Brasiliense : São Paulo, 1980; AURELIANO DA SILVA, L. M. L. **No limiar da industrialização**. Brasiliense: São Paulo, 1981; Cardoso de Melo e Belluzzo, 1982), nota-se que não há um *espaço da concorrência* que faça a mediação entre o abstrato e o concreto. Ao contrário, o conceito de intermediação mais encontrado nesses trabalhos é o de padrão de acumulação ou padrão de desenvolvimento que, a meu ver, pode substituir o de modo de desenvolvimento dos regulacionistas, com a vantagem de que não incorpora a limitação de uma desconsideração da concorrência como elemento central da dinâmica. A semelhança entre a análise da escola francesa e da escola brasileira aparece também quando tomamos as várias análises desta última sobre a formação do capitalismo no Brasil. A grande maioria desses trabalhos procura estudar basicamente o período anterior ao início do processo de industrialização que a CEPAL havia teorizado sob o conceito de *substituição de importações*. A preocupação da escola da Unicamp é mostrar que a industrialização brasileira não é uma industrialização qualquer, mas uma industrialização capitalista, e que não é determinada unilateralmente por elementos de ordem externa, mas que só é possível, na forma e na extensão em que se deu, porque já haviam sido implantadas no país determinadas condições estruturais sem as quais o estímulo externo não teria a mesma consequência. Ora, o que são essas condições senão a constituição da relação salarial, da relação mercantil, do Estado nacional, de uma acumulação primitiva de capital, da generalização da relação monetária, em uma palavra, das *relações sociais fundamentais* que, na análise de Boyer, se constituem em *formas institucionais* que definem um *modo de regulação*? Se agregarmos a isso o fato de que esse conjunto de contribuições, e em especial o trabalho fundador de João Manuel Cardoso de Mello, deram margem a uma série de

A singela constatação desta proximidade, aliás, mostra-se infinitamente mais promissora, do ponto de vista da ampliação do referencial analítico para o estudo da economia brasileira, do que eventuais tentativas de adoção acrítica do referencial regulacionista, tomado como alternativa auto-suficiente para a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil, o que levaria inevitavelmente à incorporação das insuficiências do regulacionismo francês e à adoção de conceitos sabidamente questionáveis como o de *fordismo periférico*, sem avançar em nada (e antes muito pelo contrário) sobre a boa tradição brasileira na área. Tradição essa que, como apontei na nota anterior, apresenta mesmo importantes vantagens sobre a da escola da regulação. E que apresenta ainda uma vantagem crucial tanto em relação a Boyer como a Possas (que se filiam, ambos, como vimos, ao segundo lado da disjuntiva acima mencionada) no que se refere à articulação geral da teoria,⁸¹ aproximando-se de certas posições mais recentes de Altvater.⁸²

outras contribuições que ampliam a análise imprimindo-lhe também alguma interdisciplinaridade (SALM, C. L. **Escola e trabalho**. Brasiliense : São Paulo, 1980; DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses**. Paz e Terra : São Paulo, 1985; Arruda, 1978 ou, mais modestamente, BOLAÑO, C. R. S. **Mercado Brasileiro de Televisão**. PEUFS : Aracaju, 1988), pode-se a meu ver claramente caracterizar essa escola como próxima do referencial da escola francesa da regulação da qual é contemporânea (a bem da verdade é preciso dizer que os trabalhos fundadores da escola da UNICAMP são de fato um pouco anteriores àqueles da escola francesa da regulação que, por outro lado, só passaram a ser conhecidos no Brasil alguns anos mais tarde).

⁸¹ Em ambos os autores falta identificar aquele elemento capaz de articular a determinação vertical da lógica do capital (concebida teoricamente desde as suas determinações gerais mais abstratas) com aquelas postas no nível teórico da concorrência, ou no nível da análise das funções, como se queira. No caso de Boyer, o próprio objetivo de compatibilizar, num determinado nível de abstração, diferentes posições teóricas (marxistas e não marxistas) em relação às determinações mais gerais, acaba imprimindo um caráter de supérfluo a essas determinações. No caso de Possas, a situação não é muito diferente: a afirmação da necessidade de compatibilidade das determinações teóricas postas no nível da concorrência com as leis de movimento postas em um nível mais abstrato não parece resolver a problema da articulação entre essas duas instâncias. Assim, em ambos os casos, a negação de princípio da lei de tendência à queda da taxa média de lucro deixou um vazio que necessita ser preenchido. Estou convencido de que o elemento unificador capaz de resolver esse impasse encontra-se justamente naquilo que falta à teoria da dinâmica de Possas: uma teoria da crise. Só ela, a meu ver, permite uma articulação vertical e horizontal entre os determinantes teóricos da mudança estrutural e destes com a análise do processo histórico. Isto porque a teoria marxista da crise deve basear-se justamente no caráter contraditório do capitalismo, que se apresenta em todas os níveis de abstração, desde aquele em que se define a forma mercadoria até aquele da análise dos processos mais concretos de ruptura de um determinado modo de regulação. A explicitação desses momentos de crise foi realizada por Marx ao longo d'O Capital e está corretamente apresentada em Mazzucchelli. MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo: o capitalismo e suas crises**. Brasiliense : São Paulo, 1985. cap. 1. Mas a teoria marxista da crise não se limita a isso. Ela permite também a integração, num mesmo corpo teórico, das diferentes formas da dinâmica. Assim, se é impossível, nos termos propostos por Possas, definir um único mecanismo explicativo das flutuações cíclicas e da tendência, Altvater pode mostrar que os dois movimentos obedecem à mesma lógica: "*Com a crise, não se encerra somente uma fase do desenvolvimento, em virtude do aguçamento das contradições até o ponto de ruptura, mas também se abre ao mesmo tempo uma fase do desenvolvimento por causa da regulação dos elementos de contradição em seu processo. Por este motivo, a crise é um 'ponto nodal do desenvolvimento, a fase decisiva do ciclo. Ela constitui seu fundamento e determina seu caráter'. A crise é, em suma, componente do ciclo industrial. No entanto, em contraste com as teorias conjunturais burguesas, o ciclo industrial não é entendido como uma curva senoidal desligada da história, mas como uma fase de desenvolvimento em que as contradições da sociedade burguesa emergem em conjunto e devem ser reguladas. Por causa deste significado decisivo da crise, a teoria marxista é, em seu núcleo, uma teoria da crise, enquanto as teorias burguesas são em geral teorias conjunturais ou do ciclo*". ALTVATER, E. op. cit. p. 89. Isso se refere tanto às crises pequenas ou crises cíclicas, quanto às grandes crises, ou crises estruturais, para usar os termos da escola da regulação.

⁸² Falando sobre as crises longas do capitalismo, lembra Altvater: "*os longos ciclos de Kondratieff diferenciam-se de 'outros' ciclos não apenas na sua extensão temporal, mas sobretudo segundo a profundidade, a amplitude e a*

Mas se, com o que foi dito, fica claro que a crítica de Possas e Canuto não se aplica à leitura de Boyer da contribuição da escola da regulação, permanece intacta a crítica àquela que é a principal limitação da própria análise empírica dos regulacionistas, sistematicamente apontada pelos seus críticos: a desconsideração da concorrência como elemento central da dinâmica capitalista, deixando esta última determinada diretamente pela relação capital-trabalho extraída das leis gerais mais abstratas. Mas o fato é que, se essas leis se cumprem, elas só o fazem por

extensão da depressão, que segue a fase após a crise. Diferentemente das crises de curto e médio prazo, o fim de uma longa recuperação evidencia que a modelo de acumulação do ciclo de Kondratief anterior chegou a um limite e que uma nova recuperação depende de reestruturações do sistema social". ALTVATER, E. O capitalismo em vias de recuperação? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n° 2, 1983. p. 16. Assim, mesmo concordando com a centralidade do progresso técnico para a recuperação (ou para a constituição de uma tendência de crescimento, como diria POSSAS, M. L. op. cit.), Altvater aponta, com os regulacionistas, a necessidade crucial de mudanças estruturais no ordenamento social para que uma nova onda de inovações possa conquistar efetividade. Assim, toda a última parte desse texto de 1983 é dedicada a apontar as dificuldades para a saída da crise atual, apesar de já serem evidentes as tendências renovadoras do progresso técnico nos países adiantados. Mas, se é verdade que, em função do "predomínio estrutural do processo econômico na sociedade capitalista", que faz com que as crises sejam geradas, antes de tudo, nesse plano, justificando sua análise econômica (cf. ALTVATER, E. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: HOBSBAWN, E. J. op. cit. p. 84), não se pode deixar de reconhecer, por outro lado, que esta última não é capaz de esgotar o problema da crise. O autor retoma, nesses textos mais recentes, a problemática do Estado: "em tal contexto [de crise] o próprio Estado é essencialmente uma autoridade de mediação entre processo de acumulação (econômico) e regulação do consenso (social) ... Este sistema de acumulação, consenso, legitimação, não é, porém, estável... No processo de acumulação, desenvolvem-se elementos de crise que encontra formas próprias de expressão social e político-estatal. No plano social, resulta daí o paradoxo pelo qual, numa situação de crise, o fundamento do consenso entra em colapso juntamente com o sistema de exploração". ALTVATER, E. op. cit. p. 92. E mais: "neste contexto, seria necessário incluir na análise a dimensão da consciência. A consciência, enquanto terreno em que procedem as elaborações da crise, é de per si, em cada caso, o resultado de um processo de acumulação, vale dizer, de acumulação de experiência. As teorias dão uma estrutura às experiências; sem a experiência, as teorias são como cavalos de madeira, que não podem ser cavalgados. As experiências, todavia, também são submetidas a um processo cíclico que não procede de modo independente ao processo de acumulação de capital". Idem. ibidem. p. 93. Assim, a luta de classes volta ao centro da questão: "não há situação absolutamente sem solução para a economia capitalista. Mesmo na teoria marxista da acumulação e da crise, o capitalismo não se desmorona por ele mesmo, mas encontra o seu fim possível nas ações políticas que emergem da crise". Fred Oelssner, citado por ALTVATER, E. Remarques sur quelques problèmes posés par l'intervention étatique. In: VINCENT, J. M. (org). op. cit. O caráter contraditório e crítico do capitalismo leva o autor à reconsideração do conceito de lei em Marx nos seguintes termos: "as leis do modo de produção podem se manifestar através da ação dos homens, unicamente como tendências que, no entanto, por causa da contraditoriedade imanente da relação capitalista, não constituem um trend linear, mas sim implicam um movimento cíclico". ALTVATER, E. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: HOBSBAWN, E. J. op. cit. p. 90. E acrescenta em nota: "este princípio é exemplificado por Marx no Livro III de 'O Capital', na seção sobre a queda tendencial da taxa de lucro. No cap. XIII é apresentada a 'lei enquanto tal', no XIV as 'causas antagônicas' e no XV o 'desenvolvimento das contradições intrínsecas à lei. A lei não se expressa de forma pura devido à presença de causas antagônicas, apresentando-se antes, como uma tendência. Em razão das contradições inscritas nessa tendência, ela não pode manifestar-se como o trend linear, mas só como movimento cíclico. Conseqüentemente não é casual que Marx, justamente no capítulo XV, examine, a partir do 'desenvolvimento das contradições intrínsecas' os elementos que provocam em cada caso a realidade da crise". ALTVATER, E. op. cit. p. 91. Não é por acaso que esta conclusão se aproxima muito mais da posição de Mazzucchelli (MAZZUCCHELLI, F. op. cit. p. 36-46 - vide também, no mesmo sentido, BELLUZZO, L. G. M. op. cit. p. 100-109), que também se dedicou ao estudo da crise, do que da de Possas (POSSAS, M. L. **Dinâmica e ciclo econômico em oligopólio**.

intermédio da concorrência, a sua instância executora. Assim sendo, uma revisão da escola da regulação deve necessariamente procurar incorporar de alguma forma outras contribuições que permitam corrigir essa deficiência.⁸³

Canuto afirma ainda que as análises da escola estariam deformadas por uma visão equilibrista, ligada em última instância à adoção do primeiro lado de nossa famosa disjuntiva. Essa interpretação é de fato possível e o próprio Boyer, no texto que venho examinando, dá margem para tanto. Mas não me parece que seja essa a característica da escola. De fato, não é a separação equilíbrio-desequilíbrio que está posta pelos regulacionistas, mas antes a separação estabilidade dinâmica- crise. Se me for permitido extrapolar a questão, diria mesmo que, da forma como é colocada, essa posição poderia encontrar respaldo no próprio Keynes, na sua visão

Campinas. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Unicamp, 1983. p. 56-86).

⁸³ A solução mais evidente, em função da aproximação entre regulacionistas e neo-schumpeterianos, poderia passar, por exemplo, por uma ampliação do conceito de regime tecnológico (NELSON, R.; WINTER, S. An evolutionary theory of economic change. Harvard U. P. : Cambridge, Mass, 1982), no sentido de incorporar de forma sistemática a problemática da organização social, de modo a incluir a relação salarial e o padrão de consumo como variáveis determinantes. Por outro lado, Boyer deixa explícita a possibilidade de uma articulação desse tipo quando aponta uma aproximação entre a problemática da escola da regulação com a análise neo-schumpeteriana de Carlota Perez (BOYER, R. La théorie de la régulation: une analyse critique. La Découverte : Paris, 1986. p. 69) e quando, em outra passagem (BOYER, R. op. cit. p. 115), cita os trabalhos de Nelson, Winter, Dosi, Orsenigo e Silverberg (estes três últimos mais compatíveis com a visão neo-schumpeteriana de Possas - vide, por exemplo, DOSI, G. Technical change and industrial transformation. London : Mc Millan, 1984; e DOSI, G.; ORSENIGO, L.; SILVEBERG, G. Innovation, diversity and diffusion: a self organization model. Conferência sobre difusão de inovações : Veneza, 1986; e confira com POSSAS, M. L. Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana da concorrência. Unicamp : Campinas, 1988. (mimeo)), como próximos de sua proposta de construção de "*um modelo tipo da regulação das economias dominantes*". Assim sendo, não é de se estranhar a incorporação de contribuições regulacionistas à coletânea de 1988 de Dosi, Freeman, Nelson, Silverberg e Soete (na esteira, diga-se de passagem, da divulgação das obras da escola francesa em língua inglesa desde, no mínimo, 1984, quando foram publicadas tanto a coletânea organizada por Armstrong, Glyn e Harrison, quanto o citadíssimo artigo de De Vroey, às quais se seguiram as coletâneas de Bowles, Gordon e Weisskopf - BOWLES, S.; GORDON, D.; WEISSKOPÍ, T. L'économie du gaspillage. La Découverte : Paris, 1986; BOWLES, S.; GORDON, D.; WEISSKOPÍ, T. After the Waste Land. Armonk: N.York, 1991 - e de Marglin (1989)). Na verdade, os melhores trabalhos da escola da regulação sobre o fordismo e sua crise (citados em nota anterior) nunca deixaram de considerar a problemática do progresso técnico. O problema é que sua incapacidade de tratar a concorrência impede uma visão mais adequada da dinâmica estrutural. Certos radicais americanos, por outro lado, fortemente influenciados pela escola da regulação, como Piore e Sabel (PIORE, M. J.; SABEL, C. F. The second Industrial devide. Basil Books : N.York, 1984) chegam a uma análise bastante rica da crise atual (mesmo que sujeita a outras críticas), centrada justamente na problemática da constituição de um novo regime tecnológico (no caso, via sistemas de produção flexíveis). Este é apenas um exemplo para mostrar que as melhores análises apoiadas na problemática da regulação colocam necessariamente em primeiro plano a questão da mudança estrutural, unindo o estudo das mudanças na organização dos processos de trabalho àquele do progresso técnico. Na verdade, uma aproximação desse tipo contribui para o enriquecimento não apenas do referencial regulacionista, mas também e acima de tudo para o da teoria macro-econômica neo-schumpeteriana, cuja principal contribuição se localiza, a meu ver, num nível ainda fundamentalmente descritivo. Vide, por exemplo, FREEMAN, C.; CLARK, J.; SOETE, L.. Unemployment and technical innovation. Francis Pintes : London, 1982; FREEMAN, C.; PEREZ, C. The diffusion of technical innovations and changes of techno-economic paradigm. Conferência sobre difusão de inovações : Veneza, 1986.

institucional da instabilidade, de acordo com a interpretação, correta, de Mario Possas,⁸⁴ que enfatiza o caráter a um tempo instabilizador e estabilizador do estado de confiança.

Mas o fundamento da crítica de Canuto permanece, em outro sentido, válido. De fato, a análise institucionalista da escola da regulação da relação estabilidade-instabilidade, pode levar a uma percepção do processo histórico em termos de uma dicotomia função-disfunção. Boyer responde à crítica segundo a qual a escola da regulação adotaria uma visão funcionalista, afirmando que não se trata de um funcionalismo *ex-ante*, mas simplesmente da análise de uma funcionalidade de fato, verificada no processo histórico, um "*semi-funcionalismo*" *ex-post*. A posição em princípio parece aceitável, se pensarmos que o objetivo da análise regulacionista, segundo Boyer, é o de buscar as regularidades que explicam a continuidade sem rupturas fundamentais do processo de acumulação num determinado período, sua evolução e como as formas institucionais se tornam, a partir de um dado momento, disfuncionais, provocando a crise do modo de regulação ou mesmo do regime de acumulação. Trata-se, portanto, de uma *lógica de processo*, para citar a expressão de E. P. Thompson,⁸⁵ calcada nas necessidades da acumulação do capital. Mas, assim, corre-se claramente o risco do economicismo.

Isto porque todos os elementos políticos e sociais tidos como fundamentais para se entender a regulação, só podem ser tomados na sua relação de funcionalidade ou não-funcionalidade com o processo de acumulação, o que levaria certamente à incapacidade de entender o processo histórico como dotado de graus de liberdade irreduzíveis a uma lógica de processo limitativa como essa, e as formas de resistência à imposição da lógica da mercadoria ao conjunto das relações sociais como relacionadas a um processo social e cultural muito mais amplo.

III

Assim, a ampliação do referencial regulacionista para além da análise da relação material exige, se quisermos manter-nos distantes das soluções fáceis que a megalomania do projeto regulacionista original (ao contrário da posição bastante sóbria de Boyer no texto citado) poderia sugerir, que se reponha a questão da dinâmica função-regulação em termos mais genéricos, como faz, por exemplo, Bruno Theret, num contexto bastante distinto, em seu estudo histórico das

⁸⁴ POSSAS, M. L. Para uma releitura teórica da teoria geral. PPE, 16(2), Rio de Janeiro, 1986.

⁸⁵ THOMPSON, E. P. A miséria da teoria. Zahar : Rio de Janeiro, 1981. p. 97 e seg.

formas de regulação fisco-financeira.

O autor generaliza o conceito de modo de regulação, definindo-o como *"um complexo estável de formas institucionais que asseguram a reprodução simultânea de ordens sociais regidas por lógicas heterogêneas ... A regulação é então aquilo que mantém unidas práticas relacionadas heterônomas porque regidas por lógicas próprias que as constituem em invariantes estruturais"*.⁸⁶ Essas invariantes estruturais se constituem historicamente em formas funcionais que definem regimes próprios a formações particulares. O estudo de suas regras, procedimentos e formas institucionais permite *"aprender os limites internos a cada uma de suas formas funcionais de reprodução. Nesse nível, a regulação aparece sob a forma de 'regimes' de reprodução das formas funcionais das invariantes estruturais"*.⁸⁷

Mas a regulação não se limita a definir essas condições de reprodução e os limites internos postos pela interdependência entre suas formas. *"Esses limites internos devem em seguida ser articulados aos limites externos, teorizáveis estes no nível do modo de regulação"*.⁸⁸ A diferença entre forma funcional e forma regulativa pode ser exemplificada através da análise que o autor faz dos sistemas monetário e jurídico como elementos de articulação entre a ordem econômica e a ordem política. Assim, se cada um desses sistemas pode ser visto como *forma funcional* (que garante a reprodução de cada uma das ordens, ao permitir a articulação entre *economia produtiva* e *economia administrativa* - no caso da moeda - e *sociedade civil* e *sociedade política* - no caso do direito), eles devem ser entendidos também como *subsistemas mistos* onde (em cada um deles) as lógicas opostas da ordem econômica e da ordem política se confrontam permanentemente, tornando-se, portanto, *lugares onde se fixam os compromissos de base entre o Estado e o capitalismo*. Neste sentido, moeda e direito devem ser vistas, não mais como formas funcionais, mas como *formas regulativas* que articulam diferentes tipos de *emissão* (de moeda e de direito, mercantil ou estatal, privada ou pública, contratual ou impositiva).

Generalizando, podemos afirmar que, enquanto a forma funcional atua no interior de uma formação, a forma regulativa se refere à articulação entre as diferentes formações que constituem um sistema. Na perspectiva do autor, essas formações são interdependentes, no sentido em que cada uma delas não tem existência própria fora do conjunto do sistema, estando portanto sujeitas

⁸⁶ THERET, B. op. cit. p. 58.

⁸⁷ Idem. ibidem. p. 59.

⁸⁸ Idem. ibidem. p. 60.

a um modo de regulação que garanta durante um determinado período a estabilidade de uma determinada configuração daquele. No momento em que os conflitos entre os representantes das diversas formações não puderem ser compatibilizados de forma a garantir esse *equilíbrio de tensões*, haverá uma *desarticulação funcional*, uma crise que perdurará até que um novo modo de regulação seja gestado.

Essa dinâmica função-regulação assim descrita pode servir-nos num propósito bastante distinto daquele de Theret, qual seja, no de realizar uma passagem de uma estratégia teórica derivacionista a outra regulacionista. O primeiro passo do desenvolvimento teórico que realizei em *Capital, Estado, Indústria Cultural* foi a aplicação do referencial derivacionista para a caracterização daquilo que poderíamos denominar "*forma cultura da relação social capitalista*". A idéia de partida é a de que, se as diferentes formas da relação social capitalista aparecem desarticuladas, cabe demonstrar que elas formam uma unidade íntima e que a aparente desagregação não é senão uma forma de mascaramento dessa unidade. Para isso é preciso realizar o movimento que vai do abstrato ao concreto, não uma, mas inúmeras vezes, avançando assim na construção do materialismo histórico para além dos limites da análise do capital e do Estado. A necessidade de uma consideração da questão cultural nesses termos é mais do que evidente. Afinal, o sucesso do capitalismo não poderia ser explicado se ele não tivesse demonstrado a capacidade de constituir uma cultura própria de caráter universal que se traduz em diferentes graus de consenso em relação a um modo de vida e a valores que se adequam a cada momento a sua lógica de expansão, contra outros modos de vida e outros valores, não apenas pretéritos mas novos também, que não tiveram a mesma felicidade em se tornar universais, ou que foram esmagados pelo brilho da cultura capitalista.

O capitalismo é uma sociedade em que o poder aparece esfacelado, dividido em múltiplos poderes, o econômico, o político, o ideológico. O sentido da derivação é mostrar que existe uma coerência intrínseca nesse esfacelamento aparente e que as diferentes instâncias do poder estão atreladas a uma lógica comum que as articula de acordo com uma hierarquia dada pelas necessidades da reprodução social. A grande contribuição do debate sobre a derivação do Estado é a de mostrar o sentido da separação, própria do capitalismo, entre poder econômico e poder político, seguindo os mesmos passos de Marx no esclarecimento das relações internas fundamentais do sistema. Mas a derivação feita por Marx precede não apenas histórica, mas

logicamente a derivação do Estado, posto que o econômico é o elemento central para a explicação da lógica de funcionamento do capitalismo. Discutir o Estado, assim, não é procurar possíveis mecanismos através dos quais o econômico determina o político, nem partir da separação dessas duas esferas como um princípio, mas ampliar o quadro categorial de Marx, explicitando o que neste estava pressuposto, com o objetivo de mostrar a necessidade dessa separação para o processo de acumulação do capital. Este último é o elemento unificador que atrela as duas esferas à lógica de funcionamento do sistema.

A idéia subjacente ao desenvolvimento teórico que realizei naquela ocasião é a de que é possível utilizar, num primeiro momento, o método da derivação para a análise de uma segunda separação, crucial sobretudo para o processo de reprodução ideológica do sistema: a separação da esfera cultural em relação à esfera econômica e ao Estado. Quando adoto como mais adequada, ao menos de início, uma estratégia teórica de tipo derivacionista, estou me referindo a um método de exposição que pressupõe um movimento anterior de observação de uma realidade complexa, objeto de análise. Mas, como a construção do método se dá dentro de um processo em que se constrói paralela ou conjuntamente o objeto, é evidente que a realidade exposta é necessariamente diferente da realidade observada. O objetivo da derivação é apreender traços essenciais do concreto empírico, de modo a apresentar a lógica imanente de articulação de elementos aparentemente desconexos. Nesse processo é possível realizar a crítica daquelas teorias que, presas às categorias da aparência, servem não ao esclarecimento, mas ao mascaramento das relações internas entre os diferentes elementos que compõem a realidade em questão.

Da mesma forma que na derivação do Estado, a particularização da questão cultural nesses termos deve demonstrar o sentido da existência dessa esfera e sua funcionalidade para o processo de acumulação de capital e para a reprodução do sistema. Aqui há um complicador adicional em função das especificidades da cultura como, por exemplo, o fato de que tanto o capital como o Estado podem ter interesses específicos, e por vezes divergentes, em relação a essa esfera, limitando ainda mais a sua autonomia relativa e evidenciando a precedência lógica da derivação do Estado em relação à particularização da Indústria Cultural.

Com base nessa possível contradição de interesses, foi-me possível, partindo da *análise da forma*, definir, num nível mais baixo de abstração, duas funções gerais (publicidade e

propaganda), ou dois conjuntos de funções, compatíveis cada uma delas com os passos anteriores do processo de derivação, mas não necessariamente compatíveis entre elas no nível da análise das funções. Essa incompatibilidade latente tem suas raízes, ela também, nas próprias contradições que puderam ser explicitadas no nível da análise da forma. Assim sendo, podemos dizer que o que a derivação nos fornece, no nível da análise das funções, são condições de funcionalidade que podem ou não efetivar-se no nível do processo histórico, dependendo de determinações que são impostas nesse nível mais concreto de análise.

Em outros termos, o nosso objeto de estudo, a Indústria Cultural, é uma formação particular sujeita a duas condições de funcionalidade em relação ao conjunto do sistema, definidas ambas ao longo da trajetória teórica que nos leva da análise da forma à das funções. Enquanto formação particular, a Indústria Cultural só existe no interior de um sistema e frente a outras formações que a precedem logicamente, determinando as duas funções que ela deve cumprir num determinado período histórico (Capitalismo Monopolista). Mas em cada caso específico de estruturação de uma Indústria Cultural nacional, ou na articulação entre as diferentes indústrias culturais em diferentes espaços geográficos, cada uma dessas funções poderá ou não estar sendo cumprida e, em caso positivo, as formas em que isso se dá são bastante variadas. Interessa em cada caso definir as características do "*modo de regulação*" setorial, esclarecendo a dinâmica das diferentes indústrias culturais e as relações que se estabelecem entre os diferentes agentes envolvidos. Uma vez esclarecido o seu estatuto teórico, as noções desenvolvidas pelos regulacionistas, e especialmente a idéia de uma dinâmica função-regulação, podem servir a esse propósito.

Do ponto de vista de uma análise histórica, interessa estudar a regulação do conjunto e as interdependências⁸⁹ que se estabelecem entre regras, procedimentos e formas institucionais específicas da referida formação, cuja articulação garante o preenchimento da dupla condição de funcionalidade e cujo colapso mostra o esgotamento do modo de regulação que se precipita então numa crise cujas reais proporções só podem ser analisadas em cada caso.

Mas voltemos à derivação do Estado. Vimos que o seu resultado não é propriamente o

⁸⁹ Theret fala em dois tipos de interdependências: as funcionais (relacionadas a uma mesma lógica social) e as não funcionais (referidas a lógicas sociais contraditórias). Estas últimas "*constituem a matéria prima do modo de regulação social das invariantes, porque são elas que asseguram a articulação entre lógicas sociais heterogêneas*". THERET, B. **Régimes économiques de l'ordre politique**. PUF : Paris, 1992.

Estado capitalista, mas apenas aquele Estado capitalista ideal que pode ser derivado a partir do capital de acordo com um procedimento puramente lógico. Isto é, o resultado da derivação é diferente (mais simples) da realidade observável empiricamente. No que se refere à questão cultural, o problema é ainda mais complexo. A grande dificuldade reside em que definir a forma mais avançada da cultura capitalista, plenamente constituída na situação histórica do capitalismo monopolista, particularmente em sua atual etapa, é um passo muito inicial na caracterização da questão cultural sob o capitalismo. Em primeiro lugar porque, pelo que nos é dado a conhecer, permanecem (e freqüentemente prevalecem) no capitalismo instituições e formas culturais não propriamente capitalistas. A Indústria Cultural desenvolvida, como a conhecemos hoje, por exemplo, é algo tão recente que é possível perguntar se ela de fato prevalecerá no futuro, ao lado de instituições seculares como a Igreja ou as religiões que tanto têm afetado a geopolítica internacional, ou das tão sólidas instituições do Estado capitalista. Além disso, o sistema não apenas convive com formas e instituições pré-capitalistas, num processo de dupla adaptação, como também provoca, no seu processo histórico, o surgimento de culturas de resistência das quais se vale a própria Indústria Cultural.

Na verdade, todo determinismo deve ser descartado de inicio, se pensarmos que o processo histórico está sujeito a uma lógica própria que não se confunde com a lógica imanente que se possa dele abstrair e que define basicamente as pressões e os limites estruturais que o delimitam. Contra o determinismo, a perspectiva teórica que permeia meu trabalho procura definir justamente o sentido lógico da articulação entre as diferentes esferas da sociabilidade humana sob o capitalismo e o sentido ideológico de sua aparente desarticulação no nível do concreto empírico. Como no caso da derivação do Estado, trata-se de demonstrar a coerência, a unidade, de elementos aparentemente desconexos, mas que são articulados em essência, de acordo com a lógica dominante da expansão capitalista e das leis imanentes do capital. Há aí, portanto, um predomínio do princípio constitutivo das relações materiais sob o capitalismo, na medida em que o sentido da articulação que se procura vem dado pelas necessidades da acumulação do capital.

Explicita-se assim o fato de que o processo histórico de expansão do capitalismo é um processo onde a esfera econômica mantém uma posição predominante, subsumindo no seu movimento todas as outras, ao mesmo tempo em que fica claro que essa *determinação* pelo

econômico só se verifica na medida em que o capital consegue impor sua lógica de expansão ao conjunto de uma sociedade, o que não se dá sem lutas e resistências, que podem advir tanto da própria lógica contraditória do capital que, enquanto relação social que é, engloba um polo dominado, quanto de fatores de ordem cultural alheios a essa lógica. O caso, para citar um, da revolução islâmica no Irã talvez seja um exemplo radical deste segundo tipo, mas outros exemplos menos evidentes, ou menos efetivos, poderiam ser fornecidos. Se o capitalismo e a lógica da mercantilização de todas as relações sociais avançaram ao ponto de transformar completamente a face da Terra, isso não se deu senão através de um processo de lutas, de guerras, de extermínio por vezes de populações inteiras e, mesmo assim, o sistema é periodicamente questionado por movimentos não apenas políticos, mas culturais de toda ordem.

Nada mais esclarecedor do verdadeiro impulso *civilizatório* do capital que a observação de que a tendência irrefreável da concorrência ao monopólio pode ser extrapolada do âmbito econômico em que foi precisamente formulada por Marx, para o campo mais amplo da cultura. A evidência mais clara desse fenômeno talvez seja o próprio pressuposto da homogeneidade sobre o qual a Indústria Cultural assenta um de seus pilares. Mas é possível observar exemplos mais clássicos. Tomemos o conceito mais geral de cultura e um seu traço definidor básico: a língua. Desde a formação do mercado mundial no período do absolutismo a cultura européia se expandiu, globalizou-se, transformando profundamente a geografia lingüística internacional. Durante esse longo período, a economia capitalista também se expande a partir da Europa e recria o globo. Há evidentemente uma relação entre os dois movimentos. Não é preciso pressupor qualquer tipo de determinação entre infra e superestrutura para notar que há coincidências históricas interessantes entre ambos.

De fato, o movimento lingüístico é infundável e faz parte da dinâmica cultural desde os tempos mais remotos. No capitalismo, entretanto, desde sua formação, esse movimento se dá em escala planetária. Assim, acabaram-se por formar grandes áreas geo-lingüísticas distribuídas pelos cinco continentes. A maior extensão da área do inglês deve-se por certo ao fato de a Inglaterra ter finalmente vencido a disputa entre as grandes potências colonialistas no período da formação do mercado mundial. Mas essa extensão do predomínio do inglês desde o século XVI mostra uma interessante, contraditória, tendência ao monopólio.

Assim, se a mudança das Filipinas da área do espanhol para a área do inglês por obra da

expansão imperialista dos EUA é uma evidência eloqüente dessa tendência, um caso oposto, mais recente, pode ser citado: o da expansão do espanhol no interior dos próprios EUA. Neste caso, o movimento determinante é o do deslocamento da força de trabalho e não do capital. Não se trata de fato inédito. Ocorreu no passado com muitas colônias (de alemães e italianos no sul do Brasil, por exemplo) e chegou a provocar a constituição de uma importante penetração francesa na área do inglês, no Quebec. Mas o volume em que o movimento vem se dando hoje nos EUA e suas características distintivas tornam-no de profundidade e conseqüências inusitadas. Trata-se de uma subversão lingüística a partir da expansão de uma cultura dominada em função do deslocamento da força de trabalho em direção ao centro do sistema. Mostra, por outro lado, como o caso das Filipinas ou do Quebec, que o processo de recriação lingüística do espaço terrestre pelo capitalismo é dinâmico e que a tendência ao monopólio vem sempre acompanhada de importantes contratendências.

Talvez seja possível falar aqui em *antropofagismo cultural*. Se não nos casos citados, ao menos no caso da cultura africana que, trazida para a América pelas mãos do capital comercial, constituiu-se no caso mais evidente de criação de uma cultura mestiça de resistência, também no que se refere à questão lingüística, com o *créole*, mas sobretudo em relação à dinâmica cultural mais geral, desde a religiosidade afro-americana até as sucessivas revoluções musicais provocadas pelo negro no mundo, inclusive na velha Europa. Evidencia-se assim que a expansão mundial do modo de produção capitalista traz no seu bojo a expansão não apenas de uma cultura da dominação, cujo exemplo mais acabado talvez seja a própria Indústria Cultural mas também de culturas de resistência, das quais, diga-se de passagem, essa mesma Indústria Cultural se vale. Assim como citei a cultura negra, poderia citar a cultura operária européia que veio para a América no momento da superação do trabalho compulsório e que aqui implantou as idéias socialistas e libertárias. A constituição da classe operária na América é a constituição de uma cultura operária americana a partir de sua matriz européia. Ela mostra também que há limites de ordem interna à ação extensionista do capital, mesmo quando este se tem valido, na sua ânsia civilizadora, de todos os métodos, desde a religião até a imposição militar e o genocídio.

Historicamente, a expansão da forma capitalista das relações sociais, seja através da apropriação e transformação de formas e instituições pretéritas, seja através da constituição de

outras,⁹⁰ só se dá no bojo de um complexo processo de *destruição criadora* em que os fatores conjunturais determinam a cada momento, dependendo das condições estruturais dadas, a forma específica a ser temporariamente adotada, em função do poder de fogo e dos interesses de cada uma das forças em luta. A constituição do Estado absolutista sob a hegemonia do capital mercantil é um exemplo clássico da capacidade que tem o capital (como a Igreja nesse particular) de se adaptar a (e de tirar proveito de) formas de organização social e instituições que não lhe são próprias. Mas se o absolutismo pode conviver tão harmonicamente com o capital, é forçoso reconhecer que não se tratava da forma especificamente capitalista de Estado, aquela que se pode derivar logicamente do capital, da mesma forma que o capital mercantil não representa a forma especificamente capitalista das relações materiais.

A questão é bastante complexa e uma análise de tipo derivacionista não pode fornecer mais do que aquela forma especificamente capitalista da cultura, que só se constitui plenamente sob as condições históricas prevaescentes a partir da constituição do capitalismo monopolista, quando o capital e a lógica da mercadoria passam a dominar a própria produção de bens simbólicos. E mesmo assim essa análise não é capaz de esgotar todos os lados da problemática da Indústria Cultural que, como apontei há pouco, vive em interação com as culturas populares e de resistência.

Assim, a derivação que realizei em *Capital, Estado, Indústria Cultural* tenta mostrar que as contradições imanentes a essa forma cultural das relações sociais capitalistas já podem ser logicamente explicitadas por uma análise formal através da qual poderemos definir a categoria informação como aquele elemento mais simples e mais geral, que carrega em si a contradição geral da Indústria Cultural, entre a sua forma publicidade e a sua forma propaganda.

Ocorre, entretanto, para usarmos os termos de Habermas, que essa contradição geral se coloca essencialmente no nível das determinações sistêmicas, deixando de lado o problema da articulação entre essas determinações e aquelas impostas pela necessidade de reprodução simbólica do mundo da vida (*Lebenswelt*). Ora, a constituição da Indústria Cultural não pode ser entendida como mera imposição das instâncias sistêmicas sobre o conjunto da sociedade, mas deve responder também de alguma forma a necessidades impostas pelo próprio mundo da vida,

⁹⁰ Estas outras podem ser especificamente capitalistas ou não, como no caso da constituição do sistema colonial escravagista sob o comando do capital comercial, que foi uma das molas da acumulação primitiva (cf. Novais, 1979).

caso contrário a mediação e, portanto, a colonização deste não será possível.

Assim, a dupla condição de funcionalidade a que cheguei em meu trabalho, via derivação, é insuficiente para a completa caracterização da Indústria Cultural, sendo necessário acrescentar ao quadro analítico uma terceira forma funcional que incorpore aqueles elementos simbólicos que não podem ser classificados como pertencentes à forma especificamente capitalista da informação. Seja como for, aí reside a segunda limitação da estratégia derivacionista aplicada ao estudo da forma cultura: ao manter-se presa à análise da lógica do capital (no caso, da sua lógica de articulação com a esfera da cultura), não nos permite chegar a um completo esclarecimento do problema que nos interessa.⁹¹

Ademais, a derivação lógica da informação nos deixa ainda aquém da particularização da Indústria Cultural, que exige duas aproximações em paralelo: a derivação da informação, capaz de definir as suas contradições imanentes, e a caracterização das formas históricas em que essas contradições se materializam: a esfera pública burguesa, forma de manifestação das contradições da informação no capitalismo clássico, e a Indústria Cultural, característica do capitalismo monopolista.

Mas não é possível avançar mais no tratamento destas questões sem entrar no cerne do desenvolvimento teórico realizado de forma extensa em *Capital, Estado, Indústria Cultural*, o que, evidentemente não é possível nos limites deste artigo.

⁹¹ Além de BOLAÑO, C. R. S. **Capital, Estado, Indústria Cultural**. Unicamp : Campinas, 1993. (mimeo), julgo de interesse, para a discussão da terceira condição de funcionalidade, meu artigo BOLAÑO, C. R. S. From production to competition: a contribution to the economics of communication and culture. In: MELO, J. M. (ed.). **Communication for a New World. Brazilian Perspectives**, ECA/USP : São Paulo, 1993 - e, para uma discussão sobre Habermas na perspectiva aqui adotada, ver BOLAÑO, C. R. S. “*Sociedade da Informação: reestruturação capitalista e esfera pública global*”. Resumos do V Encontro Iberoamericano de Ciências da Comunicação. Porto, 19 a 21/11/98.

Bibliografia citada

- AGLIETTA, M. **Regulación y crisis del capitalismo**. Siglo XXI : Madrid, 1979.
- ALTVATER, E. **Remarques sur quelques problèmes posés par l'intervention étatique**. In: VINCENT, J. M. (org). **L'Etat contemporain et le marxisme**. Maspero : Paris, 1975.
- _____. **O capitalismo em vias de recuperação?** Ensaio FEE, Porto Alegre, n° 2, 1983.
- _____. **A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise**. In: HOBBSBAWN, E. J. **História do marxismo**. vol. 8. Paz e Terra : Rio de Janeiro, 1987.
- ARMSTRONG, P.; GLYN, A.; HARRISON, J. **Capitalism since World War II**. Fontana : London, 1984.
- ARRUDA, M. A. N. **A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro**. Duas Cidades : São Paulo, 1978.
- AURELIANO DA SILVA, L. M. L. **No limiar da industrialização**. Brasiliense : São Paulo, 1981.
- BELLUZZO, L. G. M. **Valor e capitalismo**. Brasiliense : São Paulo, 1980.
- BLANKE, B.; JÜRGENS, U.; KASTENDIEK, H. **On the current discussion on the analysis form and function of the bourgeois State**. In: HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. **State and Capital: a marxist debate**. Edward Arnold : London, 1977.
- BOLAÑO, C. R. S. **Mercado Brasileiro de Televisão**. PEUFS : Aracaju, 1988.
- _____. **From production to competition: a contribution to the economics of communication and culture**. In: MELO, J. M. (ed.). **Communication for a New World. Brazilian Perspectives**, ECA/USP : São Paulo, 1993.
- _____. **Capital, Estado, Indústria Cultural**. Unicamp : Campinas, 1993. (mimeo).
- _____. **Sobre a teoria marxista do estado**: algumas notas de leitura e hipóteses de trabalho. UFS : Aracaju, 1994. (mimeo).
- _____. **Considerações sobre a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas**.

UFS : Aracaju, 1994. (mimeo).

BONEFIELD, W. **Reformulation of State theory. Capital and Class**, London, 33, 1987.

BOWLES, S.; GORDON, D.; WEISSKOPÍ, T. **L'économie du gaspillage**. La Découverte : Paris, 1986.

_____. **After the Waste Land**. Armonk : N.York, 1991.

BOYER, R. **La théorie de la régulation: une analyse critique**. La Découverte : Paris, 1986.

_____. (org.). **Capitalisme fin de siècle**. PUF : Paris, 1986.

_____; MISTRAL, J. **Accumulation, inflation, crises**. 2. ed. PUF : Paris, 1983.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Difel : São Paulo, 1977.

CANUTO S. F., O. **O aporte regulacionista à crise capitalista**. Anais ANPEC : Belo Horizonte, 1988.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Estado brasileiro e os limites da estatização**. Ensaio de Opinião : Rio de Janeiro, 1977.

_____. **O capitalismo tardio**. Brasiliense : São Paulo, 1982.

CARDOSO DE MELO, J.M. e BELLUZZO, L. G. M. **Reflexões sobre a crise atual**, in BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

CONCEIÇÃO TAVARES, M. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Ed. Unicamp : Campinas, 1985.

_____. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. UFRJ : Rio de Janeiro, 1978. (mimeo).

DAVIDSON, P. **Money and the real world**. Mc Millan : London, 1972.

DE VROEY, M. **A regulation approach interpretation of contemporary crisis. Capital and Class**, London, 23, 1984.

DOSI, G. **Technical change and industrial transformation**. London : Mc Millan, 1984.

- _____; ORSENIGO, L.; SILVEBERG, G. **Innovation, diversity and diffusion: a self organization model. Conferência sobre difusão de inovações** : Veneza, 1986.
- _____; FREEMAN; NELSON; SILVERBERG (org.). **Technical change and economic theory**. vol. 2. Francis Pinter : London, 1988.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses**. Paz e Terra : São Paulo, 1985.
- FAUSTO, R. **Marx: lógica e política. Brasiliense** : São Paulo, 1988.
- FLATOW, S.; HUISKEIN, F. **Zum Problem der Ableitung des bürgerlichen Staates. Prokla**, Berlim, 7, 83, 1973.
- FREEMAN, C.; PEREZ, C. The difusion of technical innovations and changes of techno-economic paradigm. **Conferência sobre difusão de inovações** : Veneza, 1986.
- _____; CLARK, J.; SOETE, L. **Unemployment and technical innovation**. Francis Pintes : London, 1982.
- HIRSCH, J. **The State apparatus and social reproduction**. In: HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. **State and Capital: a marxist debate**. Edward Arnold : London, 1977.
- _____. **The fordist security State and new social movements**. Kapitalstate, 10/11, 1983.
- HOBBSAWN, E. J. **História do marxismo**. vol. 8. Paz e Terra : Rio de Janeiro, 1987.
- HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. **State and Capital: a marxist debate**. Edward Arnold : London, 1977.
- JESSOP, B. **Recent theorsy of the capitalist State**. Cambridge Journal of Economics, 1, 1977.
- _____. **Regulation theory, post Fordism and the State**. Capital and Class, London, 1988.
- LIPIETZ, A. **Accumulation, crises et sorties de crise**. Nordic Summer University : Helsingor, 1984. (mimeo).
- MARGLIN, org. (1989), **The golden age of capitalism**, Oxford U. P.
- MARX, K **O Capital: crítica da economia política**. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro, 1980.
- MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo: o capitalismo e suas crises**. Brasiliense : São Paulo, 1985.

MINSKY, H. **Las razones de Keynes**. FCE : Mexico, 1987.

_____. **Stabilizing an unstable economy**. Yale U. P. : London, 1985.

MÜLLER, W.; NEUSSÜS. The “**welfare state illusion**” and the contradiction between wage labour and capital. In: HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. **State and Capital: a marxist debate**. Edward Arnold : London, 1977.

NOVAIS, F. A. “**Brasil e Portugal na crise do antigo sistema colonial**”, Hucitec, São Paulo. 1979.

NELSON, R.; WINTER, S. **An evolutionary theorie of economic change**. Harvard U. P. : Cambridge, Mass, 1982.

PASCHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Acadêmica : São Paulo, 1940.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second Industrial devide**. Basil Books : N.York, 1984.

POSSAS, M. L. **Dinâmica e ciclo econômico em oligopólio**. Campinas. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Unicamp, 1983.

_____. **Estruturas de mercado em oligopólio**. Hucitec : São Paulo, 1985.

_____. **Marx e os fundamentos da dinâmica capitalista**. Revista de Economia Política, vol. 4, n° 3, 1984.

_____. **Para uma releitura teórica da teoria geral**. PPE, 16(2), Rio de Janeiro, 1986.

_____. **A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica**. Brasiliense : São Paulo, 1987.

_____. **O projeto teórico da escola da regulação**. Unicamp, Campinas, 1988. (mimeo).

_____. **Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana da concorrência**. Unicamp : Campinas, 1988. (mimeo).

POSSAS, M. J e BALTAR, P. “**Demanda efetiva e dinâmica em Kaleckĩ**”, pesquisa e planejamento econômico, vol. 11 n. 1, abril, IPEA, RJ, 1981.

PRADO, S. R. R. **Teoria do Estado e formas de atividade estatal**. In: **Descentralização do aparelho de Estado e empresas estatais**. Campinas. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, 1985.

- SALM, C. L. **Escola e trabalho**. Brasiliense : São Paulo, 1980.
- SAMUELSON, P. A. **Public goods and subscription TV: a correction of the record**. Journal of Law and Economic, vol. 7, octubre 1964.
- SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. Alfa-Omega : São Paulo, 1976.
- THERET, B. **Régimes économiques de l'ordre politique**. Paris. Tese (Doutorado) - Universidade de Paris 1, 1989.
- _____. **Régulation et topologie du social**. IRIS-TS, Un. Paris : Dauphine, jul. 1991. (mimeo).
- _____. **Régimes économiques de l'ordre politique**. PUF : Paris, 1992.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Zahar : Rio de Janeiro, 1981.
- VINCENT, J. M. (org.). **L'Etat contemporain et le marxisme**. Maspero : Paris, 1975.

Uma antiga tecnologia de informação e comunicação: algumas implicações

Cesare Giuseppe Galvan

Resumo. Para Sohn-Rethel a moeda constituiu na sociedade grega a raiz do processo social de conhecimento, que gerou e desenvolveu a ciência típica de nossa civilização. Ao “paralelismo” entre história da moeda e da ciência e tecnologia acrescenta-se que em ambos os casos o instrumento tornou-se fim em si mesmo. O retorno ao uso do instrumento como instrumento ainda não ocorreu: a ciência é sempre mais critério decisivo. Mais ainda a moeda.

PALAVRAS CHAVE: moeda; ciência e tecnologia; história; tecnologia da comunicação.

1 – Recomeçando a contar a história

Quando se quer lembrar o desenvolvimento inicial dos meios de comunicação, é costume mencionar em primeiro lugar o tam tam da África ou os “nuraghes” da Sardenha. Quanto aos meios de transporte, naturalmente a primeira invenção mencionada é a roda. No entanto, continuando a contar a história costumamos enveredar diretamente para as invenções que significaram grandes avanços em ciência e tecnologia: no caso do transporte passamos das triremes romanas às caravelas, quase a introduzir os modernos navios, carros e aviões num pulo histórico que sobrevoa milênios. O mesmo vale para a comunicação: do tam tam ao telégrafo.

Essa corrida na história deixa no escuro a própria essência da comunicação que consiste num elo entre o pensamento de uns e aquele de outros, um dos fenômenos mais radicais na formação de qualquer sociedade. Ora, essas sociedades, que passaram de instrumentos “primitivos” (talvez nem tanto...) para outros mais sofisticados, elaboraram também outros meios de comunicação que muitas vezes não consideramos como tais, mas que são responsáveis pelo avanço da técnica de comunicação tanto quanto (ou até mais) que aqueles instrumentos, primitivos ou sofisticados, acima mencionados. Um desses exemplos esquecidos é a escrita, quer seja ela ideográfica como os hieróglifos egípcios ou os símbolos chineses, quer seja fonética, como ocorreu com a invenção das letras dos muitos alfabetos conhecidos.

Outra dessas invenções são os números: esses também podem apresentar um grau maior

ou menor de abstração. Das contas dos botucudos, ao uso de letras como símbolo (os números romanos, por exemplo), à total soltura entre símbolos de números e seu valor matemático, uma descoberta que abriu o caminho à maior invenção numérica conhecida: o número zero, com suas propriedades milagrosas ... inclusive em termos de comunicação.

A invenção que a seguir se quer focalizar propõe-se essa mesma tarefa de incluir na história dos meios de comunicação aquilo que normalmente não o é, talvez por não ser considerado tal. Trata-se da moeda, invenção que – como muitas outras – se realizou várias vezes na história. Para o mundo ocidental, ela ocorreu primeiramente na Grécia entre o século oitavo e sétimo antes de Cristo. Se colhermos seus resultados no amadurecimento da civilização grega, podemos nos servir da análise que dela fez Aristóteles identificando-a como mero instrumento, à letra: “un médio de intercambio para lo que nos hace falta.” (Nic., V, 5). A moeda é portanto fundamentalmente um instrumento, não deveria tornar-se fim em si mesma.

Mas não antecipemos, pois com isso já estamos entrando na segunda parte daquilo que enuncia nosso título: nas implicações da história da moeda. E são muitas. Inclusive muito tem a ver o desenvolvimento da moeda com outro aspecto de nossa civilização: seu monoteísmo, aquele que reconhece somente o deus dinheiro. A este ponto, será bom voltarmos lá onde tudo começou.

2 – Pressuposto: da moeda à ciência

Retomamos, antes de tudo, a tese de Sohn-Rethel sobre o relacionamento entre moeda e ciência: a criação e introdução da moeda na sociedade grega constituiu a raiz daquele processo social de conhecimento, que gerou e desenvolveu a ciência típica de nossa civilização. Segundo essa análise, a moeda, com sua introdução e sua prática, foi a modificação social que gerou – na Grécia primeiro e depois nas outras civilizações onde ela penetrou – um modo de pensar abstrato, uma abstração sistêmica, que constitui base, forma e conteúdo do desenvolvimento científico que se seguiu e, portanto, fornece também o cerne dos meios de que a tecnologia dispõe.

Trata-se de uma característica geral da ciência que veio se formando na (e dando forma à) sociedade. É aquela ciência que hoje se tornou tão familiar, tanto assim que veio a constituir uma das características definidoras de nossa civilização. A nossa sociedade mede tudo, torna todo quantificável, mesmo tendo-se formado em uma tradição que dava (antigamente ...) muito maior importância aos aspectos qualitativos.

A passagem da *qualidade* à *quantidade*, ou seja a *quantificação da realidade*, segundo o brilhante título do livro de Crosby, foi responsável por promover e fazer quase explodir o processo de aprofundamento das grandes ciências que hoje se tornaram tão familiares. Ao mesmo tempo e como parte do mesmo desenvolvimento, remexeu nas malhas das relações sociais, cada vez mais articuladas naquele instrumento que é a moeda. Em sua forma hoje conhecida, a ciência se originou naquela transformação social em que a moeda revolucionou a sociedade. Num processo milenar, essa mesma ciência tornou-se instrumento privilegiado da valorização do valor, aquele processo em que o dinheiro gera mais dinheiro. Nesse sentido, para adotar uma imagem geométrica, o movimento da moeda à ciência e da ciência à moeda forma um círculo completo.

O itinerário desse desenvolvimento não foi nada linear. Era antes de tudo necessário aprimorar um instrumento essencial para a própria concepção da moeda: o número, elemento base do cálculo. Mas os aperfeiçoamentos sucessivos que completaram aos poucos o fundamento do edifício da aritmética não conheceram nenhuma “evolução uniforme e linear”, quase a passar dos algarismos ao computador, conforme muito bem sublinha Ifrah (II, p.601). Os números progrediram sujeitos aos trancos e barrancos dessa história. O mesmo ocorreu no desenvolvimento da moeda, de seu uso, de sua própria definição. Tudo se deu de uma forma que pouco tem a ver com a aparência ordenada e arrumada da matemática e de suas aplicações.

Acenemos, por exemplo, ao caso amplamente comentado pelo citado Ifrah (I, 765-780 e *passim*): a conjugação de avanços que a aritmética teve que realizar para chegar à invenção daquele “simples” zero acima mencionado, que hoje conhecemos pelos números “árabes”. Foi necessário articular entre si três grandes ideias, cuja conjunção em linha de princípio é muito improvável:

- o princípio de posição: o mesmo sinal adquire valores diferentes de acordo com sua posição na expressão numérica;
- a notação dinâmica das unidades de primeira ordem (= que os sinais da numeração sejam “desligados de qualquer ideografia”)
- e enfim, a descoberta fundamental: o número zero, um nada que resolve tudo.

Milênios se passaram até que esse sistema numérico alcançasse seu próprio amadurecimento, com aqueles números que os árabes apreenderam na Índia e introduziram na Europa na Idade Média. Introdução afortunada. Chegou nas mãos daqueles mesmos povos

civilizadores que reabriram à Europa dimensões que tinha esquecido: os Árabes, que se tornaram mestres das escolas que então surgiram, sobretudo a partir do século 11. Essa nova aritmética, fruto de longa gestação, levou ainda vários outros séculos até ser completamente aceita e penetrar no uso comum; isso, para não falar no ulterior aperfeiçoamento através dos decimais, que só deram os primeiros passos a partir do final do século XVI (substituindo as frações decimais).

No entanto, já antes de entrar no aspecto fundamental que nos interessa aqui, cabe lembrar aquele princípio apontado acima: esse desenvolvimento – tão acidentado – muito tem a ver com aquele da moeda e com as revoluções que ela introduziu nas relações sociais. Para uma exposição mais ampla dessa tese e de algumas suas implicações básicas posso remeter a outros escritos meus, bem como aos textos de Sohn-Rethel, o Autor que melhor a formulou.

Cabe porém lembrar pelo menos que em certos períodos históricos o desenvolvimento da ciência se articulou de forma até curiosa com aquele da moeda e de seus usos, fechando assim o “círculo” de interrelações.

É assim, por exemplo, que à época da “descoberta” da América, a ciência que muito contribuiu para aquele feito conheceu também outro desenvolvimento, na contabilidade. A publicação da *Summa de arithmetica, geometria, proporzioni et proporzionalità* de Luca Pacioli, em 1494, é simbólica no caminho da matemática rumo ao uso da moeda – e vice versa. Nela, pela primeira vez, se expõe com rigor o método das partidas dobradas que vinha sendo elaborado artesanalmente por aqueles que mais uso faziam da moeda, os comerciantes. É interessante notar que, nesse enorme passo em diante na articulação entre matemática e moeda, Pacioli ainda mantinha o uso de algarismos romanos pelo menos quando dava o número do ano: “Utilizai as letras antigas ao fazer essa anotação, nem que seja em nome da maior beleza” (cit. in Crosby, p.207). Tão longe estamos de um progressivo avanço linear rumo aos números atuais.

Poderíamos definir isso como uma imbricação entre os dois fenômenos em desenvolvimento – moeda e ciência – e não como um verdadeiro paralelismo, pois, para início de conversa, as paralelas são retas enquanto os movimentos dessas descobertas foram muito contorcidos, para dizer pouco. No entanto pode-se falar em certo “paralelismo” (com aspas) se entendermos que os dois fenômenos se acompanham (ou se empurram?) reciprocamente na história. Neste caso, talvez as aspas sejam mais importantes que a palavra aspeada.

Outro aspecto a salientar é que no avanço da contabilidade se trata de um meio de

comunicação: torna mais eficientes as relações de troca entre os membros de uma sociedade que, naquele momento de seu desenvolvimento, estava aprofundando as relações de valor. O que lembra outro aspecto a mais: o capitalismo contém e implica também formas específicas de comunicação, que ele amolda a sua própria finalidade. É por essa razão – e sujeitas a esse mesmo dinamismo orientador – que as novas tecnologias de comunicação tanta facilidade encontraram em seu desenvolvimento.

3 – Inversão de finalidade

Aceitemos então a tese do “paralelismo” entre a história da moeda e da ciência e tecnologia, acrescentando-lhe um aspecto adicional: em ambos os casos o instrumento tornou-se fim em si mesmo: constituiu-se critério fundamental da atividade humana. Essa inversão da ordem fornece uma primeira parte da definição do círculo: a grande inversão do movimento na sociedade ocidental. É nessa revolução de seu direcionamento que o círculo entre moeda e ciência já não mais fecha. Mas essa questão virá mais adiante.

Ao introduzir a moeda, o processo social efetuou (nem sempre em simultaneidade) duas diferentes passagens

- uma passagem de todo às partes, ou melhor a seus aspectos particulares, na medida em que um aspecto do mundo objetivo era focalizado prescindindo dos outros. Isso é claro na relação monetária concentrada no valor definido abstratamente e gera conseqüências no processo social de pensamento, que se acostuma à abstração (núcleo, a nosso ver, da tese de Sohn-Rethel)⁹²;

- uma segunda passagem se seguiu: do instrumento passou-se ao domínio, ao controle, ou seja o instrumento tornou-se o dominador do negócio ao ser adotado como critério básico de escolha. Em outras palavras, o que servia de intermediário (a moeda) passou a ser considerado como finalidade a ser alcançada.

Afirmando-se contrário a essa inversão da ordem (no que diz respeito à moeda), Aristóteles aceita a moeda só como “un médio de intercambio para lo que nos hace falta.” (Nic., V, 5). E a filosofia popular não deixou de incorporar a doutrina do estagirita: Patativa do Assaré ensina que o dinheiro “Só presta pra sê cativo / Não presta pra sê senhô”. É impressionante a proximidade quase literal entre o pensamento de dois autores tão distantes.

⁹² Esse núcleo fornece inclusive o título a um de seus escritos : *Warenform und Denkform (forma mercadoria e forma de pensamento)*, que é também o título da Primeira Parte de sua obra principal (SOHN-RETHEL, 1989)

Podemos encontrar alguma analogia entre esses julgamentos éticos a respeito do dinheiro e certas posturas, por exemplo, dos modernos movimentos ecológicos em seus questionamentos da ciência e sobretudo de suas conseqüências tecnológicas. É interessante notar como também a ciência – sobretudo em se corporificando em tecnologia – veio a se impor como critério de decisão, um feito que caracteriza o procedimento capitalista, por sinal aquele que mais sistematicamente adotou e aprofundou o novo, diferente critério de escolha: o dinheiro que dá mais dinheiro.

Dentro desse novo quadro, o princípio moeda = instrumento vale mais do ponto de vista ético que no dinamismo real, objetivo.

Não houve nenhum evento histórico específico, individual, em que se operasse essa inversão da ordem, nenhum fato que sozinho produzisse uma tal transformação da sociedade. Trata-se muito mais de um processo no qual foram aparecendo e sendo adotados comportamentos que acabaram por revolucionar a própria definição das relações entre os homens.

Já os Gregos descobriram o caminho para obter mais dinheiro usando o dinheiro: foi o juro cobrado sobre os empréstimos. Foi certamente com base em experiências práticas conhecidas que Aristóteles chegou à sua celebre condenação da usura. Com paralelo, aliás, na Bíblia e, mais tarde, no Alcorão.

Nesse contexto, a comunicação entre homens já não é o fim a ser alcançado em vista de uma realização social ulterior. Ela é um meio, maquiavelicamente justificado pela finalidade que já se afirmou como base dessa sociedade: o valor deve agora gerar um maior valor. Definição essa que no novo contexto identifica o movimento básico que orienta essa sociedade.

4 – Uma superação que não ocorreu

O retorno ao uso do instrumento como instrumento ainda não ocorreu: a ciência é sempre mais critério decisivo. Sinais de uma necessidade de reorientação vêm ocorrendo recentemente em vários campos. Por exemplo, no caso dos transgênicos, na clonagem, sobretudo nos usos bélicos das descobertas científicas⁹³, bem como, em geral, nas implicações ecológicas (ou antiecológicas) das tecnologias que a ciência moderna vem gerando. Naturalmente esse debate é tão amplo que aqui não se pode senão acenar a sua existência. Mas um aspecto dessa

⁹³ Foi nesse momento que *A ciência perdeu sua inocência*, de acordo com o título expressivo de um livro do historiador alemão Armin Hermann.

problemática deve ser aqui mencionado: perante tais questões cabe sempre perguntar: “Onde está ou pode encontrar-se o critério orientador das pesquisas científicas e de suas aplicações?”

Reencontramos a este ponto o “paralelismo” com o desenvolvimento da moeda. A qual poderia indicar o caminho para a “volta” ao uso do instrumento como instrumento: o meio, a intermediação, portanto a comunicação entre os valores⁹⁴. Mas não ocorreu nenhum retorno ao uso do instrumento como instrumento, pois o valor está dominado por seu próprio dinamismo de expansão: a moeda, originalmente (?) instrumento que “devia” ligar concretamente entre si as relações abstratas de valores que ocorrem no mercado, esse instrumento transformou-se na principal finalidade a orientar o próprio “mecanismo” básico da produção daqueles valores.

Portanto consta agora como o metro – tendencialmente único ou, pelo menos, principal – a medir tudo o que está implicado nas decisões humanas.

5 – A síntese que falta

“O historiador é um profeta virado de costas”, dizia meu amigo, o historiador Gadiel Perrucci. Façamos por um momento o esforço de virar de novo essas costas, para tentar adivinhar – quase avêso do avêso – o futuro para o qual costumava olhar nosso profeta. Isso não seria virar a história pelo contrário, mas perguntar-lhe se nos pode revelar para onde ela se dirige.

Resumindo o que vimos, as conexões entre a moeda e a ciência se mantiveram através dos séculos, mas seu direcionamento (sua finalidade) se inverteu. Cabe então formular uma hipótese: a possibilidade de uma inversão dessa inversão. “Hegelianamente” talvez, poderíamos falar em

tese – moeda, ciência: meios que potenciam a comunicação humana;

antítese – os meios tornam-se fins aos quais aquela comunicação serve;

e síntese – inversão da inversão (= negação da negação), os instrumentos voltando a ser “só” instrumentos.

Esse caminho – quase uma síntese histórica hegeliana – solucionaria as contradições de ambos os processos, nem que seja gerando outras novas. Define-se então o círculo “da moeda à ciência”, ambas como nexos e instrumentos que no processo se tornam finalidade. Trata-se de um círculo duplo. Mas nele, em ambos os casos, os instrumentos se tornam finalidade. Do nexo ciência – moeda, passa-se ao dinamismo que visa a geração e apropriação de novo valor.

⁹⁴ Comunicação entre valores: é uma comunicação bem conforme com a reificação que caracteriza as relações humanas no capitalismo.

Recuperar a moeda e a ciência como instrumentos de interrelação poderia significar fornecer à vida humana um conjunto de meios agora amplamente desenvolvidos e potencializados. O processo fecharia assim quase que “entregando” esses meios à convivência humana. A comunicação retomaria seu sentido de enriquecimento da vivência pessoal. No sonho dessa superação, ela se constituiria em parâmetro, paradigma e critério para as escolhas a ser processadas. Essas, por sua vez, a partir do enriquecimento dos meios à disposição, contariam com capacidades antes absolutamente insuspeitadas.

Sonhos? Sua realização consistiria em retransformar esses instrumentos em ... “simples” instrumentos.

A inversão até então ocorrida tornou-se a única justificativa da financeirização do capital, de sua nova vida reduzida a capital fictício, expansão fantasmagórica que contraria inclusive radicalmente a clássica opção keynesiana de “eutanásia do rentista”.

Em tais circunstâncias, pelo menos por hoje, quem põe o guizo no gato?

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Obras*. 2 ed. Madrid, Aguilar, 1967. Ver: *Ética nicomaquea*, L.4, cap.1; L.5, cap.5; L.9, cap.1; e *Política*, L.1, cap.3-5.

CROSBY, Alfred B. (1999) *A mensuração da realidade. A quantificação e a sociedade ocidental – 1250–1600*. São Paulo, EDUNESP.

FAORO, Raymundo, 1925 (2000). *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Globo, Publifolha. 2v.

GALVAN, C. (2001). *Moeda e Ciência. Ensaios sobre a teoria de Sohn-Rethel*. Centro Josué de Castro, Recife.

IFRAH, Georges (1994). *Histoire universelle des chiffres. L'intelligence des homes racontée par les nombres et le calcul*. 4. réimpression. Paris, Laffont. 2vol. (x,1042p.; vi,1010p.).

JASPERS, Karl, 1883-1969 (1983). *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*. 8 ed. München, Piper. 349p.

LE GAUFEY, Guy (1991). *L'incomplétude du symbolique. De René Descartes à Jacques Lacan*. Paris, E.P.E.L. 244p.

PRIGOGINE, Ilya (1996). *El fin de las certidumbres*. Barcelona, Andrés Bello. 222p.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle (1991). *A nova aliança. Metamorfose da ciência*. Trad. M. Faria e M. J. M. Trincheira. Revisão J. P. Mendes. Brasília, EDUNB. 247p.

Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência. São Paulo, SBHC, 1985 -

SOHN-RETHEL, Alfred, 1899-1989 (1981). *Soziologische Theorie der Erkenntnis*. Mit einem Vorwort von Jochem Hörisch. Frankfurt/M, Suhrkamp. 269p.

SOHN-RETHEL, Alfred, 1899-1989 (1989). *Geistige und körperliche Arbeit. Zur Epistemologie der abendländischen Geschichte*. Revidierte und ergänzte 'Neuaufgabe. Weinheim, VHC, Acta Humaniora. xi,226 p. (da mesma obra será consultada também a segunda edição, Frankfurt/M, Suhrkamp, 1972).

SOHN-RETHEL, Alfred, 1899-1989 (1990). *Das Geld, die bare Münze des Apriori*. Berlin, Wagenbach. 80p.

VARGAS, Milton (1985). *Metodologia da pesquisa tecnológica*. Rio de Janeiro, Globo. 243p.

VICO, Giambattista (1977). *La scienza nuova*. Introduzione e note Paolo Rossi. Milano, Rizzoli (da terceira edição original de 1744). 763p.

VICO, Giambattista (2001). *Opere*. A cura di Andrea Battistini. 3. ed. Milano, Mondadori. 2 vol. (inclui a I edição original da Scienza Nuova, de 1725).

Perspectivas Weberianas da Sociedade Rede

Manuel José Lopes da Silva, DCC/CECL,FCSH

Introdução

No limiar do Sec XXI tem sentido fazer uma reflexão sobre o passado e o futuro das Ciências Sociais e Humanas, porque, se durante o Sec.XX houve um enorme avanço do conhecimento nestas áreas com grande destaque para a Sociologia, também a sociedade se tornou muito mais complexa exigindo abordagens mais cada vez exigentes.

As “ Etapas do Pensamento Sociológico” de Raymond Aron de 1965 , e o “ Manual de Sociologia” de A .Cu villier de 1976 mostram até que ponto se tinha passado da fase de recol ecção de temas avulsos que se poderiam classificar como sociológicos, para a fase do pensamento reflexivo sobre o que é a Sociologia.

Nos EUA desenvolveu-se uma sociologia empírica onde se destacam os nomes de Merton e Wri ght, precisamente dois autores que iniciaram a investigação no domínio da Sociologia da Comunicação.

A ligação entre esta sociologia empírica e a sociologia sistemática europeia tem sido perseguida por vários investigadores, sendo o mais representativo Talcott Parsons que fez a recepção para os EUA da Sociologia de Max Weber.

Por isso é interessante tentar perspectivar um problema sociológico muito actual (o das redes de Informação e Comunicação de hoje) do ponto de vista precisamente de Max Weber.

Parece-nos que os problemas das redes identificados por Castells e Wolton (em estudos sobre a Internet) se tornam mais compreensíveis na perspectiva weberiana da burocratização progressiva do capitalismo contemporâneo.

Também as teorias da acção e da dominação de M. Weber permitem uma abordagem dos tipos de comunicação contemporâneas muito próxima das análises daqueles autores.

Particularmente interessante também é a convergência de M. Weber com Wolton / Castells na constatação de que do capitalismo contemporâneo se não pode esperar o desenvolvimento da democracia, bem pelo contrário.

1 . O Pensamento Sociológico

Por razões de clareza intelectual e coerência científica, devemos justificar a escolha de M. Weber para abordar as questões levantadas pela Sociedade da Informação, ou , segundo Castells a Sociedade Rede.

Há uma primeira razão, de índole pessoal, que tem origem no interesse em mim despertado nos contactos com investigadores e académicos brasileiros que se referem com frequência a Weber a par de Marx.

Posteriormente a leitura do livro de R. Aron, já referido, confirmou o interesse numa reflexão sobre M. Weber e numa aplicação dos seus conceitos às modernas redes de comunicação.

E há uma terceira razão que me levaria a visitar M. Weber, que inesperadamente surgiu durante este estudo e que resultou da estreita relação entre Talcott Parsons e M. Weber pelas razões referidas.

Ora a sociologia parsoniana é de natureza sistémica e enquadra-se perfeitamente no quadro de referência da nossa própria formação.

Não é por acaso que T. Parsons no seu modelo sistémico de base estruturo-funcionalista coloca no topo do sistema geral de acção o sub-sistema cultural, o das ideologias, dos conhecimentos e dos valores, que são como veremos fundamentais na sociologia weberiana.

Se Aristóteles, Agostinho ou Maquiavel são hoje designados por pre-sociólogos, com mais razão deverão ser considerados fundadores da sociologia Montesquieu e Tocqueville a que aqui nos referiremos, mas também K. Marx e Augusto Comte.

Na viragem para o Sec. XX há que referir Durkheim com as suas análises do trabalho social e das formas da vida religiosa, Vilfredo Pareto com a sua acção não lógica e a expressão dos sentimentos, e finalmente M. Weber.

Sobre Augusto Comte devo confessar o meu grande interesse pelo seu sistema, mas também a minha perplexidade por desembocar numa metafísica insustentável.

A sua aventura com Clotilde de Vaux parece ter contribuído para um tal descalabro. Tal como Aron, presto homenagem a Comte pela sua contribuição para a sociologia, mas não o acompanho até ao fim do seu percurso.. Em contrapartida Max Weber é, ainda hoje, um sociólogo que, mau grado a sua preocupação de não sair do campo científico, deixou claramente pistas para passar ao campo mais geral da filosofia.

2 . A Sociologia de Max Weber

Vamos tentar esquematizar o quadro sociológico de referência da obra de M. Weber, segundo uma proposta de R. Aron.

O primeiro tema a abordar será naturalmente a sua teoria da Ciência e, dentro desta, a sua tipologia da acção a qual podemos definir como “toda a conduta humana, colectiva, individual ou inconsciente”.

A primeira é a “acção racional relativa a um fim (zweckrational)”, bem diferente da segunda que é a “acção racional relativa a um valor (wertrational)”.

Considera depois a “acção afectiva ou emocional” e finalmente a acção “tradicional”.

Esta classificação é fundamental por se reflectir em toda a vasta problemática da perspectiva weberiana.

O traço característico do mundo contemporâneo é exactamente a racionalização, ou seja a propagação das acções “zweckrational”, e isto tanto na economia como no Estado, criando-se o problema da sua compatibilização com outros tipos de acção.

A actividade científica é um misto de zweckrational (o seu fim é a verdade) e de wertrational, nunca os atingindo visto que a ciência nunca está acabada, tendendo mesmo os cientistas a ignorar a wertrational.

A ciência busca a compreensão (Verstehen), mas tem também um carácter histórico e cultural.

A compreensão científica da Física baseia-se na matematização, a da Sociedade na inteligibilidade no sentido de Jaspers.

Compreender é poder explicar, o que envolve a capacidade de prever, não só linearmente mas também probabilisticamente.

Assim as obras humanas definem-se por referência a valores, mas temos de distinguir entre “juízos de valor (werturteil)” e “relação com os valores (wertbeziehung)” ; de facto o cidadão que luta pela liberdade persegue um werturteil, mas o sociólogo que estuda o seu comportamento tem uma wertbeziehung. Segundo MW o sociólogo não tem que manifestar apreço pela liberdade, e daqui o surgimento de dois métodos científicos.

O método das ciências da Natureza baseia-se na construção dum sistema ideal de relações, se possível matemático, usando um processo dedutivo, ao passo que o método das ciências da história ou da cultura se baseia na selecção de dados orientada por valores.

Com o segundo método o resultado é um conjunto de interpretações cada uma inseparável dos valores escolhidos, e por isso as ciências humanas (como as da natureza) são animadas e orientadas por questões que os cientistas põem à realidade. Um exemplo deste método é a questão weberiana acerca da relação existente entre a concepção religiosa de cada um e a maneira como vive e se posiciona face à economia e ao Estado.

A ciência pode entender tal relação mas nenhuma norma científica poderá dizer aos homens como viver (contra Durkheim), nem qual o futuro da humanidade (contra Marx).

Outra questão, esta filosófica, procura a razão por que os juízos de valor são subjectivos ou existenciais, logo necessariamente contraditórios.

A escolha subjectiva pode verificar-se racionalmente, valendo também aqui o recurso à intuição científica das ciências da natureza.

Chega-se assim a verificar que cada sociedade tem a sua cultura, ou seja um sistema de crenças e valores.

O segundo tema weberiano forte é o das relações entre as ciências históricas e as sociológicas.

Estas ciências são, como vimos, também ciências causais só que se exprimem em termos de probabilidade, podendo dizer –se , por exemplo, que há grande probabilidade dos processos de racionalidade e burocratização continuarem de modo inexorável com o desenvolvimento do actual capitalismo.

M.W. lança mão dos conceitos de “ indivíduo histórico” como o capitalismo; de “tipo ideal” como os elementos abstractos da realidade histórica, por exemplo, a burocracia ou a dominação; e de reconstruções racionalizantes de comportamentos como as económicas.

Na dominação ele considera a racional, a tradicional e a carismática.

O terceiro tema weberiano que nos interessa é o das antinomias da condição humana.

A primeira antinomia é a que contrapõe os “juízos de valor” à “relação com os valores”, que levanta a questão de saber se é de facto possível ao cientista social esquecer-se dos seus próprios valores.

Outra antinomia resulta da verificação de que os valores não são dados nem no sensível nem no transcendente: segundo M.W. são criados por decisões diferentes das que buscam a verdade.

Mas a antinomia fundamental da acção é a da ética da responsabilidade (verantwortungsethik) contraposta à ética da convicção (gesinnungsethik).

A ética da responsabilidade caracteriza-se pela escolha dos meios mais adaptados aos fins, é de carácter teleológico, e a ética da convicção leva a agir segundo os sentimentos sem referência às consequências.

Quanto aos fins que determinam a acção responsável, M.W. constata que eles são incompatíveis uns com os outros, que se contrapõem enfim, dizendo poeticamente que “os deuses do Olimpo estão naturalmente em conflito” situação que surgiu a partir da Renascença e sobre o qual falaremos mais tarde.

Na realidade a ética da responsabilidade e a ética da convicção são complementares, completam-se uma à outra sendo este equilíbrio que deverá ser preocupação do político.

A sociologia da Religião é o quarto tema fundamental da sociologia weberiana.

M.W. parte duma questão que o opõe imediatamente a Marx : em que medida as concepções religiosas influem no comportamento dos actores económicos?

O capitalismo define-se pela existência de empresas (Betrieb) cujo fim é a maximização do lucro, e em que se juntam a organização racional do trabalho e da produção ao desejo do lucro.

A burocratização surge associada a um fim, o lucro, que não tem que ver com o capitalismo em si, sendo uma motivação do domínio da ascese religiosa como existe no calvinismo.

O capitalismo é sempre uma forma de dominação (Bandigung), embora a sua forma actual se baseie no trabalho “livre”.

Mas essa liberdade do trabalhador foi conseguida com a separação entre o grupo familiar (Haushalt) e a empresa (Betrieb), em paralelo com o desenvolvimento do Comércio e dos títulos negociáveis (Bolsa) em ambiente especulativo, assim surgindo a Burguesia.

M.W. caracteriza a burocracia como a organização permanente de cooperação entre indivíduos com funções especializadas, na base de regras de comportamento, de comando e de comunicação, desligados da sua família e ignorando a sua personalidade, e com remuneração fixada por regras.

Ele afirma que uma tal impessoalidade é essencial na natureza da burocracia.

O desenvolvimento do capitalismo contemporâneo tornou-se possível porque o cálculo económico foi facilitado com os computadores, e a comunicação se tornou mundial. Assim a racionalização burocrática não pode deixar de continuar a progredir.

Os puritanos queriam ser homens sempre atarefados... e o seu sonho tornou-se infelizmente uma realidade dos nossos dias.

De facto a ética calvinista era muito austera, excluía mesmo o misticismo e todas as formas de idolatria.

A consequência de todo este austero processo foi o surgimento dum “desencantamento” (entzauberung) do mundo que prossegue nos nossos dias.

O individualismo que então se propagou é uma das características do capitalismo contemporâneo, conducente a injustiças sociais que todos conhecemos.

M.W. associa deste modo a influência que tem a concepção do mundo dos actores sociais sobre o sistema económico escolhido.

De facto as concepções religiosas determinam os interesses dos indivíduos e são estes que os movem à acção. Naturalmente que esta explicação da adopção dum sistema económico devido a um determinado sistema de crenças é apenas uma possibilidade (causalidade probabilística).

Mas o facto é que a produção indefinidamente crescente, com o aumento do lucro e re-investimento, sugere uma forte ligação a uma ética de austeridade, de trabalho e de poupança.

O mundo em que o capitalismo vive é feito de matéria ou de seres destinados a serem transformados ou consumidos, e já não são portadores dos encantos do carisma.

A religião num mundo material e desencantado não pode deixar de se retirar para a intimidade da pessoa ou evadir-se para além dum Deus transcendente. O profetismo que surge em tal situação, com a quebra da ligação entre o carisma e as coisas, estabelece uma oposição fundamental entre este mundo e o outro.

As duas saídas possíveis são o misticismo ou o ascetismo, optando por este último o calvinismo que pratica a ascese no meio do mundo.

O profetismo abre caminho à autonomia crescente de cada actividade e levanta a contradição entre os valores religiosos e os valores políticos, económicos e científicos. Por isso M.W. diz que os deuses do Olimpo estão em conflito permanente e propõe uma filosofia dos valores que descreve como o quadro axiológico evolui historicamente. Mas a contradição dos valores já existia na antiguidade, basta recordar como Apolo e Dionisos se opunham tão vivamente, e não foi criada pela modernidade.

A novidade da ciência positiva, experimental e matematizante consistiu em expulsar progressivamente o segredo do mundo, deixando-nos um cosmos utilizável mas vazio de sentido. O postulado ético segundo o qual o mundo é um cosmos ordenado por Deus, possuindo por isso um certo sentido no plano moral, foi contestado, surgindo uma contradição entre saber positivo, demonstrável mas sempre incompleto e saber religioso que se não demonstra mas responde às questões essenciais.

O quinto tema fundamental das reflexões weberianas é sobre a economia e a sociedade.

Para estudar as características do agir económico, há que estudar a sociologia que é a ciência da acção social.

Uma acção social é um comportamento humano (Verhalten), uma atitude interior ou exterior, orientada para a acção ou abstenção, com sentido.

A acção social organiza-se em relação social (soziale Beziehung), e a ordem legítima surge na sequência da relação regular.

A ordem legítima é convencional quando a sanção que visa a sua violação é uma reprovação colectiva; é jurídica quando há coacção física.

Há quatro tipos de ordem legítima, a afectiva ou emocional, a racional por referência a valores, a religiosa e a determinada pelo interesse.

Mas a sociedade é sempre palco do combate (Kampf), exibindo sempre lutas e acordos.

O processo de integração na sociedade (Gesellschaft) surge a partir da motivação das acções sociais pelo interesse, de integração na Comunidade (Gemeinschaft) na motivação afectiva ou tradicional.

Na empresa (Betrieb) a acção contínua dos actores sociais é motivada pela racionalidade com vista a um fim.

Nesta surge a questão da hierarquia. O Poder (Macht) é a probabilidade de um actor impor a outro a sua vontade, mesmo contra a resistência deste, enquanto na Dominação (Herrschaft) existe sempre um Senhor (Herr) que tem a probabilidade de obter obediência daqueles que, em teoria, lhe devem.

No Poder o comando não é necessariamente legítimo nem a submissão um dever; na Dominação a obediência assenta no reconhecimento das ordens dadas.

A acção económica é aquela que, segundo a sua significação, se refere à satisfação de desejos de prestação de utilidade (Nutzleistung, nutz=utilidade, leisten=produzir).

Agir económico, Wirtschaften, designa a experiência pacífica duma capacidade de disposição economicamente orientada.

Daqui se pode facilmente chegar à distinção entre Ordem Política e Ordem Económica: a economia refere-se à satisfação das necessidades como fim que a determina; a política refere-se à dominação exercida por um/ alguns homens sobre outro/outros homens.

Esta dominação pode ser de três tipos: racional, tradicional, carismática.

A dominação racional assenta na crença da legalidade das prescrições; a tradicional no carácter sagrado das tradições antigas e na legitimidade dos chamados a mandar; a carismática justifica-se pelo carácter sagrado ou força heróica duma pessoa e pela ordem que ela revela.

Podemos resumir dizendo que a razão, a emoção e o sentimento explicam que a acção seja racional, afectiva ou tradicional, e que a dominação seja racional, carismática ou tradicional.

A acção racional com vista a um fim é o tipo ideal da acção económica ou política (sem a wertrational).

Há muitas ordens económicas e políticas, mas o nosso mundo de hoje é racionalizado pela ciência, pela administração e pela gestão rigorosa dos empreendimentos económicos.

Porém continua a luta de classes, entre as nações e entre os deuses (valores), verificando-se particularmente que a racionalização capitalista não garante o triunfo da democracia.

O pensamento weberiano é como vemos riquíssimo e de grande actualidade como refere Marcuse, e pouco conhecido, embora as suas propostas fundamentais tenham sido utilizadas por Talcott Parsons na Teoria dos Sistemas Sociais.

O conceito de burocracia de M.W. revelou-se de maior consistência e de maior utilidade do que o conceito marxiano de luta de classes.

3 . A Sociedade Rede

Ao reflectir sobre a nova sociedade emergente, a sociedade rede, a primeira questão que se levanta é se a Internet (a rede global) é uma fonte de comunidade renovada ou se , pelo contrário, constitui uma causa de alienação e escape do mundo real – mas acaba por não ser nem uma coisa nem outra como refere Castells.

A interacção social em rede, em geral, não tem efeito directo sobre a configuração da vida quotidiana, para além de acrescentar a interacção “ on line” às relações sociais previamente existentes. De resto verifica-se um princípio geral de complementaridade entre os vários meios, por exemplo entre o computador e o telefone, ou a Internet e os Media, ou entre a Radiodifusão e a Imprensa.

Há no entanto uma substituição dos “lugares” físicos pelas redes como sustentação da sociabilidade.

Na linha do pensamento sistémico podemos dizer que as comunidades são redes de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, um sentimento de pertença e uma identidade social.

Na nossa sociedade há, como sabemos, uma tendência dominante na evolução das relações sociais para o individualismo.

As relações primárias concretizadas na família, as secundárias proporcionadas pelas associações e as terciárias (características da comunidade) tornam-se personalizadas, incarnadas em redes centradas no Eu, surgindo portanto “um individualismo em rede”.

O indivíduo (que era um valor do capitalismo norte-americano) constrói hoje as suas redes “on line” e “ of line” na base dos seus interesses, valores, afinidades e projectos. Este reforço do individualismo pelas redes vai causar certamente problemas à sociedade que não estão suficientemente avaliados.

A prática política que deve gerar a mudança social e o conflito é também afectada pelas redes. Surge uma “Noopolitik” a substituir a “Realpolitik” porque a estratégia política passa a basear-se na manipulação da informação, diferente dos antigos equilíbrios nacionais de poder.

E nas redes surgem movimentos emocionais (Internet) mais importantes politicamente do que as antigas ONG, tão globalizadas como ela como, por exemplo, a luta pelos direitos humanos, os movimentos feministas, os ecologistas, sindicais, pacifistas...

A mudança social hoje provoca conflitos devido à transformação das categorias da existência pela utilização de redes interactivas como forma de organização e mobilização. Um exemplo interessante é o das “redes de cidadãos” surgidas de movimentos de base pre- Internet em busca de novas oportunidades de agitar as consciências, “häkers” políticos ou governos municipais.

Nestas redes cidadãs há uma tensão entre centrar-se na vida local ou aceder à rede global. Os activistas sociais fomentam a participação do cidadão na construção da democracia local, e paralelamente as agências de serviços sociais proporcionam acesso, formação e ajuda para a educação e o emprego.

O exemplo mais interessante duma rede cidadã é o de Amsterdam, a DDS (De Digital Stadt), que estava organizado em habitações, praças, cafés, quiosques digitais, um centro digital de arte e cultura.

Logo porém surgiu um conflito fundamental resultante da contradição entre comunidade democrática e estrutura burocrática com controle hierárquico. E o sonho duma comunidade electrónica livre reduziu-se a uma empresa “pontocom” em crise.

A TV, a Rádio e a Imprensa continuam a ser meios preferidos, visto que se adequam melhor ao modelo de comunicação “um para muitos”, que continua a ser a base da política de

hoje. A Internet não poderá apagar por meio duma nova tecnologia, o profundo desencanto político que sente a maioria dos cidadãos do mundo, dado que a crise da legitimidade política resulta da frustração destes relativamente aos seus representantes. Ou seja, a Internet não pode proporcionar uma solução tecnológica à democracia.

E até os usos da Internet tendem antes a aprofundar a crise de legitimidade, visto que proporcionam uma plataforma às actividades de rumores e escândalos.

Os criadores da Internet pensavam sinceramente estar a proporcionar à sociedade um instrumento eficaz de sociabilidade e promoção pessoal, mas nunca puderam prever que um tal sistema se transformasse num campo de batalha entre poderosos interesses, muitos deles ilegítimos.

Mas as NTIC permitem também o aparecimento dum novo tipo de guerra no terreno real, em que a tática de “swarming” substituiu as tácticas tradicionais – substituindo-as por ataques concentrados e ágeis como os dos enxames de abelhas.

De facto instalou-se a designada guerra cibernética no quadro da já referida “noopolitik”, sendo uma das suas características a de abandonar a estrutura convencional das FA baseada em corpos, divisões, regimentos e batalhões, bem como a divisão funcional em infantaria, blindados, comunicações, artilharia, engenharia.

Passa a haver unidades móveis multifuncionais dependentes da sua conexão em rede para obter apoio mútuo.

Com um sistema de comunicações totalmente integrado as FA transformam-se numa “organização sensorial”, com as unidades ligadas em rede. O sistema C4ISR permite um “top sight”, uma visão geral de todo o conjunto de meios.

Do ponto de vista político, a Internet suscita um grave conflito entre a privacidade e a liberdade dos cidadãos no ciberespaço.

Embora o cidadão possa tentar defender-se usando por exemplo “senhas”, na realidade não se pode considerar em segurança contra os ataques dos “hackers”. E mesmo o próprio sistema cria anti-corpos poderosos, os virus e vermes (crackers) que demonstram a impotência das formas tradicionais de controle policial pelo Estado.

Todavía somos, na Internet, vigiados por um Poder que já não é o Grande Irmão mas antes uma multidão de “Pequenas Irmãs”, agências de informação que registam o nosso comportamento.

Nos alvares do Sec.XXI dá-se então uma inquietante combinação no ciberespaço da ideologia libertária muito expandida, com um grau de controlo cada vez maior, e não só na Internet como na comunicação em geral, porque de facto em todos os Media existe um controlo, embora de diferentes formas sendo o do poder económico talvez o mais constringente.

Todavía a história tem-nos mostrado que o principal bastião contra a tirania tem sido a democracia institucional e não a ideologia libertária, como lembra Castells.

Neste quadro a actuação cidadã com base na responsabilidade social dos utentes é a saída que, por enquanto, se afigura viável

A perspectiva de Wolton é porém um pouco mais optimista, dado que considera que comunicação está no coração da modernidade, no centro da história económica, social e cultural e é esta que dá sentido à história técnica e não o inverso.

A evolução dá-se segundo o consenso de industriais, jornalistas e políticos, sendo certo que o elemento determinante é o modelo cultural e social que se persegue.

Há uma dualidade fundamental na comunicação dos nossos dias, que é a da existência duma comunicação com sentido normativo(da ordem do ideal) e de outra com carácter funcional (da ordem da necessidade).

Os actuais Media completam-se, os de massa convencionais, e os interactivos que reforçam o individualismo.

Os Media generalistas obrigam a uma reflexão mais complexa, mas no conjunto há que procurar harmonizar as duas dimensões contraditórias de liberdade e igualdade, que tem que ver com o equilíbrio fundamental entre as componentes normativa e funcional.

Neste amplo quadro há uma questão nevrálgica que é a do SPRTV (Serviço Público de Rádio e TV) na Europa, que se justifica não por razões técnicas ou económicas, mas sim pelo modelo socio-cultural adoptado pela sociedade – reforçando a componente normativa da comunicação.

Podemos dizer que a comunicação normativa cria comunidade (no sentido weberiano) e a funcional fundamenta a actividade da sociedade, sendo certo que a sociedade nacional pressupõe

a existência daquela comunidade. E assim o SPRTV tem uma especial responsabilidade face à comunidade nacional.

À globalização tão propalada pelos políticos e economistas, há que contrapor a comunicação que remete para os valores, para o ideal de universalidade, para uma verdadeira inter-compreensão.

Se Castells apela para o sentido de responsabilidade social dos actores conscientes da sociedade face a um possível totalitarismo dos poderes político e económico, Wolton apela ao retorno aos valores que, a partir da Renascença, os ocidentais parecem querer ignorar (os deuses estão em guerra... como diz M. Weber)

4 . Weber e as Redes

A perspectiva weberiana ajuda a compreender as análises de Wolton e Castells da Sociedade da Informação ou Sociedade Rede.

Por exemplo o conflito referido por estes autores entre os valores da liberdade e da igualdade faz parte do conflito dos deuses do Olimpo de M. Weber, criado pelo desencantamento do Mundo.

Se Castells apela a uma ética da responsabilidade, Wolton apela claramente a uma ética de convicção que, segundo M.W., são apelos complementares devendo harmonizar-se na sociedade da comunicação do século XXI.

As quatro ordens de legitimação weberianas, a “zweckrational” contemplando os fins, as afectiva e religiosa, contemplando valores, wertrational, e as determinadas por interesses, são evidentes na comunicação dos nossos dias, quer na comunicação normativa (que remete para os valores) quer na funcional (que remete para os interesses).

A progressiva burocratização da sociedade prevista por M. Weber (causada pela inexorável evolução do capitalismo contemporâneo) acentua os procedimentos “zweckrational”, e pode levar a que a comunicação funcional (Wolton) enfraqueça a comunicação normativa. (valores).

Então a economia (o capitalismo) pode dominar as pessoas e faz todo o sentido o apelo de Wolton ao reforço da componente normativa – o que é incompatível com os interesses do mercado.

Se Weber exprime as suas apreensões sobre um possível domínio imoral do sistema económico (e da comunicação que lhe corresponde) sobre o cidadão, ele não faz mais do que exprimir as preocupações que os sociólogos e até os pre- sociólogos sempre exprimiram.

Particularmente oportunas são as reflexões pre-monitórias de Tocqueville na “Democracia na América”, de que recordamos uma passagem que é frequentemente invocada, onde se refere a possibilidade dum despotismo democrático:

“Vejo uma inumerável multidão de homens semelhantes e iguais que rodam sem descanso sobre si próprios para obterem prazeres pequenos e vulgares com que enchem a sua alma. Cada um deles, retirado no seu canto e como alheio ao destino de todos os outros; os seus filhos e os seus amigos particulares constituem para si toda a espécie humana; quanto aos restantes seus concidadãos, está ao lado deles, mas não os vê; toca-os e não os sente; só existe em si e para si só, e , se tem ainda uma família (?), podemos pelo menos dizer que já não tem Pátria.

Acima destes homens ergue-se um poder imenso e tentacular que se encarrega sozinho de lhes garantir a existência e de zelar pela sua sorte; é absoluto, minuciosos, providente e brando. Parecer-se-ia com o poder paternal se, como ele, tivesse por fim preparar os homens para a idade viril; mas só procura, pelo contrário, fixá-los irrevogavelmente na infância; gosta que os cidadãos se divirtam contanto que só pensem em divertir-se; trabalha de bom grado para a felicidade deles, mas quer ser o único agente e o único árbitro dessa felicidade; vela pela sua segurança, prevê e garante as suas necessidades, facilita os seus prazeres, dirige os seus assuntos principais, governa a sua indústria, regulamenta as suas sucessões, divide as suas heranças; só lhe falta poder arrancar-lhe inteiramente a perturbação do pensamento e a dor da vida !”

Todo este ameaçador desígnio é realizado pelos conteúdos das redes de comunicação dos nossos dias, comandadas pela nefasta aliança entre os actuais poder político e económico, que manifestamente tentam destruir os valores fundamentais da pessoa humana (do cidadão, na perspectiva de Tocqueville).

Perante um tal panorama Max Weber mantém-se silencioso, não toma posição segundo o critério que adoptou e que designa por “científico”, portanto mantendo apenas uma relação com

os valores (wertbeziehung) e não se envolvendo com eles, não emitindo juízos de valor (werturteil).

Hoje, porém, os sociólogos estão inquietos, particularmente os da Comunicação.

Com a mudança do estado Social para o Neo-liberalismo perfilam-se ameaças que só a Ética pode afastar mediante a responsabilização dos actores conscientes dos domínios da economia, da comunicação e da sociedade (o triângulo de Wolton)

5. Considerações Finais

O contributo de Max Weber para a sociologia dos nossos dias é relevante. Para além da Teoria da Sociedade que revimos em capítulos anteriores, ele deixou-nos também uma teoria das organizações do maior interesse que não desenvolvemos por sair do âmbito deste trabalho. Ela desenvolveu-se em torno de dez pontos chave: o carácter legal das normas; o carácter formal dos canais de comunicação; a divisão do trabalho; a impessoalidade nas relações; a hierarquização da autoridade; as rotinas e procedimentos; a competência técnica e o mérito; a especialização da administração; a profissionalização; a previsibilidade de funcionamento.

Cada um destes dez pontos comporta, porém, riscos e disfunções que não foram previstos por M.W. como, por exemplo, o excesso de formalismo e de papelada, a resistência à mudança, a superconformidade com as rotinas ou a exibição de autoridade.

A pesar de tudo a teoria burocrática das organizações representa um avanço quer em relação à teoria clássica como em relação à das relações humanas.

Max Weber também não poderia ter-se apercebido da dependência essencial do capitalismo contemporâneo das suas redes de comunicação, mas compreendeu bastante bem a sua natureza burocrática. As teorias da acção e da dominação weberianas permitem também entender melhor os processos da comunicação contemporânea, ao passo que as relações tensas da economia com a política são por ele bem apreendidas.

Essa tensão entre economia e política é exacerbada pela actual dinâmica do modelo comercial da comunicação e, por isso mesmo, faz sentido falar nos valores de liberdade e igualdade quando há uma injustiça fundamental a reger os usos actuais da comunicação na sociedade.

Torna-se imperioso recorrer aos valores éticos para recuperar o respeito pela pessoa humana, começando pelos seus direitos como cidadão, mas o conflito “entre os deuses do Olimpo” tem de ser superado referindo-os aos transcendentais

Entre esses direitos, alguns dos mais importantes são o direito a ser respeitado pelos outros, o da liberdade de expressão, e também o do acesso dos cidadãos a uma boa comunicação política, que não têm sido respeitados pela comunicação de natureza comercial.

A perspectiva ética de Max Weber, com a dimensão de responsabilidade (verantwortungsethik) perante a sociedade, tem assim uma surpreendente actualidade quando aplicada aos operadores comerciais da comunicação dos nossos dias.

Bibliografia

- « Etapas do Pensamento Filosófico», por Raymond Aron, Ed. Dom Quixote, Lisboa , 2000.
- « Teorias Sociológicas » (Antologia de textos), por M. Braga da Cruz, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001.
- « Les morales selon Max Weber», por Michel Ista, Les Éditions du Cerf, Paris, 1986.
- « L ' Internet et Après ? » por D. Wolton, Ed. Flammarion, Paris, 1999.
- « La Galaxia Internet », por Manuel Castells, Ed. Areté, Barcelona, 2001.

Estratégias de controle da mídia: o caso da radiodifusão no Estado Novo – 1937/1942

*Othon Jambeiro⁹⁵
Suzy dos Santos
Andréa Ribeiro
Amanda Mota
Eliane Costa
Fabiano Brito*

Introdução

O período compreendido entre o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, e a declaração de guerra às potências do eixo pelo Brasil, em 1942, é considerada uma fase de grande repressão à liberdade de pensamento em nossa história.

Neste período a imprensa sofreu severo controle por parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão cuja criação, em 1939, marcou a transformação da estrutura da comunicação de massa no País. A partir dele, até o final do século XX, os órgãos reguladores deixaram de ter função exclusivamente técnica, assumindo um caráter político que incluía a censura e a perseguição aos jornalistas, proprietários de órgãos de imprensa e concessionários de radiodifusão.

O controle da radiodifusão pelo Estado Novo ocorria de duas formas principais: a) através da concessão de emissoras de rádio; e b) a censura pelo DIP. O período é marcado também pela ascensão do rádio, cujo apogeu ocorre com os programas de auditório e radionovelas, financiados pela publicidade, liberada desde o decreto 21.111 de 1932, seguindo modelo de exploração comercial semelhante ao norte-americano.

Este texto faz uma análise das políticas e estratégias do Estado Novo para o controle e regulamentação da radiodifusão brasileira no período de 1937-1942. Para tanto, contextualiza-se aquele momento histórico, com as significativas mudanças nele ocorridas, e detalha-se as alterações sofridas na regulamentação da radiodifusão e seus reflexos sobre a sociedade e o

⁹⁵ Othon é pesquisador do CNPq e Professor Titular do Instituto de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da UFBA; Suzy é doutoranda do mesmo Programa; Andréa, Amanda, Eliane e Fabiano são bolsistas de Iniciação Científica do CNPq.

mercado nacional de comunicação de massa. São analisadas as legislações referentes ao setor, emitidas naquele período, e a organização, estrutura e funções do DIP, o mais importante órgão repressor do Governo Vargas, que atuou também como regulador dos meios de comunicação de massa, aí incluída a radiodifusão.

Pressupostos Teóricos da Regulação da Radiodifusão

A concepção de políticas de regulação começa a se desenvolver com a grande crise mundial do capitalismo, que teve o seu auge em 1929/30 e que marca toda a década de 30. A regulação inicia aí seu longo processo de consolidação, fruto do recondicionamento estrutural do Estado, feito em discordância com a teoria do liberalismo clássico. O novo estado é forte, propõe-se a intervir na economia e a organizar e controlar o mercado.

Além de regular a economia, os governos passam a desenvolver políticas de bem estar social, visando, antes de mais nada, à geração de emprego para a superação da recessão e controle do movimento operário – que crescia e forçava os governos capitalistas a atenderem suas reivindicações. A guerra mundial que se segue, consolida, ao seu final, o Estado de Bem-estar Social - um Estado forte e centralizador, que além de regular o mercado, elabora e executa políticas públicas. Ele sobrevive, hegemônico, no mundo ocidental, até o final da década de 70, quando a teoria do liberalismo clássico, revista e rebatizada de Neo-Liberalismo, é colocada em prática, inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, e posteriormente em quase todo o mundo.

No caso específico dos serviços de telecomunicações, a intervenção do Estado nasceu tendo como base a concepção de que aqueles serviços utilizam um bem público – o espectro eletromagnético – sendo, desta forma, normal e necessário o controle exercido pelo Estado, ou por entidade para este fim constituída. Esta concepção tornou-se comum em todo mundo, mesmo quando o uso desse espectro não tinha interesses comerciais. Dadas as limitações do espectro eletromagnético, que determina serem pouquíssimos os seus controladores, passou-se a escolher, por meio de critérios previa e publicamente construídos, entre os que se candidatavam a cada licitação.

Na radiodifusão, as concessões abrangem tanto aspectos técnicos de produção e transmissão, quanto a natureza e o conteúdo da programação a ser oferecida ao público. Padrões

técnicos relativos aos equipamentos utilizados são importantes porque deles depende o uso correto do espectro na prestação do serviço e a não interferência nas emissões dos concorrentes.

Outra justificativa diz respeito ao caráter intrusivo da radiodifusão, particularmente no que se refere às crianças e adolescentes. Daí têm resultado regulamentos - em alguns países mais, em outros menos - rigorosos, relativos à decência, violência, sexo, bebidas alcoólicas, drogas, produtos tóxicos etc.

A terceira justificativa é a que reconhece a universalidade da influência da radiodifusão, de onde deriva a necessidade de regulamentação sobre justeza e equilíbrio dos noticiários, imparcialidade política, não incitamento aos ódios racial, de classe, de etnia, de religião etc. Daí decorre também o direito de resposta e, onde existem comitês de monitoramento, o de famílias que se sintam prejudicadas recorrerem contra programas que julguem moralmente lesivos.

Países mais avançados em termos de estímulo e proteção aos direitos do cidadão e ao exercício da cidadania utilizam também como justificativa a necessidade de garantia de pluralismo e diversidade de programação, em cada emissora, não importando que haja, em determinado espaço geográfico, poucas ou muitas opções de serviços de radiodifusão.

Além destas justificativas mais gerais, outros fatores de natureza conceitual vêm sendo crescentemente levados em conta nos processos regulatórios nacionais e internacionais: a viabilidade financeira, particularmente onde haja inversão de dinheiro público; a possibilidade de excessiva concentração de meios numa só empresa; a necessidade de justa e efetiva competição pelo gosto e preferência do público; e o estabelecimento de claros e democráticos procedimentos para permitir que novos provedores tenham acesso ao espectro.

A regulação da radiodifusão tornou-se, assim, um processo pelo qual o Estado, através de seus poderes executivo e legislativo, estabelece o modo em que ela se organiza e opera, criando os meios para fiscalizar o cumprimento das normas, coibir e punir os abusos. Tanto a distribuição quanto o conteúdo passaram a ser fortemente controlados pelo Estado, através de regulamentos que, baseados em princípios diversos dos demais serviços de telecomunicações, incluem critérios culturais, econômicos e políticos.

Contexto histórico

Após três anos de Governo Constitucional, no qual Vargas era um presidente eleito indiretamente, pelo voto apenas dos constituintes de 1934, as novas eleições, previstas para 1938, desta vez diretas, estavam no centro do debate político. Além da sucessão presidencial, a guerra ideológica entre a ANL⁹⁶ e a AIB⁹⁷ tornava-se cada vez mais acirrada, inclusive com confrontos físicos nas ruas. Era um período de fortalecimento da esquerda em geral, com um grande crescimento do Partido Comunista, que pouco a pouco foi se tornando o principal grupo de oposição ao governo Vargas, já que com a Constituição de 34 os principais grupos divergentes paulistas foram se incorporando ao poder.

Após a Intentona Comunista⁹⁸, a preocupação e controle de Vargas sobre os comunistas tornou-se cada vez maior. A consolidação da União Soviética, a agressividade do Stalinismo na conspiração contra os regimes burgueses, e a disseminação dos ideais comunistas em oposição ao fascismo e ao nazismo europeus, tornavam tensa a situação mundial.

É justamente aproveitando este medo da suposta “ameaça vermelha” que Vargas vai impor um Estado de Sítio⁹⁹, fechando o Congresso, para logo depois anunciar o Golpe de Estado. Buscando motivos fortes para continuar no poder, ele anunciou a “descoberta” de um plano dos comunistas brasileiros, em aliança com os soviéticos, de tomada do poder para instalar uma sociedade socialista. O plano, forjado por auxiliares de Vargas, ficou conhecido como Plano Cohen¹⁰⁰ e foi inclusive apresentado à Imprensa com várias páginas escritas, contendo as ações que os comunistas pretendiam realizar na sua empreitada subversiva.

Em 2 de dezembro de 1937, um decreto fechou todos os partidos políticos, inclusive o Partido Integralista, que apoiava o governo, o que fez com que os integralistas tentassem um

⁹⁶ Aliança Nacional Libertadora, movimento de esquerda, de orientação marxista hegemônico pelo PCB – Partido Comunista do Brasil.

⁹⁷ Ação Integralista Brasileira, grupo de extrema direita, com forte inclinação nazi-fascista, liderado por Plínio Salgado.

⁹⁸ A Intentona Comunista foi uma tentativa de movimento insurrecional liderado pelo PCB, que, por desorganização da sua direção, acabou malograda e sem grande adesão, registrando-se ações em poucos lugares, entre eles Recife e Rio de Janeiro.

⁹⁹ Lei política que dá total controle ao governo sobre a sociedade civil, fechando o Congresso e suspendendo direitos constitucionais.

¹⁰⁰ Este nome era uma referência a um importante general comunista europeu, que ficou muito conhecido no ocidente pelos métodos bastante severos na luta contra seus inimigos. O uso de seu nome foi uma clara tentativa de estimular o medo entre a população.

golpe de estado, em maio de 1938. A tentativa fracassou. Foi mais um golpe de quartel e não conseguiu atingir seus objetivos. Depois disso o terror provocado pela repressão policial e as deportações fizeram com que durante algum tempo não houvesse resistência declarada ao novo regime. Foi o apogeu do Estado Novo (Basbaum, 1976).

Com todo o controle na mão, e sem o Congresso Nacional, que havia sido fechado, Vargas não encontra obstáculos para tornar sem efeito a constituição de 34, e outorgar uma carta constitucional escrita a uma só mão¹⁰¹, e com fortes conotações fascistas, quase uma cópia da Constituição Polonesa¹⁰². A ditadura do Estado Novo estabelece-se, em 10 de novembro de 1937, uma segunda-feira a noite, como a nova fase do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

O mundo é marcado pela vitória do nazi-fascismo em Portugal, com Salazar, e na Espanha, com Franco. O Japão ocupou a Coreia, a Mandchúria e a China. Na Itália, Mussolini ficou mais forte depois de vencer a Etiópia. Na Bélgica, Inglaterra e até nos Estados Unidos o fascismo ganhava forças. Hitler começou a invadir os países vizinhos anexando a Áustria, a Tchecoslováquia e a Polônia, o que levou a França e a Inglaterra, pressionadas pela opinião mundial, a declararem guerra à Alemanha e à Itália. Mas a declaração de guerra não parou a máquina nazista, que avançou sobre a Dinamarca, a Noruega, a Bélgica, a Holanda e logo chegou à França, em 1940.

O Brasil, que além de relações comerciais fortes com a Alemanha, tinha um regime com grande influência fascista, declarou-se neutro, usando como justificativa o fato de o país não ter interesses econômicos e políticos com os países em guerra. Mas depois da invasão da França pela Alemanha houve uma adesão aberta aos ideais nazi-fascistas e à Alemanha. O DIP proibia a exibição de filmes que de alguma forma falassem bem do regime liberal-democrata, proibindo o uso da palavra democracia em qualquer lugar. Internamente perseguia-se os comunistas e seus aliados, levando o Partido Comunista quase à extinção, em 1940.

As relações do Brasil com a Segunda Guerra Mundial estabeleceram-se num contexto em que o nosso país tinha relações comerciais estreitas com a principal potência do Eixo¹⁰³, a Alemanha, que antes da declaração de guerra feita pelo Brasil, era o principal importador de

¹⁰¹ Francisco Campos, à época acadêmico de direito, posteriormente deputado e Ministro da Justiça no Estado Novo.

¹⁰² Por este motivo esta constituição ficou conhecida como a Polaca.

¹⁰³ Nome pelo qual ficou conhecida a aliança entre Alemanha, Itália e Japão, durante a Segunda Guerra Mundial.

nossos produtos, ultrapassando inclusive os Estados Unidos (Sodré, 1964: 325-326). Porém, a partir de pressões norte-americanas, e de um contexto que tornou impossível a continuação dessa parceria comercial, viu-se o Brasil obrigado a tomar posição em favor das forças aliadas contra o Eixo. Em consequência passou a ter participação efetiva e direta na Segunda Guerra, inclusive enviando tropas. Essa tomada de decisão provocou uma nova fase, tanto nas relações internacionais, quanto na situação interna do país.

O Estado Novo e Seu Projeto Político

O governo instalado após a chamada Revolução de 30 mudou fortemente a estrutura do desenvolvimento brasileiro, tendo em vista ter criado as condições para o desenvolvimento do Estado capitalista brasileiro dentro da estrutura do capitalismo mundial. É justamente o que Octavio Ianni chama de *Subsistema Capitalista Brasileiro*, na medida em que o poder público passou a funcionar de forma a responder às “*exigências e as possibilidades estruturais estabelecidas pelo sistema capitalista vigente no Brasil, isto é pelo subsistema brasileiro do capitalismo*” (Ianni, 1996).

O ponto de vista de Ianni é importante para a compreensão deste período histórico brasileiro. Ele defende que até 1930 (antes da revolução) o Brasil estava organizado em termos de uma economia extremamente dependente, sendo liberal nas suas relações externas e oligárquico nas suas relações internas. Com a Revolução de 30 há uma ruptura política e se forma um novo bloco de poder com um projeto de economia nacional, mais especificamente de capitalismo nacional. Um projeto de Nação que, segundo o autor, se enraíza de 1930 a 1964:

Nos anos posteriores à Revolução de 30 alteraram-se as funções e a própria estrutura do Estado brasileiro. (...) O que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ele cria as condições para o desenvolvimento do Estado burguês como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês (idem, ibidem: 25).

Durante todo o governo Vargas o Estado brasileiro teve um desenvolvimento industrial progressista, tendo por base uma política econômica nacionalista e protecionista, através da criação de uma infra-estrutura que buscava possibilitar um desenvolvimento capitalista nacional alternativo ao capitalismo estrangeiro. Seu fundamento ideológico era centrado na maximização das funções do Estado, na concentração das decisões políticas, econômicas e mesmo

socioculturais, na figura do Presidente da República, no nacionalismo – via protecionismo comercial e forte regulação estatal – no autoritarismo e no corporativismo.

O Estado Novo, instalado por Vargas em 10 de novembro de 1937 fortaleceu esses pilares e iniciou um período de intensa repressão social, política e cultural.

Importante argumentar que neste período é muito difícil distinguir Estado, Governo Federal, Poder Executivo, Nação e interesses nacionais da figura de Getúlio Vargas. Os três primeiros, por estarem intrinsecamente identificados com a figura de Vargas; os dois últimos por sofrerem uma conotação ideológica autoritária e fascista tão grande que indicavam uma relação da Nação e dos interesses nacionais com as tomadas de decisão do Poder Executivo, personificado por Vargas, que por sua vez era, ao mesmo tempo, Estado e Governo.

O Golpe de 1937, segundo seus defensores, justificava-se pelo fato de o Estado brasileiro estar passando por uma desordem político-partidária que poderia conduzir a uma luta de classes, e da *“extremação de conflitos ideológicos, colocando a Nação sob a funesta iminência de guerra civil”* que, por sua vez, contraria *“as legítimas aspirações do Povo Brasileiro à paz política e social”*. Além disso, havia a necessidade de *“remédios”* contra a infiltração comunista e de *“preservação e defesa da paz social, da segurança nacional, do bem estar do Povo.”*

“A revolução brasileira determinara um brusca mudança de orientação em um ambiente social não adaptado e não preparado convenientemente para a nova ordem de coisas. Sete anos decorreram de 1930 a 1937 como uma hora na vida de uma nação. Era mister acabar de vez com os pruridos de desordem que, no campo moral cresciam à sombra dos extremismos sanguinários e, no material, repontavam em mazorcas que tentavam arremeter contra as mais puras tradições de nosso povo, destruindo-as como coisas inúteis, para melhor garantir a impunidade dos assassínios políticos. E o fantasma da desagregação rondava em torno do colosso que ainda mal acordara de um impalpável sonho de republicanismo”(Falcão, 1934).

Não só o comunismo era criticado e considerado desagregador do Estado Nacional, mas também a democracia liberal. Paulo Figueiredo (1941), um dos pretensos ideólogos do Estado Novo, a condena por considerá-la vazia do aspecto moral: *“(...) a democracia liberal, que, sem um sentido ético, fugiu do humano, transformando-se num corpo estranho à vida (...)”*.

Na verdade, o autor expressa sinteticamente a visão do Estado Novo segundo seus defensores. Para eles havia três tipos de Estados, sendo o Estado Novo definido enquanto um meio termo, ou seja, estaria entre duas formas de Estado extremos: de um lado o Estado liberal,

que desumaniza, na medida em que se afasta da pessoa humana, “(...) *atitude aliás conseqüente, pois que o liberalismo é agnóstico e ateológico, atomítico, individualista e neutro*”; do outro estaria o Estado comunista, que obedece “(...) *a uma filosofia humanista, retornando ao homem, humanizando-se, constituindo, assim, um “clima” favorável à pessoa humana, em função da qual procura atuar*”.

Entre os dois, o Estado Novo não dividia “*o mundo em categorias paralelas e irredutíveis, antes vendo-o como um todo homogêneo, vivo, harmonioso, e pondo as coisas no homem, isto é, tentando ordenar os valores políticos, sociais e econômicos em quadros humanos, vai a política getuliana, nessa integração necessária de valores e na sua redução ao humano, plantando uma ordem existencial em que será possível aos homens o caminho da plenitude.*” (idem, *ibidem*)

Assim, o homem no Estado Novo não é esquecido, como no Estado liberal, nem lembrado, segundo o autor, para ser aniquilado pelos regimes totalitários. Antes, “*Humano, o Estado Nacional serve ao homem, que nele se dilata, nele se completa, nele se realiza*”.

O texto evoca, também, o cristianismo, na verdade um humanismo cristão, pressuposto fundamental para uma política humana, para a existência da verdadeira democracia:

“(...) a democracia só poderá ser no cristianismo, o único sistema que se interessa pelo homem, que vê o homem como pessoa e a sociedade como uma pessoa de pessoas humanas. (...) Como se deduz, a democracia há-de ser uma democracia orgânica, qualitativa, cristã. Há-de ser uma democracia muito diferente de uma demagogia que era a liberal democracia (...). Daí se conclui que fora do cristianismo é impossível uma civilização verdadeiramente democrática”.

E continua:

*“(...) foi isso o que compreendeu o presidente Getúlio Vargas ao dizer ‘é sobre a sólida formação cristã das consciências, é sobre a conservação e defesa dos mais altos valores espirituais de um povo que repousam as garantias mais seguras da sua estrutura social e as esperanças mais fundadas da grandeza, estabilidade e desenvolvimento das suas instituições’, e ao reconhecer que ‘o brasileiro possui nos fundamentos cristãos do seu caráter qualidades preciosas de adaptação e aperfeiçoamento moral’, qualidades que, ‘cultivadas e disciplinadas, fortalecidas pelo ideal de alcançarmos um estágio superior de civilização’, farão do brasileiro ‘o homem do futuro, o homem apto a integrar-se numa vida social mais perfeita e feliz’” (idem, *ibidem*).*

Paulo Figueiredo, em outro artigo, intitulado “O Estado Brasileiro e o Sentido do Nacionalismo”, define o Estado Novo como Estado síntese, isto é, um Estado que se encontra em

um estágio superior ao Estado Liberal (tese) e ao Estado Totalitário (antítese). Já Olavo Oliveira, no artigo “O Estado Novo e o Seu Presidente”, caracteriza Getúlio Vargas como inventor do Socialismo Brasileiro.

A contextualização dessas definições nos leva a compreender o empenho dos defensores do Golpe de 37 em caracterizar o Estado daí advindo como sintetizador dos interesses coletivos, harmonizador, pacificador dos interesses de cada membro que compõe a nação brasileira.

É perceptível a personificação de Getúlio Vargas como salvador, o chefe que levaria o Brasil ao rumo certo, através da defesa da moral, dos bons costumes da família brasileira. Esta personificação já tinha sido concretizada, inclusive legalmente, no fortalecimento do Executivo pela Constituição de 1937. Ele é visto também como o único capaz de desenvolver uma política nacionalista, com a garantia da soberania brasileira e da unidade da Pátria.

O fortalecimento do executivo era justificado pelos perigos que, segundo os defensores da Ditadura instalada em 1937, ameaçavam a unidade nacional, particularmente a desagregação das instituições sociais, políticas e econômicas, provenientes do privatismo, do localismo e do crescimento do movimento comunista. Contra isto, a nova Constituição estabeleceu como seus objetivos: “*assegurar à Nação a sua Unidade e o respeito à sua Honra e à sua Independência; assegurar ao Povo Brasileiro, em regime de paz política e social, as condições de Segurança, de Bem Estar, de Prosperidade*”

A Constituição de 37

Fruto de uma visão autoritária de governo, a quarta Constituição brasileira tinha caráter ditatorial e fascista, dispensava o congresso e concentrava nas mãos do Presidente os poderes legislativo, executivo e judiciário. O texto constitucional atribuía ao Presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, além de expedir os decretos que regulamentam a execução das mesmas¹⁰⁴. O Brasil passava a se enquadrar às movimentações no âmbito mundial, onde o estado liberal era questionado pelo socialismo e pelo nazi-fascismo, movimentos que tendiam a centralizar no Estado a problematização e solução das questões sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade. No âmbito mundial, condenava-se o liberalismo econômico e

¹⁰⁴ Art. 74, a).

no âmbito nacional buscava-se o caminho para o desenvolvimento de um capitalismo nacionalista.

A constituição “Polaca” reflete bem esse quadro. Vejamos seus principais pontos:

1. Extinguiu o Federalismo, desaparecendo também os governadores, substituídos por interventores, nomeados pelo Presidente;
2. Extinguiu a independência e pluralidade dos sindicatos: cada categoria profissional só poderia ter um sindicato, cujos estatutos e diretoria passaram a ser aprovados pelo Ministério do trabalho;
3. Proibiu greves.
4. Permitiu ao governo (artigo 177) aposentar ou demitir funcionários cujas atividades e pensamentos não estivessem de acordo com os do governo.

A Constituição previa um Plebiscito (artigo 157) para consultar o povo sobre a Constituição, o que nunca foi realizado.

Além disso, deu-se mais força ao poder de intervenção do Estado e ao nacionalismo, bases constitucionais para o fascismo, o autoritarismo e o corporativismo, e para a intolerância política e cultural, a censura e a repressão que se estabeleceram no país.

De um ponto de vista geral a Constituição de 1937 repete em muito a Constituição de 1934, pelo menos no que diz respeito à regulação da radiodifusão, embora apresente novidades quanto ao controle ideológico das empresas concessionárias. Verifica-se, desta forma, que a Constituição de 1937 é um prolongamento autoritário da de 1934. Exemplos disto são os dispositivos relativos à liberdade de expressão, a saber:

1. A Constituição de 1934 garante a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à inviolabilidade do sigilo da correspondência, assim como a livre manifestação do pensamento, exceto em espetáculos e diversões públicas. A permissão para a publicação de livros e periódicos também é livre, mas em todos estes casos é deixado claro que não será tolerada propaganda de guerra, nem estímulos violentos para subverter a ordem social (art. 113). Ou seja, basta o governo considerar um ato como subversivo, para a censura entrar em cena.
2. O artigo 122 da Constituição de 1937, tratando do mesmo assunto, condiciona a liberdade de opinião limitando-a de forma que a inviabiliza na prática. A inviolabilidade da

correspondência é garantida para os brasileiros residentes no país, sendo válida também para a inviolabilidade do domicílio, mas ambas são relativas, vez que são permitidas “exceções”, expressas em lei. Da mesma forma, o direito à expressão do pensamento, oralmente, por escrito ou por imagens, é mantido, salvo prescrições de lei, como: garantia da paz, ordem e segurança nacional; defesa da moralidade pública, dos bons costumes e da infância e juventude; proteção do interesse público, bem estar do povo e segurança do Estado. Ou seja a Censura é uma realidade não disfarçada.

Tanto do ponto de vista político quanto do da radiodifusão, a Constituição de 1937 amplia o controle social, que já era verificado na Constituição de 1934. Mantém a competência privativa da União sobre a manutenção dos serviços de Correios, e sobre a exploração – também possível através de concessão à terceiros - dos serviços de radiocomunicação¹⁰⁵ e telégrafos¹⁰⁶, já registrada na Constituição anterior.

Outra disposição mantida da constituição anterior é a que diz respeito a proibição aos membros do Parlamento Federal de “*exercer qualquer lugar de administração ou consulta ou ser proprietário ou sócio de empresa concessionária de serviço público...*” (Art. 44, c).

A Carta do Estado Novo dispõe também sobre a necessidade de se regular a imprensa por lei especial, apresentando princípios norteadores como: a imprensa exerce função de caráter público; deve assegurar direito de resposta gratuitamente aos que forem atacados injustamente; não pode ser anônima; deve ter no seu diretor o responsável jurídico, sob pena inclusive de prisão, de tudo que é publicado, entre outros¹⁰⁷.

Ainda da Constituição de 1934 são mantidos idênticos os artigos 136¹⁰⁸, que diz respeito ao controle administrativo das empresas concessionárias por brasileiros, 137¹⁰⁹, que controla a cobrança das tarifas dos serviços públicos explorados por concessão, e 135¹¹⁰, que define porcentagem mínima de empregados brasileiros nos serviços explorados por concessão.

Por fim, pode-se afirmar que, do ponto de vista formal, o regime ditatorial de Vargas, o Estado Novo, tentava manter uma aparência de regime constitucional, antecipando, assim, o

¹⁰⁵ Nome equivalente ao que hoje se denomina de serviços de telecomunicações.

¹⁰⁶ Art. 15, VI e VII.

¹⁰⁷ Art. 122, parágrafo 15.

¹⁰⁸ Idem ao Art. 146 da Constituição de 34.

¹⁰⁹ Idem ao Art. 147 da Constituição de 34.

¹¹⁰ Idem ao Art. 153 da Constituição de 34.

mesmo cuidado que teve a ditadura militar implantada em 1964, na Constituição promulgada em 1967.

A Regulação da Radiodifusão Através de Decretos

Durante o período compreendido entre 1937 e 1942, foram publicados seis Decretos (1.915/39, 5.077/39, 1.949/39, 4.701/42, 4826/42 e 4828/42) referentes à regulação do serviço de radiodifusão. Tratavam, em essência, da criação de mecanismos de controle e repressão à liberdade de expressão no país.

Em 27 de Dezembro de 1939, o Decreto 1.915 criou o Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP, um serviço de informação e contra-informação cuja principal missão era fazer a propaganda do regime, interna e externamente:

Art. 2º - O D.I.P. tem por fim:

a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional.

(...)

d) estimular a produção de filmes nacionais;

(...)

f) sugerir ao Governo a isenção ou redução de impostos e taxas federais para os filmes educativos e de propaganda, bem como a concessão de idênticos favores para transporte dos mesmos filmes.

g) conceder, para os mesmos filmes, outras vantagens que estiverem em sua alçada.

h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos no sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais.

i) colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país.

(...)

o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências,

exposições demonstrativas das atividades do Governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras.

p) organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do Governo.

Cuidava da construção da imagem de Vargas junto ao povo, como defensor dos interesses nacionais, mostrando-o preocupado com as necessidades da população e realizador de suas aspirações. Tratava-se, na verdade, de uma estratégia de estabelecimento de culto à personalidade, típico dos regimes fascistas. Na base da estratégia, em termos de ação política, desenvolvia-se sistematicamente o que veio a ser chamado posteriormente de populismo, uma simulação de defesa dos interesses populares, a partir do conceito de população como conjunto homogêneo, isento de luta de classes.

É importante assinalar também que uma das atividades mais permanentes do DIP era a censura à mídia e às expressões culturais, artísticas e literárias:

Art. 2º - O D.I.P. tem por fim:

(...)

c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei.

(...)

n) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral.

(...)

q) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos.

O Decreto n.º 5.077, de 29 de dezembro de 1939, aprova o regimento do DIP, subordinando-o diretamente ao Presidente da República e dando-lhe como missão “a *elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade*

espiritual e da civilização brasileira, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste regimento”.

A estrutura do DIP compreendia cinco divisões e seis serviços auxiliares, estes últimos “para atender às necessidades comuns”:

- A) Divisões de Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo, e de Imprensa.
- B) Serviços de Comunicações, Contabilidade e Tesouraria, Material, Fimoteca, Biblioteca e Discoteca.

As Divisões eram a executoras das atividades fim do órgão e eram o que importava, como se pode verificar pelas competências das principais dentre elas:

À Divisão de Divulgação competia, entre outras atividades, elucidar a opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime; interditar livros e publicações; combater por todos os meios a penetração ou disseminação de qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional; fornecer aos estrangeiros e brasileiros uma concepção mais perfeita dos acontecimentos.

À Divisão de Rádio-Difusão competia: fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras para serem musicadas; organizar o programa “Hora do Brasil” para ser obrigatoriamente retransmitido por todas as emissoras de rádio.

A Divisão de Cinema e Teatro se encarregava de: censurar os filmes, fornecendo certificado de aprovação após sua projeção perante os censores da Divisão; censurar previamente e autorizar ou interditar peças teatrais, representações de variedades, execuções de bailados, pantomimas e peças declamatórias, apresentações de préstitos, grupos, cordões, ranchos e estandartes carnavalescos. Censurava também funções recreativas e esportivas de qualquer natureza.

Por fim, a Divisão de Imprensa cuidava diretamente da censura à imprensa e da autorização prévia de circulação de publicações periódicas.

O estreito controle da mídia no Brasil de Vargas era centrado na questão ideológica, especialmente no que se referisse à imagem pública do Estado. O Decreto-Lei 1949, de 30 de dezembro de 1939, definiu, por exemplo, que os jornais e quaisquer outras publicações periódicas tinham como função “*contribuir, por meio de artigos, comentários, editoriais e toda a espécie de noticiário, para a obra de esclarecimento da opinião popular em torno dos planos de reconstrução material e de reerguimento nacional*”¹¹¹. Este mesmo Decreto cria o Conselho

¹¹¹ Art. 2°

Nacional de Imprensa, com seis membros, sendo três nomeados pelo Presidente da República e os outros três indicados por entidades de imprensa. O Conselho passou a ser um órgão colegiado deliberativo ligado à Divisão de Imprensa do DIP.

O mesmo Decreto estabelece medidas de controle da imprensa nacional e estrangeira, tornando obrigatório o registro no DIP de todos os correspondentes estrangeiros, residentes ou em trânsito, das empresas de publicidade e oficinas gráficas. Além disso, os correspondentes estrangeiros não podiam enviar suas notícias aos jornais brasileiros e tinham de fornecer cópia autenticada de todas as notícias e informações que remetessem para o exterior.

Era proibida a publicação de notícias ou comentários que, entre outras conseqüências, pudessem “*criar conflitos sociais, de classe ou antagonismos regionais*”. As pessoas físicas ou jurídicas, proprietárias dos jornais, tinham que informar ao DIP o nome, a idade, o estado ou domicílio do diretor, do redator que o substituísse eventualmente, do secretário da redação, da pessoa ou empresa proprietária do veículo. Também deviam informar a gráfica onde o jornal seria impresso.

O Decreto estabelece igualmente o controle do cinema, do teatro e diversões públicas, da radiofonia, dos programas, das empresas de diversões públicas, dos artistas e auxiliares teatrais. O cinema passa a ser encarado como instrumento deflagrador da política ideológica do Governo Vargas, e por conta disso ganha importância no reforço do sentimento de “*amor à Pátria*”, à “*família*” e do “*respeito às instituições*”.

O Decreto-Lei autoriza o uso de propaganda comercial na radiodifusão por até 20% do tempo total de irradiação de cada programa, intercalando-os. As punições aos mídia estavam previstas para as seguintes situações:

- a) quando forem divulgados, com intuítos de exploração, assuntos militares;
- b) quando procurarem perturbar a harmonia do Brasil com as nações estrangeiras;
- c) quando ficar provado que auferiram compensações materiais para combater os interesses nacionais e leis do país;
- d) quando fizerem direta ou indiretamente campanha dissolvente e desagregadora da unidade nacional;
- e) quando divulgarem segredos de Estado que comprometam a tranqüilidade pública ou sejam contrários aos interesses do país;
- f) quando provocarem animosidade, descrédito ou desrespeito a qualquer autoridade pública;

- g) nos casos de inobservância das normas e instruções dos serviços competentes, em matéria de imprensa;
- h) quando tentarem diminuir o prestígio e a dignidade do Brasil no interior e no exterior, o seu poder militar, a sua cultura, a sua economia e as suas tradições;
- i) quando fizerem a propaganda política de idéias estrangeiras contrárias ao sentimento nacional;
- j) quando provocarem desobediência às leis ou elogiarem uma ação punida pela justiça” (Art. 131).

O Decreto 4701, de 17 de Setembro de 1942, dispunha sobre o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios, ao qual o Governo, por considerar que tal comércio era de Segurança Nacional, passou a impor restrições de transações. Não se podia, por exemplo, “*transacionar com súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas, nem mesmo sob a forma de doação ou permuta*” (art. 2º). Este Decreto foi uma das conseqüências da entrada do Brasil na Guerra, fato que levou o país a deixar de comercializar com a Alemanha e o Japão, países de que tinha sido importante parceiro comercial nos anos 30.

O Decreto-Lei 4.826, de 12 de outubro de 1942, que regula a exploração da distribuição e venda de jornais, enfatiza as propostas nacionalistas, tão fortes na época, na medida em que impõe limites para a distribuição e venda de publicações, assim como as licenças para a exploração de bancas de jornais e revistas, estas como aquelas sendo liberadas somente mediante comprovação de que o interessado era brasileiro nato.

O Decreto 4828, de 13 de outubro de 1942, aproveita a entrada do Brasil na guerra contra o Eixo para reforçar o controle sobre a mídia. Se antes tal controle se fazia de maneira indireta, via DIP, a partir deste Decreto passou a ser feito direta e claramente, e em bloco:

“Art. 1.º Durante o estado de guerra e tendo em vista as necessidades da ordem pública civil, ficam coordenados, a serviço do Brasil, todos os meios e órgãos de divulgação e de publicidade existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, forma, caráter, processo, propriedade ou veículo de subordinação.”

“Art.2º Ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores competem, em geral, as atribuições indispensáveis à coordenação referida no art. 1º, que objetiva:

- *excluir da divulgação e publicidade assuntos julgados inconvenientes aos interesses, aos compromissos, à ordem, à segurança e à defesa do Estado;*

- *determinar a divulgação e publicidade do que, em vista do estado de guerra, convenha a incentivação da harmonia dos povos do Continente, da mobilização espiritual dos brasileiros e à segura elucidação dos problemas políticos ou administrativos que interessem ao conhecimento público;*

(...)

(...)

- *providenciar para que as informações e noticiários oficiais, sejam uniformes em todo o país, afim de evitar erros, divergências ou superfluidades inconvenientes à unidade nacional e ao exato esclarecimento da opinião pública.”*

Tratava-se, pois, de controlar ferreamente a mídia e, através dela, pela manipulação das informações, a opinião pública nacional e estrangeira. Explicitava-se, assim, o dualismo do Governo Vargas naquele contexto: entra na guerra ao lado das Forças Aliadas contra o nazifascismo europeu, que ameaçava colocar todo o mundo sob domínio ditatorial, mas, ao mesmo tempo, mantém em seu Governo as raízes, os referenciais político-ideológicos e as ações típicas de regimes fascistas.

O Rádio no Período 37-42

Neste período o rádio começava a se tornar um veículo massivo e comercial. Em setembro de 1935, Guglielmo Marconi foi trazido ao Brasil para inaugurar a primeira estação de rádio ‘Associada’, a PRG-3, Rádio Tupi do Rio de Janeiro, também chamada de “o Cacique do Ar”. Neste mesmo ano foi inaugurada a estação de rádio mais potente da América Latina, a Rádio Farroupilha, de Porto Alegre. A marca de ‘rádio mais potente do continente’ foi rapidamente ultrapassada por Assis Chateaubriand quando, em 1937, lançou a Rádio Tupi de São Paulo, chamada de a “Mais Poderosa”, com um transmissor de 26 quilowatts que alcançava todo o país, e até o exterior, através de ondas curtas. Este seria o marco inaugural na formação da primeira

rede nacional de multimídia no país: os Diários e Emissoras Associados, criada em 1938 e que chegou aos anos 70 com dezenas de emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas¹¹².

Através do Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP, o Governo Vargas controlava os veículos não oficialistas. Além da proximidade com empresários do setor, como Chateaubriand, o governo também optou pela operação direta de radiodifusão. Em 1940 a emissora de maior audiência e principal concorrente das Tupis, a Rádio Nacional¹¹³, foi encampada. Apesar do controle estatal, a Rádio Nacional seguiu uma lógica de funcionamento privada, mantendo o financiamento através de publicidade e a programação que priorizava o entretenimento. Foi ela, por exemplo, que exibiu a primeira rádio-novela do país, em 12 de julho de 1941: *Em Busca da Felicidade*, que durou três anos e foi seguida por um dos maiores sucessos na dramaturgia de radiodifusão: *O Direito de Nascer*.

A Tupi estreou o primeiro jornal falado do rádio brasileiro, o *Grande Jornal Falado Tupi*, em 1940. Mas, apesar do porte dos Diários e Emissoras Associados, este era um período de intensa concorrência entre as rádios Tupi, Nacional e Record. O *Repórter Esso*, considerado o noticioso mais importante do rádio nacional, foi ao ar às 12h45min, de 28 de agosto de 1941, pela PRB-9 Record de São Paulo. Este noticiário tornou-se muito popular e acreditado, chegando-se a dizer que o público só acreditava nas notícias se confirmadas pelo *Repórter Esso*.

Em 1937 o rádio já tinha se consolidado como importante instrumento de comunicação de massa. Superada sua fase amadorística, as emissoras haviam iniciado uma evolução que as fazia, crescentemente, aglutinadoras da vida em sociedade, transmitindo as informações e os valores da sociedade urbana ao mundo rural brasileiro. Consolidavam-se, assim, como instrumentos culturais, difusoras de informações e formadoras de opinião.

Torna-se relevante explicitar que o rádio, transformado no primeiro meio de comunicação de massa na sociedade brasileira, integrado ao desenvolvimento urbano e industrial, torna-se um importante ator na relação produção-consumo, ou seja, passa a agir como instrumento de divulgação de produtos voltados para o consumo de massa.

¹¹² “Ao batizar também ela com um nome indígena, Chateaubriand iniciaria uma interminável série de ‘Tamoios’, ‘Potis’ e ‘Tupãs’, fruto de sua paixão pelos índios brasileiros, até apelidar toda a rede de ‘taba Associada’”(Morais, 1994, p. 364).

¹¹³ Assim como todas as empresas do grupo *A Noite*.

Conclusão

O período do Estado Novo constituiu-se no grande momento da consolidação do rádio no Brasil. Ele tinha sido regulado, nos anos 1931-1934, para atuar nos padrões comerciais estabelecidos nos Estados Unidos e recebeu enorme impulso das agências de publicidade americanas que para cá vieram nos anos 30. Em conseqüência tornou-se um aliado dependente do sistema industrial e comercial da economia, uma ligação entre a produção e o consumo de bens.

A ditadura de Vargas criou um ambiente sócio-econômico favorável ao crescimento do rádio, inclusive porque o novo veículo de massa servia aos propósitos de propaganda do regime e controle da população, através, principalmente, do direcionamento da informação e da contra-informação. Além disso, a economia teve intenso crescimento, notadamente o setor industrial, intensivamente concentrado no centro-sul do país, graças a investimentos de infra-estrutura feitos pelo governo central. O Estado Novo adotava uma postura antiliberal, nacionalista e centralizadora. Através do Departamento de Imprensa e Propaganda o Estado veiculava o seu projeto político-ideológico, procurando firmá-lo como socialmente dominante. Para tais fins a imprensa e o rádio desempenharam um papel importante devido à grande penetração e alcance público.

Com a rápida industrialização do centro sul brasileiro, o mercado para bens de consumo expandiu-se gradualmente para outras partes do país, levando consigo novas emissoras de rádio. A programação destas passou a voltar-se para programas de auditório, radionovelas e humorismo, sempre com patrocínio de produtos industriais. Tudo isto se tornou possível com o apoio do governo ditatorial de Vargas que, como vimos, criou, inclusive, uma emissora estatal – a Rádio Nacional.

A relação do Brasil com os países envolvidos na Segunda Guerra Mundial era inicialmente estreita. O Brasil mantinha fortes relações comerciais com a Alemanha, porém declarava-se neutro. Posteriormente, houve uma disfarçada adesão aos ideais nazi-fascistas somente rompida com as pressões norte-americanas, que terminaram por levar o Brasil a deixar de apoiar as potências do Eixo, enviando até tropas de ajuda às forças aliadas.

No período compreendido entre 1937 e 1942 foram publicados seis decretos que regularam a radiodifusão e exerciam controle e repressão da liberdade de expressão. Vale destacar a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, um órgão com caráter

ensor que divulgava a ideologia do governo Vargas dentro e fora do país. Através desses decretos percebe-se uma intenção explícita de controle e censura da produção cultural, artística, literária, jornalística e quaisquer outros tipos de informação. O braço controlador do Estado atingia, inclusive, as diversões públicas, como desfiles carnavalescos, por exemplo.

Com a constituição de 1937, o Estado cria mecanismos legais de intervenções excepcionais, como nos casos de interesse da segurança nacional. Marca do período Vargas, a censura, que já fazia parte da Constituição de 1934, tem seus poderes grandemente ampliados na de 1937. A liberdade de expressão, através da radiodifusão, já estava sujeita à censura na Constituição de 1934, mas na Carta de 1937 ela é submetida duramente ao Poder Executivo todopoderoso. Na verdade, com a desculpa da defesa da moralidade pública, dos bons costumes, da segurança nacional pode o governo interferir em qualquer atividade na qual se exercitasse a liberdade de expressão prevista na Constituição.

A Carta de 1937 manteve o forte intervencionismo e o nacionalismo presentes na cultura política que a Revolução de 30 estava tentando inocular no Estado brasileiro. Ambos eram manifestações de uma época, na qual condenava-se, no âmbito mundial, o liberalismo econômico, e no âmbito nacional caminhava-se para o desenvolvimento de um capitalismo nacionalista. Mas, a Constituição de 1937 também foi uma forte manifestação do fascismo, do autoritarismo, do corporativismo, expressões, também, da mesma época, onde a intolerância política e cultural, a censura e a repressão caminhavam juntas nas materializações de várias ideologias.

Bibliografia

Anuário Estatístico do Brasil (1938), Ano 4, Rio de Janeiro, IBGE.

Baleeiro, Aliomar e Sobrinho, Barbosa Lima (1999). *Constituições Brasileiras: 1946*. Brasília: Senado Federal.

Basbaum, Leôncio (1976): *História Sincera da República – 1930 a 1960*. São Paulo, Ed. Alfaômega.

Boyer, Robert (1990). *A Teoria da Regulação : Uma Análise Crítica*. São Paulo: Ed. Nobel.

Falcão, Edmilson Rêgo: Getúlio Vargas e a Unidade Nacional. In *Revista de Ciência Política*, fascículo 5, Vol I, março de 1941, p. 127-132..

Fausto, Boris (1997): *Historia do Brasil* . São Paulo: Edusp.

Fausto, Boris (1991): *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano – Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil.

Federico, Maria E. B. (1982): *História da Radiodifusão: Rádio e TV do Brasil*. Petrópolis: Ed.: Vozes.

Figueiredo, Paulo Augusto (1941): A Pessoa Humana no Estado Nacional. In *Revista Cultura Política*, n.34, p.18-34.

Figueiredo, Paulo Augusto (1942): O Estado Brasileiro e o Sentido do Nacionalismo. In *Revista Cultura Política*, Ano 2, n. 13, março.

Goulart, Silvana (1990): *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo, Ed.: Marco Zero.

Ianni, Octavio (1996): *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Morais, Fernando (1994): *Chatô: o Rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Oliveira, Olavo (1941): *O Estado Novo e o seu Presidente*. In *Revista de Ciência Política*, fascículo 4, vol. II, maio.

Poletti, Ronaldo (1999): *Constituições Brasileiras*, vol. III – 1934, Brasília: Senado Federal.

Porto, Walter Costa (1999): *Constituições Brasileiras*, vol. IV – 1937, Brasília: Senado Federal.

Prado Jr, Caio (1998): *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed.Brasiliense.

www.cebela.org.br: Capítulo sobre o Governo Vargas – 30/45

La política radiofónica en España (1996-2003)

Isabel Fernández Alonso*

Cuando el Partido Popular accedió al poder, en marzo de 1996, se encontró con un mercado radiofónico oligopólico, claramente dominado por tres cadenas: la SER (Sociedad Española de Radiodifusión), la Cadena de Ondas Populares Españolas (COPE) y Onda Cero Radio, controladas, respectivamente, por PRISA, la Conferencia Episcopal y la Organización Nacional de Ciegos Españoles (ONCE).

Actualmente la SER continúa en la órbita de PRISA¹¹⁴ y la COPE sigue teniendo a la Conferencia Episcopal como principal accionista¹¹⁵, mientras que Onda Cero pasaba a manos de Telefónica en mayo de 1999 y era adquirida por Antena 3 Televisión en marzo de 2002.

Telefónica Media compró en 1999 a la ONCE, por 18.000 millones de pesetas, el 100% de las acciones de Uniprex, la sociedad propietaria de las 102 emisoras que entonces prestaban servicio como Onda Cero Radio, y, al grupo editor de *La Voz de Galicia*, el 100% de la Cadena

* Profesora de Estructura de la Comunicación de Masas en el Centro de Estudios Superiores Felipe II de Aranjuez (Madrid) y de Estructura del Sistema Audiovisual en la Universidad Católica de Murcia. Investigadora del Instituto de la Comunicación de la Universitat Autònoma de Barcelona.

¹¹⁴ En 1991 el grupo presidido por Jesús de Polanco se convertía en accionista único de esta cadena (era el mayoritario desde mediados de los ochenta), al venderle el Estado el 25% de las acciones que poseía desde 1975, fecha en que la SER y la Cadena Radio Intercontinental se habían visto obligadas a ceder ese porcentaje de títulos para asegurarse la renovación de sus licencias de emisión.

En 1992 Javier Godó, accionista mayoritario de Antena 3 Radio (entonces la cadena más combativa con el Gobierno socialista, que había surgido a raíz del Plan de Frecuencia Modulada de 1979), llegaba a un acuerdo con PRISA para la gestión conjunta de sus negocios radiofónicos. Este acuerdo se concretó en 1993 con la creación de la Sociedad de Servicios Radiofónicos Unión Radio S.L., en la que Godó se reservaba el 20% de las acciones. En 1994 un grupo de profesionales de la antigua Antena 3 Radio interponía un recurso contencioso administrativo contra este proceso de concentración, que había recibido el visto bueno del entonces Gobierno socialista, y que, según este grupo, vulneraba la normativa sobre competencia. El recurso fue estimado por el Tribunal Supremo en junio de 2000 y a principios de 2003 aún no se ha terminado de ejecutar la sentencia, debido a los varios recursos interpuestos por las empresas implicadas en el proceso. Actualmente las emisoras gestionadas por Unión Radio (140 son propiedad de la SER, 81 de Antena 3 Radio, y 193 están sujetas a distintos acuerdos de asociación) permiten a esta empresa la difusión de hasta siete programaciones: la generalista Cadena SER, y las radiofórmulas 40 Principales, Cadena Dial, M80 Radio, Sinfo Radio, Radiolé y Máxima fm (www.prisa.es).

¹¹⁵ Si bien, Radio Popular S.A., la compañía que gestiona las emisoras de la COPE, cuenta con varios socios minoritarios, que se reparten los títulos que no controla directamente la Conferencia Episcopal. Se trata de diócesis, padres dominicos, jesuitas, *Diario de Navarra*, Caja de Ahorros Monte de Piedad de Córdoba y los grupos de comunicación Planeta y Correo Prensa Española (www.cope.es).

Voz de Radiodifusión, por 2000 millones¹¹⁶. Estas operaciones se enmarcan en un proceso de expansión del operador de telecomunicaciones hacia el mercado mediático, un proceso que se frenaría a partir de la llegada de César Alierta a la presidencia de Telefónica, y que bien se puede interpretar como un intento, promovido por el Gobierno, de crear un gran grupo de comunicación capaz de competir con PRISA.

Telefónica mantuvo tras la compra de Onda Cero, entre otros, los acuerdos de asociación de esta cadena con Radio Blanca (el bloque de emisoras propiedad de Blas de Herrero) y con Onda Rambla (el grupo de emisoras del periodista Luis del Olmo). Particularmente tensas resultaron las negociaciones -por discrepancias de índole económica- con Blas de Herrero, que no se concretaron hasta enero de 2001, fecha en que se selló un convenio para el lanzamiento de la radiofórmula Kiss FM, que emite desde abril de 2002¹¹⁷, un mes después de que se cerrase la venta de Onda Cero a Antena 3 Televisión.

Al ser Telefónica entonces el principal accionista de la empresa de televisión, el cambio de manos de Onda Cero se presentó como una operación de ingeniería financiera para sanear las cuentas de Admira (antigua Telefónica Media), muy dañadas por las continuas pérdidas de Vía Digital. No obstante, parece verosímil (y complementaria) la interpretación que hace Fermín Núñez en *El Siglo* (14.1.2002) cuando afirma que tras esta venta "se esconde otra razón de peso: impedir que Pedro J. acabe adueñándose directa o indirectamente de la emisora". Y ello porque en enero de 2001 se había firmado un acuerdo entre Onda Cero y la editora de *El Mundo* -en el que también participó Recoletos- por el que las once emisoras vinculadas al diario que dirige Pedro J. Ramírez se asociaban a Onda Cero, pasando el rotativo a participar en la elaboración de los informativos de la cadena radiofónica, tarea que actualmente ha asumido Antena 3 Televisión. Además -siguiendo esta línea argumentativa-, el presidente de Telefónica, César Alierta, aunque siempre ha pretendido deshacerse de la filial de medios del operador de telecomunicaciones, no habría aceptado hacerlo al precio que se habría podido permitir Unidad Editorial, la compañía editora de *El Mundo*.

¹¹⁶ En el momento de la compra de la Cadena Voz, Telefónica firmó también un acuerdo de asociación con Voz de Galicia Radio, una sociedad que contaba en ese momento con 23 emisoras en la Comunidad gallega. Cfr. *Noticias de la Comunicación*, mayo de 1999, p. 30.

¹¹⁷ Blas de Herrero obtuvo todas las concesiones (en torno a 70) a raíz del Plan de FM de 1989, directamente o a través de personas y empresas próximas, en un proceso que fue ampliamente cuestionado por la manifiesta vinculación entre gran parte de los beneficiarios y el partido en el Gobierno (Bonet, 1995: 276-277).

Pero no es objeto de este artículo el análisis de la propiedad de las empresas de radio en España, sino de las políticas que les afectan. Por ello prestaremos especial atención a las dos disposiciones legislativas más relevantes que atañen a la radiodifusión española en el periodo 1996-2003 y a las implicaciones de su puesta en práctica: nos referimos al RD (Real Decreto) 1388/1997, que afecta a la Frecuencia Modulada, y al 1287/1999, que se ocupa de la radio digital. Si bien, antes hemos de precisar que el Partido Popular ha adoptado una medida que impedirá a partir de ahora descubrir quiénes son los propietarios últimos de cualquier emisora de radio. Nos referimos a la anulación de alguna de las previsiones de la disposición adicional sexta, apartado 1, letra b, de la Ley 31/1987, de Ordenación de las Telecomunicaciones (LOT). Según esta disposición, "si la cualidad de socio (de una emisora de radio) la ostenta una sociedad por acciones, será necesario que todas sus acciones sean nominativas, y esta condición se aplicará a las sociedades que pudieran ser titulares de estas últimas acciones y así sucesivamente" y "estos mismos requisitos se aplicarán a las participaciones o títulos equivalentes en el capital social a toda clase de personas físicas". Pues bien, el Partido Popular ha suprimido la parte del texto subrayada y lo ha hecho presentando una enmienda en el Senado a la referida disposición de la LOT, y ello a través de la disposición adicional segunda de la Ley 22/1999, de 7 de junio (BOE de 8 de junio)¹¹⁸.

Resulta un tanto sorprendente la justificación que hace de la enmienda en cuestión el partido en el Gobierno: "Rectificar ciertas deficiencias técnicas de la redacción actual y equiparar el régimen aplicable a los servicios de radiodifusión con el que actualmente se aplica a los de televisión"¹¹⁹. Más bien cabe pensar que esta medida era imprescindible para que Telefónica pudiese ser titular de Onda Cero Radio, dado que no todas las sociedades que poseen títulos del operador de telecomunicaciones cuentan con acciones nominativas.

Esta misma disposición adicional segunda de la Ley 22/1999 modifica las limitaciones que la LOT establecía a la participación de socios extranjeros en el accionariado de compañías radiofónicas españolas. Según la Ley de Ordenación de las Telecomunicaciones, ningún socio extranjero podría ostentar más del 25% de los títulos de una sociedad concesionaria. Tras la

¹¹⁸ Esta Ley modifica la 25/1994, de 12 de julio, por la que se incorporaba al Ordenamiento Jurídico Español la Directiva 89/552/CEE sobre coordinación de disposiciones legales, reglamentarias y administrativas de los Estados miembros, relativas a las actividades de radiodifusión televisiva.

¹¹⁹ Cfr. *BOCG*, Senado, Serie II, nº 132-b, 26 de marzo de 1999, pp. 32-33.

promulgación de la referida ley, ese techo accionarial afecta únicamente a los socios extracomunitarios, excepto en aquellos supuestos en que pueda aplicarse el principio de reciprocidad.

Cabe remarcar que las limitaciones a la propiedad en general siempre han sido mínimas en el ámbito de la radiodifusión española, lo que explica que las tres grandes cadenas cuenten con un único socio de referencia que, además, en los casos de Onda Cero y la SER posee el control absoluto o casi absoluto de la empresa gestora. Asimismo, resulta significativo que ninguna empresa extranjera -salvo intentos puntuales como el de la mexicana Televisa en Radio España- se haya interesado por adentrarse en nuestro mercado radiofónico. Un mercado en el que la radiodifusión pública siempre ha contado con mayor número de estaciones y mucha más potencia de emisión, situación que comenzó a gestarse con el Decreto de 14 de noviembre de 1952 de reclasificación de las emisoras de Onda Media y que se consolidó con la absorción de Radio Cadena Española¹²⁰ por Radio Nacional de España a finales de los ochenta¹²¹.

Las concesiones de Frecuencia Modulada

El RD 1388/1997, de 5 de septiembre (*BOE* de 13 de septiembre), aprueba un incremento de 350 frecuencias para gestión indirecta de emisoras, dentro del vigente Plan Técnico Nacional de Radiodifusión Sonora en Ondas Métricas con Modulación de Frecuencia. Este Plan, el segundo que se pone en marcha en nuestro país en lo que concierne a la FM, había sido regulado por RD 169/1989, de 10 de febrero (*BOE* de 21 de febrero) y sustituía al trazado en el RD 1433/1979, de 8 de junio.

El Plan de 1989 reordena el sector de la FM, "dado que especifica el emplazamiento, la frecuencia y la potencia de todas y cada una de las emisoras existentes, además de ofrecer la posibilidad de crear otras nuevas" (Bonet, 1995: 221), posibilidad que se deriva de los acuerdos de la Conferencia de Ginebra de 1984, que asigna a España 2.000 nuevas frecuencias.

La Asociación Española de Radios Privadas (AERP) acusó al Ejecutivo socialista de

¹²⁰ Radio Cadena Española integra desde la aprobación del Estatuto de Radiotelevisión (Ley 4/1980, de 10 de enero) a la Red de Emisoras del Movimiento (REM), la Cadena Azul de Radiodifusión (CAR) y la Cadena de Emisoras Sindicales (CES), tres redes que se habían comenzado a fraguar en los años cincuenta a raíz de un decreto del Ministerio de Información y Turismo de 11 de agosto de 1953, "que otorga capacidad radiodifusora al Movimiento y a sus distintas instituciones (Secretaría General del Movimiento, Falange Española Tradicionalista y de las JONS y Organización Sindical)" (Balsebre, 2002: 217-222).

¹²¹ Articulada a través del Real Decreto 895/1988, de 20 de junio.

primar a la radiodifusión pública que, una vez aplicado el Plan, contaría con el doble de emisoras que el sector privado -unas 1500 frente a 750- y una potencia de radiación casi cuatro veces mayor (Bonet, 1995: 222; Fernández y Santana, 2000: 243).

Las Comunidades que en ese momento tenían competencias para realizar concesiones de radio eran Andalucía (se le adjudicaron 66 frecuencias), Canarias (25), Valencia (28), Galicia (26), País Vasco (19), Navarra (7) y Cataluña (28). El Gobierno adjudicó otras 153 en las Autonomías que aún no habían asumido esas competencias (Bonet, 1995: 221-222).

De las concesiones otorgadas por el Gobierno central en julio de 1989, la SER obtuvo diez, cinco directas y cinco a través de emisoras asociadas; la RATO, ocho; la COPE, siete; Antena 3, tres; y la ONCE, tres¹²². El resto fue a parar a manos de personas físicas y, sobre todo, de pequeñas empresas. Algunas radios libres -agrupadas en la Asociación de Radios Independientes (ARI)- también obtuvieron licencia de emisión, consiguiendo así legalizar su situación. La ola de protestas por la politización de las adjudicaciones -tanto las realizadas por el Gobierno central como las de ámbito autonómico- fue enorme, destacando los 63 recursos interpuestos por Luis del Olmo (Fernández y Santana, 2000: 245-250).

Actualmente todas las Comunidades Autónomas han asumido las competencias de adjudicación de concesiones radiofónicas, con lo que la valoración de conjunto de las dos fases de ejecución del Plan Técnico de 1989 -la segunda vehiculada a través del RD 1388/1997- requiere una puesta en común de las licencias otorgadas por la totalidad de Autonomías -excepto el País Vasco, debido a la saturación de su espectro radioeléctrico- a partir de 1997 y por algunas Comunidades -las referidas líneas atrás- y el Gobierno central a raíz del RD 169/1989.

El esfuerzo que supondría llevar esta investigación hasta el detalle -cosa que al escribir estas líneas no se puede hacer porque aún hay Comunidades que no han realizado las adjudicaciones pertinentes- no compensa en absoluto, a la vista de los datos parciales de que disponemos. Si nos acercamos a los debates que se han producido en los medios sobre los diferentes procesos de adjudicación, constatamos una vez más el alto grado de politización de los

¹²² La ONCE obtuvo en este momento sus primeras licencias e inició inmediatamente un proceso de compra de otras emisoras que comenzaron a prestar servicio (marzo de 1990) como Radio Amanecer. Poco después la ONCE adquirió 62 de las 73 emisoras de la Rato y unos meses después (noviembre de 1990) arrancaban oficialmente las emisiones de Onda Cero Radio, que integraba de este modo las estaciones de Radio Amanecer y de la Rueda Rato (Bonet, 1995: 273-278).

mismos y la imperiosa necesidad de que sean organismos independientes los que se ocupen de otorgar las licencias de emisión. Tomaremos como ejemplo lo ocurrido tras la aprobación del RD 1388/1997 en Galicia y Andalucía, por tratarse de dos regiones que votan tradicionalmente a populares y socialistas, respectivamente. Y a continuación comentaremos lo sucedido en Cataluña -también a raíz del Decreto de 1997- con la no renovación de tres licencias de emisión a la COPE, hecho que actualmente aún está pendiente de resolución judicial y que ha generado una fuerte polémica sobre la conveniencia o no de renovar automáticamente las concesiones de radio y televisión.

Galicia fue, tras Castilla y León, la Comunidad más agraciada en cuanto al número de nuevas frecuencias disponibles. El Ministerio de Fomento le adjudicó 46, las mismas que a Canarias, si bien en el momento del reparto (marzo de 1998) cinco de esas 46 quedaron desiertas, resultando la COPE y el Grupo Voz los principales beneficiarios con once y nueve licencias, respectivamente¹²³. Tras la adjudicación de las 41 frecuencias, la SER -a pesar de haber obtenido sólo dos a través de una entidad asociada- seguía siendo la cadena que contaba con más estaciones en la Comunidad gallega -seis propias y 20 participadas o asociadas-, seguida de Radio Voz con 20, la COPE con 18 y Onda Cero con 9¹²⁴. Esta situación varía ligeramente un año después con la compra de Radio Voz y Onda Cero por Telefónica, como ya hemos apuntado. En todo caso, es indudable que las concesiones realizadas por el Ejecutivo gallego recayeron en empresas afines al partido gobernante en esta Comunidad (el Partido Popular) y también es cierto que esto permitió reequilibrar un mapa radiofónico que antes beneficiaba claramente a PRISA.

Mientras, en Andalucía el consejero de Presidencia, Gaspar Zarrías, enviaba el 8 de octubre de 1997 una carta al ministro de Fomento, Rafael Arias Salgado, solicitándole una ampliación del número de frecuencias asignadas: 20 frente a las 42 solicitadas¹²⁵. Al no recibir respuesta favorable, el Ejecutivo autonómico presentó un recurso contencioso-administrativo contra el RD 1388/1997, que no prosperó. Así las cosas, en el momento de escribir estas líneas las veinte frecuencias aún no han sido adjudicadas.

En Cataluña, el conflicto es de otra índole. Las concesiones relativas a la segunda fase del Plan que venimos comentando se realizaron en mayo de 1999, con la particularidad de que en la

¹²³ Cfr. Resolución de la Conselleria de Cultura de 5 de marzo de 1998 (*Diario Oficial de Galicia* de 11 de marzo).

¹²⁴ Cfr. *Noticias de la Comunicación*, marzo de 1998, p. 14.

¹²⁵ Cfr. *Noticias de la Comunicación*, octubre de 1997, p.11.

resolución correspondiente se contemplaba también la renovación (o no) de 12 de las 17 licencias caducadas por haber transcurrido diez años desde su adjudicación.

Los grandes beneficiarios de las nuevas licencias (se concedieron 21 de las 22 ofertadas) fueron Radiocat XXI (Grupo Godó), con 8 y Ona Catalana (grupo de periodistas y empresarios gerundenses, próximos a Convergencia i Unió), con 7¹²⁶. De este modo, el Ejecutivo de la Generalitat hace una clara apuesta por el lanzamiento (caso de Radiocat XXI) o el impulso (caso de Ona Catalana, que se convierte en la primera cadena en catalán con una veintena de emisoras) de los grupos radiofónicos autóctonos¹²⁷.

No obstante, el asunto más polémico de este proceso fue la no renovación de tres licencias a la COPE (Barcelona 100.0 Mhz, Manresa 92.7 Mhz. y Tarragona 93.5 Mhz), que fueron a parar a Godó (las dos primeras) y Justo Molinero (la de Tarragona). Este hecho, sin precedentes en la radiodifusión española, aún está pendiente de una resolución judicial definitiva, si bien el Tribunal Superior de Justicia de Cataluña ya ha dictado una primera sentencia en la que da parcialmente la razón a la cadena de la Conferencia Episcopal, que nunca ha dejado hasta el momento de explotar estas tres emisoras: "básicamente, la sentencia -que anula algunas otras bases porque entiende que atentan contra la pluralidad y la libre competencia al primar la relación del licitador con otros medios de comunicación social catalanes o por su carácter reiterativo-reprocha al Ejecutivo autonómico que no haya sabido distinguir entre criterios de adjudicación y obligaciones de estricto cumplimiento legal: según el Tribunal Superior de Justicia, las previsiones de la Ley 1/1998 de Política Lingüística ya son de obligado cumplimiento por sí mismas y no se han de convertir en criterios sobre los que basar una concesión radiofónica" (Moragas, Fernández y López, 2003: 244)¹²⁸.

Además, la COPE había solicitado 12 nuevas licencias y no le fue concedida ninguna de ellas. La misma suerte corrieron los grupos Recoletos, Planeta y Canal Mundo Radio.

Una consecuencia importante derivada de este conflicto es la implantación a partir de

¹²⁶ Cfr. *El Periódico de Cataluña*, 6 de mayo de 1999, p. 25.

¹²⁷ Junto a los dos mencionados –que ofrecen una programación generalista y otra musical- actualmente destacan las radiofórmulas Flaix (Miquel Calzada y Carles Cuní) y Radio Tele Taxi (Justo Molinero), que se han ido configurando en base a diferentes acuerdos de asociación, si bien ambas sólo obtuvieron –de modo ordinario o por no renovación de la concesión de otra empresa- una licencia en mayo de 1999.

¹²⁸ El revuelo generado por este hecho fue uno de los detonantes de la ampliación de competencias del Consell de l'Audiovisual de Catalunya (CAC) que, no obstante, no ha llegado a asumir las relativas a las concesiones de radio y televisión, que actualmente dependen de la Direcció General de Mitjans Audiovisuals.

2003, por vía de la Ley de Acompañamiento a los Presupuestos Generales del Estado para este año, de la renovación automática de las concesiones de radio, “salvo que el titular haya incumplido alguna de las obligaciones esenciales de la concesión o haya sido condenado mediante sentencia firme por vulnerar algún derecho fundamental”¹²⁹. Se satisface así una reiterada reivindicación de la Asociación Española de Radiodifusión Comercial, que pretendía, de este modo, evitar interferencias políticas como las que se produjeron en la radiodifusión catalana en mayo de 1999.

No obstante, en la política radiofónica catalana se han advertido otro tipo de irregularidades: en noviembre de 2002 la Generalitat otorgaba inexplicablemente –sin mediar concurso ni la preceptiva planificación técnica del Ministerio de Ciencia y Tecnología- veinte frecuencias, nuevamente a empresas autóctonas próximas a Convergencia i Unió. Esta vez las empresas más beneficiadas fueron Radio Tele Taxi (7), Godó (6) y Flaix (4). El Ejecutivo convergente justificó esta medida –que no fue consultada ni comunicada al Consell de l’Audiovisual de Catalunya- con el argumento de que se trata de adjudicaciones provisionales (6 meses), con el objetivo de “consolidar la estructura de la frecuencia modulada para cuando se produzca el salto a la radio digital”¹³⁰. Se verá si estas adjudicaciones completamente irregulares guardan algún paralelismo con las concesiones de radio digital que la Generalitat, adelantándose al resto de Comunidades Autónomas españolas, adjudicará a lo largo de 2003.

En todo caso, es indudable que el grado de politización de los procesos de adjudicación de licencias de radio y televisión en nuestro país hace imprescindible la creación de autoridades audiovisuales independientes que asuman estas competencias. Aunque por el momento los consejos audiovisuales de Cataluña y Navarra -y muy probablemente el que contemple la ley general del audiovisual que está preparando el Gobierno popular- se limitarán al control de contenidos, muy alejados todavía del modelo francés.

Otro problema que afecta al mapa de la frecuencia modulada y a la radiodifusión española en general es la inexistencia de normas que regulen debidamente la transferencia de concesiones y los acuerdos de asociación entre empresas.

¹²⁹ Cfr. art. 114 de la Ley 53/2002, de 30 de diciembre (BOE de 31 de diciembre), de Medidas Fiscales, Administrativas y de Orden Social, por el que se modifica el apartado 2.a de la disposición adicional sexta de la Ley 31/1987, de 18 de diciembre, de Ordenación de las Telecomunicaciones.

¹³⁰ Cfr. *El País*, 14 de noviembre de 2002, p. 32.

Los únicos límites reales que se imponen a los procesos de compra o fusión de empresas radiofónicas –aparte de las limitaciones a los socios extracomunitarios- son los que establecen las autoridades de la Competencia (caso de Unión Radio), que se rigen por una normativa general con la que se pretenden controlar las situaciones de dominio que se dan en los diferentes mercados, no únicamente en el de los medios.

No obstante, hemos de matizar que la Ley 31/1987, de 18 de diciembre, de Ordenación de las Telecomunicaciones (LOT), establece que la transferencia de concesiones de radio será posible, previa autorización administrativa, siempre que el adquirente reúna los requisitos legales para ser titular de una concesión (disposición adicional sexta, punto 2.b). Y entre estos requisitos legales figuran algunos que se incumplen sistemáticamente (nos referimos al momento de otorgar la concesión y al momento de autorizar las transferencias). Así, por ejemplo, una misma persona física o jurídica no puede ser titular de más de dos concesiones para la explotación de servicios de radiodifusión sonora de ondas métricas con modulación de frecuencia que coincidan sustancialmente en su ámbito de cobertura (disposición adicional sexta, punto 1.d) y Unión Radio disponía en 2000 de seis estaciones de FM en Madrid, que emitían otras tantas programaciones (M-80, Radio Olé, 40 Principales, Cadena Dial, Sinfo Radio y SER convencional) (Franquet, 2002: 189-190).

En cuanto a los acuerdos de asociación, resulta incomprensible, por ejemplo, que Blas de Herrero se haya podido hacer con una cadena de unas setenta emisoras (Radio Blanca) y conservar la propiedad sin explotar directamente ninguna de ellas. Pero la realidad es que nada se lo ha impedido hasta el momento. La mayor parte de estas emisoras, como ya hemos indicado, están asociadas a Onda Cero.

En todo caso, si bien es cierto que por lo general la radio ocupa sistemáticamente un segundo plano con respecto a la televisión, tanto para investigadores como para políticos, confiamos en que estas cuestiones que ahora apuntamos se incluyan en la agenda del futuro consejo audiovisual español, dado que no parecen ser prioridad en el proyecto de ley general del audiovisual que prepara el Gobierno popular.

Plan Técnico de Radio Digital

Tras los acuerdos internacionales adoptados, bajo los auspicios de la Unión Internacional de Telecomunicaciones, en Wiesbaden (Alemania) en 1995 para coordinar la implantación de la radio digital, el primer paso del Gobierno español en este sentido fue la disposición adicional cuadragésima cuarta de la Ley 66/1997, de 30 de diciembre (*BOE* de 31 de diciembre) sobre Medidas Fiscales, Administrativas y de Orden Social (Ley de Acompañamiento a los Presupuestos Generales del Estado). En desarrollo de esta disposición el RD 1287/1999, de 23 de julio (*BOE* de 26 de julio), aprueba el Plan Técnico Nacional de Radiodifusión Sonora Digital Terrenal.

La radio digital ocupará en principio los canales 8 a 11 de las bandas de frecuencias de VHF y, contrariamente a lo ocurrido con la televisión analógica, no se ha previsto la paulatina desaparición de las emisoras de Onda Media y Frecuencia Modulada.

Si en el Plan de Televisión Digital Terrestre se habla de canales radioeléctricos, en el de Radio Digital se habla de bloques o redes de frecuencias de cobertura estatal o autonómica. Cada bloque incluye seis programas (=programaciones). Asimismo, los servicios adicionales de transmisión de datos no podrán ocupar más del 20% de la capacidad total de cada bloque de frecuencias (disposición adicional primera, punto siete).

Existen tres redes de frecuencias de cobertura estatal, una de ellas de frecuencia única, que no permite realizar desconexiones territoriales. En esta red de frecuencia única (FU-E) se reservan cuatro de los seis programas para su explotación, en régimen de gestión directa, para RTVE. Igualmente se reservan al Ente Público dos programas en la red de cobertura estatal MF-I, en esta ocasión con capacidad para regionalizar la programación. Los otros dos programas de la Red FU-E, los cuatro restantes de la Red MF-I y los seis de la MF-II -que también permite las desconexiones territoriales- se explotarán en régimen de gestión indirecta, previa concesión administrativa del Gobierno central (disposición adicional primera, puntos uno y dos).

Mientras, cada Comunidad Autónoma cuenta con dos redes -en este caso, obviamente, de cobertura regional-, una de ellas de frecuencia única (FU). El RD 1287/1999 reserva tres programas en la Red FU y otros tantos en la Red MF -que permite la regionalización de la programación- para su explotación en régimen de gestión directa por el ente público correspondiente de cada Comunidad Autónoma. Los restantes programas, tres en cada red, podrán ser objeto de concesión administrativa, siempre que así lo dispongan los órganos competentes de los diferentes gobiernos autonómicos

(disposición adicional primera, puntos tres, cuatro y cinco).

En lo que respecta a la radio digital local, la disposición adicional que venimos comentando establecía en su punto sexto que el Ministerio de Fomento debería realizar la planificación de los bloques de frecuencias correspondientes antes del 30 de junio de 2000. Y ello previa remisión por parte de las Comunidades Autónomas de una relación priorizada de las localidades para las que solicitan cobertura local así como el ámbito de las mismas. Esta planificación se hace pública por Orden del Ministerio de Ciencia y Tecnología –que asume en la presente legislatura las competencias de planificación del espectro que antes recaían en Fomento- de 15 de octubre de 2001 (*BOE* de 6 de noviembre).

El régimen jurídico básico de la radio digital se completa con la Orden del Ministerio de Fomento de 23 de julio de 1999 (*BOE* de 26 de julio) por la que se aprueba el Reglamento Técnico y de Prestación del Servicio de Radiodifusión Sonora Digital Terrenal. Entre las cuestiones abordadas en esta norma merecen mención las previsiones del artículo tercero, según el cual "...la misma persona física o jurídica sólo podrá ser titular de una concesión para la explotación de los servicios de radiodifusión sonora digital terrenal que coincidan sustancialmente en su ámbito de cobertura, salvo que, en función del número de las otorgadas, quede suficientemente asegurado el pluralismo informativo, a través de la oferta radiofónica. Una persona física o jurídica -añade el legislador- no podrá participar mayoritariamente en varias entidades concesionarias cuando exploten servicios de radiodifusión sonora digital terrenal que coincidan sustancialmente en su ámbito de cobertura". La Orden de Fomento establece igualmente que "la duración acumulada de las desconexiones territoriales en el caso de programas de ámbito nacional será como máximo el 30% del tiempo total de programación diaria y no podrá superar el 25% semanal" (art. 5.2, párrafo segundo). En lo que se refiere a las desconexiones en cada una de las Comunidades Autónomas habrá que estar a lo dispuesto en las normativas que cada una de ellas elabore al respecto.

Nuevos operadores digitales

Durante la VI Legislatura (1996-2000) el Partido Popular convocó dos concursos para la adjudicación de concesiones de radio digital de ámbito estatal, mientras que en el ámbito autonómico únicamente se ha abierto el concurso en Cataluña.

1.- Una Resolución de 31 de julio de 1999 (*BOE* de 3 de agosto) de la Secretaría General de

Comunicaciones del Ministerio de Fomento hacía público el Acuerdo del Consejo de Ministros de 31 de julio de 1999 por el que se aprobaba el pliego de cláusulas administrativas particulares y de prescripciones técnicas para la adjudicación por concurso público de 10 concesiones para la explotación del servicio público, en gestión indirecta, de radiodifusión sonora digital terrenal¹³¹. Con estas diez licencias se ocupan los cuatro programas que quedaban libres en la Red MF-I y los seis que corresponden a la Red MF-II. Los beneficiarios podrán, por tanto, realizar desconexiones territoriales.

El Consejo de Ministros en su reunión de 10 de marzo de 2000 asumía la propuesta de la Mesa de Contratación del Ministerio de Fomento –integrada por cargos políticos de este organismo– y otorgaba las 10 licencias convocadas a las siguientes sociedades:

- 1º Onda Digital, S.A. (Retevisión)
- 2º Radio Popular, S.A. COPE
- 3º Sociedad Española de Radiodifusión, S.A. y Antena 3 de Radio, S.A. (SER)
- 4º Sauzal 66, S.L. (Radio Intereconomía)¹³²
- 5º Uniprex, S.A. (Onda Cero Radio)
- 6º Unión Ibérica Radio, S.A. (Radio España)
- 7º Unedisa Comunicaciones, S.L. (editora de *El Mundo*)
- 8º Recoletos Cartera de Inversores, S.A. (editora de *Expansión y Marca*)
- 9º Sociedad de Radio Digital Terrenal, S.A. (Onda Rambla y Grupo Planeta)
- 10º Prensa Española de Radio por Ondas, S.A. (editora de *ABC*)¹³³.

Los solicitantes excluidos del reparto fueron Radio Blanca, Europa FM, ONO, Correo y Zeta. Mientras, la SER, la COPE, Onda Cero y Sociedad de Radio Digital Terrenal habían presentado dos solicitudes cada una.

2.- Otra Resolución, en este caso de 10 de marzo de 2000, de la misma Secretaría General de Comunicaciones (*BOE* de 30 de marzo) hacía público un nuevo concurso, esta vez para la adjudicación de dos nuevas licencias para la gestión indirecta de otras tantas emisoras de radio

¹³¹ Una segunda Resolución de 29 de diciembre del mismo año 1999 (*BOE* de 8 de enero de 2000) amplía el plazo de la Mesa de Contratación para evaluar las ofertas y elevarlas al Consejo de Ministros hasta el 20 de febrero de 2000 y el plazo para la resolución del concurso público hasta el 15 de marzo del mismo año 2000.

¹³² Intereconomía -que en el momento de realizarse la concesión únicamente disponía de una emisora en Madrid- está presidida por Julio Ariza, un ex diputado del PP en el Parlament de Catalunya.

¹³³ Cfr. Resolución de 10 de marzo de 2000 de la Secretaría General de Comunicaciones (*BOE* de 11 de marzo).

digital. Se trata de las dos que faltan para completar la Red FU-E que, como hemos apuntado, no permite territorializar la programación.

Este concurso se resolvió ya dentro de la VII Legislatura (2000-2004) y con él se completa el nuevo mapa de la radio digital en lo que respecta al ámbito estatal. Los dos nuevos beneficiarios fueron:

-Corporación de Medios de Comunicación, S.A. y Gestevisión Telecinco, S.A. (Consortio Comeradisa=Grupo Correo)

-Grupo Godó Comunicación, S.A.¹³⁴.

El País relacionó el cese de Luis Fernández como director de informativos de Tele 5 -hecho que se produce en el momento en que éstos estaban obteniendo las más altas cotas de audiencia- con la primera de las concesiones realizadas. El Gobierno habría presionado –siempre según el rotativo de PRISA- a Correo -en tanto que accionista de Tele 5- para que destituyese al responsable de informativos de la cadena -la más crítica con la política del Ejecutivo- a cambio de una de las nuevas concesiones de radio digital¹³⁵.

Nuevamente se quedaron sin licencia Europa FM, Radio Blanca y Zeta, al igual que las tres grandes cadenas radiofónicas españolas (SER, Onda Cero y COPE), que intentaron de nuevo hacerse con una segunda concesión.

Parece, por tanto, que al hablar de radio digital nos encontramos con el mismo problema de politización de las concesiones que en el caso de la FM, lo que resulta lógico si pensamos que el sistema de adjudicación es el mismo: las mesas de contratación que evalúan las solicitudes están íntegramente configuradas por cargos políticos del ministerio o consejería –si se trata de concesiones de ámbito autonómico- que en cada caso asuma las competencias en política audiovisual.

Además, en el caso de la radio digital se añade un problema adicional: la falta de planificación en el proceso de implantación de la nueva tecnología, si bien en este caso -al contrario de lo ocurrido con la TDT (televisión digital terrestre)- el Ministerio de Fomento promovió la puesta en marcha del Foro de Radio Digital.

El Foro es una asociación de emisoras públicas y privadas, operadores de redes y

¹³⁴ Cfr. Resolución de 13 de diciembre de 2000 del Secretario de Estado de Telecomunicaciones y para la Sociedad de la Información del Ministerio de Ciencia y Tecnología (BOE de 9 de enero de 2001) por la que se hace público el acuerdo del Consejo de Ministros de 24 de noviembre de 2000.

¹³⁵ Cfr. *El País*, 20 de septiembre de 2000, p. 34.

fabricantes de receptores, que, no obstante, no ha logrado activar suficientemente la fabricación de receptores digitales, imprescindible para que los oyentes podamos adquirirlos a un precio asequible y así poder sintonizar las emisiones de los nuevos operadores –que en algunos casos están emitiendo la misma programación que en FM o por Internet- y disfrutar de los servicios interactivos que las acompañan.

La última petición del Foro al Gobierno ha sido que se devuelvan a las sociedades concesionarias de radio digital –como se ha hecho en el caso de la televisión digital terrestre– algunos de los avales depositados en el momento en que se hicieron efectivas las concesiones y que se les libere del compromiso de cubrir el 80% del territorio en 2004. Actualmente llegan aproximadamente al 50%¹³⁶.

A modo de conclusión

Quedan, pues, pendientes de resolución diversas cuestiones que afectan a la radiodifusión española: el alto grado de politización de los procesos de adjudicación de licencias, el control efectivo de la transferencia de las mismas y de los acuerdos de asociación entre empresas (la concentración, en definitiva), y la implantación de la radio digital (que convivirá con la FM). Todo ello sin olvidar la desproporción entre el número de estaciones y potencia de la radio pública con respecto a la radio privada, en un marco en el que está a punto de cambiar de manos Onda Cero Radio, la segunda de las grandes cadenas privadas del país.

Telefónica tiene la obligación de desprenderse de las acciones (59.2%) que posee en Antena 3 Televisión (propietaria del 100% de Onda Cero) antes de noviembre de 2003 para, así, cumplir con uno de los requisitos que se han impuesto a la fusión de las dos plataformas de televisión digital por satélite. Varios grupos de comunicación han mostrado interés por este negocio (RTL, Correo-Prensa Española¹³⁷, Recoletos) pero finalmente (mayo de 2003) Telefónica ha decidido, con el visto bueno del Gobierno, vender el 25.1% de los títulos que controla de Antena 3 Televisión a Planeta, distribuir una parte como dividendo extraordinario entre sus socios y sacar a Bolsa un pequeño porcentaje. Esta operación está pendiente del visto bueno de las autoridades de la Competencia y del recurso que ha interpuesto RTL, socio

¹³⁶ El dato ha sido facilitado por Valentín Prieto, directivo de Correo Prensa Española, en entrevista concedida a la autora el 1 de abril de 2003.

¹³⁷ Vocento, desde junio de 2003.

minoritario de Antena 3 que no acepta los acuerdos de la junta extraordinaria de accionistas de esta sociedad (28 de abril de 2003) encaminados a autorizar la salida a Bolsa de la compañía¹³⁸.

Igualmente hemos de estar atentos a las concesiones de FM que aún no han sido otorgadas en algunas comunidades autónomas, como el referido caso de Andalucía, y a las de radio digital de alcance autonómico y local. En este último caso, hasta el momento sólo se ha abierto el concurso en Cataluña y para las emisiones de cobertura autonómica.

Nota: Los datos de este artículo están actualizados hasta junio de 2003.

¹³⁸ Cfr. *La Gaceta de los Negocios digital*, 10 de junio de 2003 (<http://www.negocios.com/gaceta/articleview/9980>)

Bibliografía

- Balsebre, Armand (2002): *Historia de la radio en España (1939-1985)*, Madrid, Cátedra.
- Bonet, Montse (1995): *La ràdio espanyola en el context dels grups de comunicació: evolució de la indústria radiofónica, 1924-1994*, Universitat Autònoma de Barcelona, tesis doctoral inédita, vol. 2.
- Fernández, Isabel y Fernanda Santana (2000): *Estado y medios de comunicación en la España democrática*, Madrid, Alianza.
- Franquet, Rosa (2002): “La radio en el umbral digital: concentración versus diversificación”, en Bustamante, Enrique (coordinador): *Comunicación y cultura en la era digital*, Barcelona, Gedisa, pp. 179-212.
- Moragas, Miquel de, Isabel Fernández y Bernat López (2003): “Les polítiques de comunicació”, en Corominas, Maria y Miquel de Moragas (editores): *Informe de la Comunicació a Catalunya 2001-2002*, Bellaterra, Institut de la Comunicació (UAB), pp. 231-246.

Telecomunicações, privatização, políticas públicas – uma abordagem científica

Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa¹³⁹

Vivemos em uma época na qual os acontecimentos sociais parecem se afastar cada vez mais de nosso campo de ação e de nosso poder de decisão. O jogo político e as relações econômicas tornam-se cada vez mais opacos, fazendo com que nos limitemos a uma atitude surpresa e passiva de meros espectadores. É nesse cenário que a ciência contribui, trazendo clareza e discernimento a discussões que, muitas vezes, permanecem entre “achismos” e sensacionalismos.

A Dissertação de Mestrado de Mariana Reis Balboni, intitulada *Lês politiques de télécommunications brésiliennes – phase d’implantations de l’accès universel* – As políticas de telecomunicações brasileiras – fase de implantação do acesso universal - apresentada à Faculdade de Estudos Superiores da Universidade de Montreal, para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, é um exemplo desses trabalhos científicos que, além de contribuir para o desenvolvimento dos estudos acadêmicos, lança luzes sobre processos que atingem diretamente a vida do cidadão comum.

A autora inicia seu trabalho construindo um quadro teórico que explica as condições atuais da chamada Sociedade da Informação e a estreita relação que nela se estabelece entre comunicação e desenvolvimento econômico, evidenciando a importância das telecomunicações na configuração das relações internacionais no mundo contemporâneo, capazes de gerar novas disparidades entre regiões e nações. Apóia-se para isso em autores consagrados como Manuel Castells e Armand Mattelart.

A partir desse quadro, ela se propõe analisar as transformações radicais das políticas de telecomunicações instauradas no mundo, a partir da segunda metade da década de 1990, quando o controle das empresas de comunicação estatais passa por processos de privatização, iniciados por Margareth Thatcher na Inglaterra. Seu interesse centra-se nos chamados PDV – Pays em Vois

¹³⁹ **Maria Cristina Castilho Costa** – é Doutora em Ciências Sociais pela FFLCH – USP, Livre-Docente em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e autora de diversos livros, entre os quais *Ficção, comunicação e mídias* (SENAC:2002).

de Développement – ou, como são conhecidos entre nós, países emergentes. Neles, a transformação dos serviços públicos em *serviços universais* implicou em questões importantes do ponto de vista político e social que envolvem a soberania nacional, o endividamento e uma redefinição do papel do estado no controle da atuação das companhias estrangeiras em seu território. A criação de agências governamentais de controle passa a ser parte integrante dessas estratégias visando a extensão dos serviços de comunicação de forma mais democrática, eficiente e de baixo custo.

Para analisar como esse processo se realiza, a autora escolhe estudar a telefonia e o processo de privatização desse serviço no Brasil iniciado em 1995, por iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso. A metodologia utilizada envolveu a análise documental desse processo desde a promulgação de leis que acabaram com o monopólio estatal da Embratel até a organização do sistema Telebrás e a criação da agência reguladora – Anatel. Além disso, a autora valeu-se de entrevistas semi-dirigidas com representantes de diversas categorias sociais – jornalistas, políticos, intelectuais e gerentes sindicais - e da análise de dados recolhidos dois anos após a abertura do mercado e privatização das empresas de telefonia no Brasil.

O conteúdo das entrevistas mostrou a polêmica que se instaura com o processo de privatização quando questões como globalização, soberania nacional, desigualdades sociais e dívida externa polarizam a opinião dos entrevistados. A autora ainda analisa as repercussões do processo de privatização no final da década de noventa quando o ministro que lidera o processo de privatizações é demitido sob acusação de irregularidades.

As conclusões do trabalho apontam para as peculiaridades do processo de privatização da telefonia no Brasil e para o fato de que um serviço universal não pode ser avaliado em si mesmo, independente de outras necessidades sociais e públicas como a saúde e a habitação. Afirma ainda que as desigualdades sociais impedem conquistas mais abrangentes de um processo que pretende integrar o cidadão no mundo contemporâneo.

Trata-se de um trabalho sério, bem desenvolvido e que se apóia em adequada postura teórico-metodológica, além de contribuir para a análise da realidade brasileira no que tange às telecomunicações. A publicação desta dissertação certamente será de grande ajuda para as Ciências da Comunicação e permitirá que se pense as políticas de telecomunicações como a intersecção de processos globais e locais, tecnológicos e políticos.